



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
ESCOLA DE ENFERMAGEM – EENF
COLEGIADO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – CPGP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM (MESTRADO)



CARLA ISLOWA DA COSTA PEREIRA RAMOS

**PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DAS ENFERMEIRAS EM ALAGOAS E A
REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE (1980-1987)**

Maceió
2024

CARLA ISLOWA DA COSTA PEREIRA RAMOS

**PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DAS ENFERMEIRAS EM ALAGOAS E A
REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE (1980-1987)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Enfermagem (Mestrado) da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Enfermagem.

Área de concentração: **Enfermagem na promoção da vida e no Cuidado em Saúde.**

Linha de Pesquisa: **Saúde coletiva, Educação na saúde e História da Enfermagem.**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Maria dos Santos.

Maceió
2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

R175p Ramos, Carla Islowa da Costa Pereira.

Processo de politização das enfermeiras em Alagoas e a requalificação dos espaços de representatividade (1980-1987) / Carla Islowa da Costa Pereira Ramos. – 2024.

102 f. : il. color.

Orientadora: Regina Maria dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas. Escola de Enfermagem. Programa de Pós-Graduação em Enfermagem. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 88-100.

Anexo: f. 102.

1. Enfermeiras – Politização – Alagoas. 2. História da enfermagem. 3. Enfermeiras – Sindicatos. I. Título.

CDU: 616-083(81)(091)

FOLHA DE APROVAÇÃO

CARLA ISLOWA DA COSTA PEREIRA RAMOS

PROCESSO DE POLITIZAÇÃO DAS ENFERMEIRAS EM ALAGOAS E A REQUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS DE REPRESENTATIVIDADE (1980-1987)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem da Escola de Enfermagem e Farmácia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Banca Examinadora:



Documento assinado digitalmente
REGINA MARIA DOS SANTOS
Data: 18/09/2024 15:10:07-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Regina Maria dos Santos
(Universidade Federal de Alagoas)



Documento assinado digitalmente
TANIA CRISTINA FRANCO SANTOS
Data: 18/09/2024 18:05:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Tania Cristina Franco Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro



Documento assinado digitalmente
LAIS DE MIRANDA CRISPIM COSTA
Data: 18/09/2024 15:21:11-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Laís de Miranda Crispim Costa
(Universidade Federal de Alagoas)

Maceió
2024

Dedico este trabalho àquelas que, com arrojo, coragem e fraternidade, dedicaram o que há de mais precioso em nossas vidas, o tempo e a própria vida, para o crescimento e valorização da Enfermagem alagoana: às enfermeiras vanguardistas da APENAL/SINEAL.

AGRADECIMENTOS

Eu não poderia deixar de agradecer, primeiramente, a Deus, pela dádiva de viver e vencer. Sua presença é inegável em minha vida, não tenho dúvida de que ainda há promessas para mim pelas quais viverei para que se cumpram.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Regina Maria dos Santos, um instrumento de Deus em minha vida, uma inspiração acadêmica e pessoal, alguém que realmente me ajudou em momentos muito difíceis... Eu vejo o dom da Enfermagem em você, te admiro.

Ao PPGENF, pela oportunidade e compreensão nos momentos de adversidade, pela luta e esforço para oferecer o necessário para o sucesso dos mestrandos.

À EENF/UFAL, pela acolhida, por ser a minha *alma mater*, pelas lembranças que guardo, pelos amigos que fiz, por quem eu sou e ainda quero ser.

À Monique, pela mão estendida, pela força, pela torcida. Monique, eu senti daqui toda a energia boa que você emanou para mim.

Ao APA, em especial, à Andreia, pela organização e zelo com os arquivos.

À Gazeta de Alagoas, em especial à Maria da Penha, pela compreensão e ajuda nos agendamentos e horários de coleta.

Ao SINEAL, em especial à Edjane, pela acolhida, cuidado com o acervo histórico e disponibilização dos documentos.

À Equipe do PIBIC, Barbara e Jonata, obrigada pela parceria, compartilhamos da curiosidade e da descoberta do amor à pesquisa histórica.

Às pessoas que me ajudaram na busca das fontes e com valiosas reflexões sobre o meu objeto de estudo e que agora são meus amigos: Reinaldo, Marina, Marcela, Aline, Jislene, Crislaine e ao GEDIM – vocês são inspiração para os meus estudos, uma equipe completa e que se complementa mutuamente; vocês foram braços, cérebro e, agora, coração.

À Magna Barbosa dos Santos, que contribuiu com muita dedicação e competência a revisão lítero-textual do TACC. Muito obrigada!

À Prof.^a Dr.^a Laís de Miranda Crispim Costa e à Prof.^a Dr.^a Tânia Cristina Franco Santos, membros da Banca Examinadora, que muito contribuíram no exame de qualificação, cederam seu tempo para examinar meu trabalho e disponibilizaram sua ajuda para a conclusão do trabalho. Agradeço ainda mais este momento de aprendizado intenso que é a defesa desta dissertação. Obrigada!

Aos meus pais, Renato e Marlene (*in memoriam*), por toda a luta e amor que me conduziram até aqui; aos meus irmãos, pelo amor e por compartilharem da vida comigo.

Ao meu esposo, Diogo, pelo amor, companheirismo e esteio. Você esteve ao meu lado em momentos muito difíceis e superamos tudo com as bênçãos de Deus. Eu te amo muito! Obrigada!

Ao meu cachorrinho, Bigu, pelo amor e alegria que me trouxe.

“Jamais dividirei a Enfermagem!”

Noraci Pedrosa Moreira,

1984

RESUMO

Ramos, Carla Islowa da Costa Pereira. **Processo de Politização das Enfermeiras em Alagoas e a Requalificação dos Espaços de Representatividade (1980-1987)**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal de Alagoas, Maceió. 2024. 103f.

Estudo de caráter histórico-documental que teve como **objetivos**: a) Descrever o processo de politização das enfermeiras alagoanas no bojo do Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde em Alagoas na década de 1980; b) Analisar os desdobramentos deste processo na requalificação da organização sindical das enfermeiras em Alagoas. **Percursos Metodológicos**: estudo de abordagem histórico-documental tendo como recortes: Geográfico, o município de Maceió – AL, onde se situa a sede do SINEAL; Temporal, o período entre 1980 a 1987. As fontes diretas foram catálogos e fichários do Arquivo Público de Alagoas, do Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas e dos jornais escritos à época arquivados no Museu de um conglomerado de comunicação. Para a análise e interpretação dos dados, procedeu-se a análise crítica interna e externa dos documentos, triangulando os achados com o referencial teórico, as fontes e a literatura científica. O pensamento de Jacques Lagroye permitiu uma adequada discussão dos achados mediante suas concepções de politização, movimento político e requalificação dos espaços sociais. **Princípios éticos**: Foi garantido o respeito aos agentes políticos citados, sem a exposição de documentos julgados confidenciais, e implementados os cuidados para a manipulação e conservação de documentos históricos. **Resultados**: As manchetes de jornal e demais documentos foram analisadas e contextualizadas e permitiram verificar que, no início da década de 1980, o sindicato genérico para as diversas categorias de trabalhadores da saúde (Sindicatão) não era uma representação sindical legítima para as enfermeiras. A chegada das enfermeiras da primeira turma de graduação da UFAL alterou as relações de força entre as diversas categorias profissionais da área da saúde, que a elas se aliaram para obter força política no Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde, contra as iniquidades da política salarial do serviço público estadual. Durante esse processo, um grupo de enfermeiras protagonistas lideradas pela militante Noraci Pedrosa fundou sua entidade Pré-Sindical, a Associação Pré-Sindical de Enfermeiros de Alagoas e, dado seu engajamento e fortalecimento político amadurecidos no MUTS, a Enfermagem alagoana sai do silêncio e do ostracismo e inicia uma nova fase, despontando na mídia com grande poder de reivindicação, ao passo que obtém a requalificação de sua entidade Pré-Sindical em Sindicato. **Conclusão**: o processo de politização das enfermeiras em Alagoas foi iniciado no MUTS. No entanto, quando estas enfermeiras tomaram consciência de sua força política, lutaram para transgredir as categorias e regras instituídas no Estado ditador, obtendo a requalificação de sua entidade Pré-Sindical em um espaço social de luta e defesa de seus interesses, o SINEAL.

Descritores: História da enfermagem. Sindicatos. Sociedades de enfermagem. Ativismo político. Organização Social.

ABSTRACT

Ramos, Carla Islowa da Costa Pereira. **Process of Politicization of Nurses in Alagoas and the Requalification of Representation Spaces (1980-1987)**. Dissertation (Academic Master's Degree in Nursing) – School of Nursing, Federal University of Alagoas, Maceió. 2024. 103f.

Historical documentary study that considers as objectives: a) Uncover the politicization process of Alagoas nurses within the Unified Movement of Health Workers in Alagoas in the 1980s; b) Analyze the details of this process in the requalification of the union organization of nurses in Alagoas. Methodological Course: historical-documentary approach study tending as cuts: Geographic, the municipality of Maceió – AL, where the headquarters of SINEAL is located; Temporal, the period between 1980 to 1987. The direct sources are the catalogs and files of the Alagoas Public Archive, the SINEAL and, mainly, two journals written at that time archived in the Museum of a communication conglomerate. To analyze and interpret the data, we proceed to analyze the internal and external criticism of the two documents, triangulating them as a theoretical reference, the SINEAL sources and the scientific literature. Jacques Lagroye's theoretical framework allows for an adequate discussion of two aspects through his conceptions of politicization, political movement and requalification of social spaces. Ethical principles: The aforementioned political agents are guaranteed and respected, without the exhibition of confidential documents, and care is implemented for the handling and conservation of historical documents. Results: The workbooks and other documents were analyzed and contextualized and allowed to verify that, at the beginning of the 1980s, the generic union for the various categories of health workers (Sindicatão) was not a legitimate union representation for the nurses. The arrival of the nurses in the first round of graduation from UFAL altered the power relations between the various professional categories of the health area, which joined forces with them to obtain political strength in the Unified Health Workers' Movement, against the inequalities of the salary policy of the state public service. During this process, a group of nurse protagonists led by the militant Noraci Pedrosa founded their pre-union entity, APENAL and, given their deception and political strengthening matured in MUTS, the Enfermagem alagoana said of silence and ostracism and initiated a new phase, Leaving to serve other categories such as mass and despontando in the media with great power of demand, the step is that it obtains the requalification of its pre-union entity in the Union. Conclusion: the politicization process of nurses in Alagoas was initiated in MUTS. However, when these nurses become aware of their political force, they fight to transgress the categories and rules instituted by the dictator state, obtaining a requalification of their pre-union entity in a social space for struggle and defense of their interests, or SINEAL.

Descriptors: History of nursing. Unions. Nursing societies. Political activism. Social Organization.

LISTA DE QUADRO E FIGURAS

Quadro 1 – Distribuição das fontes encontradas e utilizadas segundo o recorte institucional. Maceió, 2024.....	43
Figura 1 – Manchete de jornal divulga a alta inflação brasileira. Maceió, 2024.....	46
Figura 2 – Pronunciamento do deputado Nilson Miranda sobre as reivindicações dos trabalhadores da área da saúde em Alagoas. Maceió, 2024.....	51
Figura 3 – Trecho de entrevista concedida pela diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas por ocasião da SBEn/1980. Maceió, 2024.....	53
Figura 4 – Reportagem anuncia crise entre entidades de Enfermagem. Maceió, 2024...	54
Figura 5 – Manchete divulga bandeiras de lutas do Sindicato dos Médicos recém criado. Maceió, 2024.....	55
Figura 6 – Reportagem divulga que o diretor do HGE atribui crise a contratempo administrativo. Maceió, 2024.....	56
Figura 7 – Reportagem anuncia unificação de luta entre SINMED e SINDICATÃO. Maceió, 2024.....	57
Figura 8 – Reportagem detalha as diferenças salariais entre SSSS e FUSAL. Maceió, 2024.....	59
Figura 9 – Manchete de jornal anuncia o atendimento a antigo pleito dos médicos extensivo aos demais profissionais de saúde. Maceió, 2024.....	63
Figura 10 – MUTS avalia encontro com o Governador Suruagy. Maceió, 2024.....	64
Figura 11 – Manchete anuncia equiparação salarial pelo governador. Maceió, 2024.....	65
Figura 12 – MUTS retoma luta pela equiparação salarial. Maceió, 2024.....	67
Figura 13 – Trechos do Relatório anual da APENAL 1984/1985. Maceió, 2024.....	69
Figura 14 – Trecho de artigo do Jornal dos Enfermeiros explicando o CONASP. Maceió, 2024.....	71
Figura 15 – Certificado de Registro da APENAL. Maceió, 2024.....	73
Figura 16 – Manchete revela decisão de Noraci Pedrosa filiar-se ao PCB. Maceió, 2024	74
Figura 17 – Jornal noticia protesto de enfermeiras. Maceió, 2024.....	76
Figura 18 – Manchete de jornal comenta o I ENESPSE. Maceió, 2024.....	76
Figura 19 – Jornal anuncia a realização do IV ENESPSE. Maceió, 2024.....	77
Figura 20 – Governador discrimina os profissionais de Enfermagem em assembleia. Maceió, 2024.....	78
Figura 21 – Reportagem revela críticas e protestos das profissionais de Enfermagem contra discriminação e exigindo respeito ao seu trabalho. Maceió, 2024.....	79

Figura 22 – Trecho da Entrevista com Ronaldo Lessa, deputado estadual do PSB, sobre o trabalho da enfermeira Noraci Pedrosa. Maceió, 2024.....	81
Figura 23 – Reportagem mostra profissionais da enfermagem em frente ao Palácio do Governo de Alagoas em 11/08/1986 em manifestação pela equiparação salarial ao INAMPS. Maceió, 2024.....	82
Figura 24 – Enfermeiras em passeata pelo centro da capital após anúncio da equiparação salarial pelo governador. Maceió, 2024.....	83
Figura 25 – Carta Sindical conferida pelo Ministério do Trabalho, requalificando a APENAL em SINEAL. Maceió, 2024.....	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABEn	Associação Brasileira de Enfermagem
ABEn/AL	Associação Brasileira de Enfermagem Seção Alagoas
ANED	Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas
APA	Arquivo Público de Alagoas
APENAL	Associação dos Profissionais Enfermeiros de Alagoas
CFDT	Confederação Francesa Democrática do Trabalho
CGT-Brasil	Comando Geral dos Trabalhadores (do Brasil)
CGT-França	Confederação Geral do Trabalho (da França)
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNRS	<i>Centre National de la Recherche Scientifique</i> (França)
COFEN	Conselho Federal de Enfermagem
CONASP	Conselho Consultivo de Administração de Saúde Previdenciária
COREN	Conselhos Regionais de Enfermagem
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EENF	Escola de Enfermagem
ENESPSE	Encontro Nacional de Entidades Sindicais e Pré Sindicais de Enfermeiros do Nordeste
FUNGLAF	Fundação Governador Lamenha Filho
GEDIM	Grupo de Estudos D. Isabel Macintyre
HPS	Hospital do Pronto Socorro
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
MP	Movimento Participação
MRSB	Movimento da Reforma Sanitária Brasileira
MUTS	Movimento Unificado dos Trabalhadores da Área da Saúde
MUTS/AL	Movimento Unificado dos Trabalhadores da Área da Saúde em Alagoas
OAM	Organização Arnon de Mello
PAIS	Programa de Ações integradas de Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
SBen	Semana Brasileira de Enfermagem

SEEHCS/ Sindicatão-AL	Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde
sFIO	Secção Francesa da Internacional Operária
SINEAL	Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Alagoas
SINMED/AL	Sindicato dos Médicos de Alagoas
SSSS	Secretaria de Saúde e Serviço Social
SPETCS/AL	Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Trabalhadores em Hospitais e Casas de Saúde de Alagoas
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
1	REFERENCIAL TEÓRICO: PARA ENTENDER PROCESSOS DE POLITIZAÇÃO.....	25
2	PERCURSO METODOLÓGICO.....	34
2.1	Tipo de Estudo.....	34
2.2	Recorte Temporal.....	35
2.3	Recorte Geográfico.....	36
2.4	Recorte Institucional.....	37
2.5	Fontes.....	37
2.5.1	<i>Fontes diretas.....</i>	<i>38</i>
2.5.2	<i>Fontes indiretas.....</i>	<i>39</i>
2.5.3	<i>Técnica e instrumento de busca e análise das fontes.....</i>	<i>39</i>
2.5.4	<i>Tratamento e conservação das fontes.....</i>	<i>40</i>
2.6	Análise das Informações.....	40
2.7	Aspectos Éticos.....	41
2.8	O Corpus Documental da Pesquisa.....	41
3	CONJUNTURA BRASILEIRA ENTRE 1975 E 1985: TEMPOS DE TRANSGRESSÕES E REQUALIFICAÇÃO POLÍTICA.....	43
4	PARTICIPAÇÃO DAS ENFERMEIRAS NO MUTS COMO PROCESSO DE POLITIZAÇÃO.....	51
5	DA APENAL AO SINEAL: A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DAS ENFERMEIRAS.....	71
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
	REFERÊNCIAS.....	88
	ANEXO.....	101
	ANEXO A: CORPUS DOCUMENTAL DA PESQUISA.....	102

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Trata-se de estudo de caráter histórico documental que tem como objeto o processo de politização de enfermeiras em Alagoas no período de 1980 a 1987. Tendo em vista o objeto em tela, faz-se necessário entender que a política é uma arte social exercida por todos, cuja prática é a politização, a qual advém de um processo intrínseco de tornar o outro e a si próprio cientes da importância do pensamento e da ação política (Oxford Languages, 2024; Lagroye, 2003).

No caso deste estudo, a politização de uma fração de classe social (a classe dos profissionais e ocupacionais em Enfermagem) geograficamente limitada a um espaço reconhecidamente dominado por interesses econômicos parece ter gerado movimentos que se configuraram como manchetes de jornal cujo teor ainda não foi estudado e muito podem esclarecer sobre a participação política do grupo em torno de suas próprias bandeiras de luta.

Em diferentes realidades no Brasil, nas últimas décadas, a análise dos processos de politização evidenciou problemas resultantes das particularidades sócio-históricas regionais, com tendência à atribuição de maior peso à política na estruturação social em detrimento de outros fatores. Nesses contextos, considera-se que a política tem maior peso na estruturação social, tendo diversos e múltiplos princípios de definição, múltiplos circuitos, com princípios de seleção distintos, que circunscrevem algo que pode ser tido como da ordem política (Coradini, 2017).

O reconhecimento das pautas políticas de uma determinada luta nos espaços sociais e a legitimação da politização perpassa por um intenso trabalho que exige a convergência possível dos objetivos dos atores envolvidos, os quais desempenham papéis diferenciados durante esse processo (Lagroye, 2003). No caso em tela, foram pautas políticas o direito à saúde, melhores condições de trabalho e isonomia salarial para os profissionais de saúde de nível superior, entre os quais as enfermeiras, pautas que aparecem nas fontes do estudo.

No campo da Enfermagem, tem-se que alguns espaços políticos foram se constituindo para a discussão dos problemas coletivos da classe, permitindo a politização das demandas do dia a dia e transformação dessas demandas em bandeiras de luta por dignidade profissional e cidadania (Gomes, 1999), o que também aconteceu no recorte geográfico determinado. Sendo assim, no Brasil, as práticas coletivas de mobilização das enfermeiras foram sendo historicamente instituídas nas organizações, ou entidades de classe, para a discussão, intervenção sociopolítica e defesa dos interesses da classe (Giovanini *et al.*, 2019).

O primeiro, e primordial, espaço classista constituído na Enfermagem brasileira foi a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), fundada em 1926, pois suas comissões têm tido

um papel relevante no desenvolvimento da Enfermagem brasileira, principalmente nos aspectos de legislação e educação (Giovanini *et al.*, 2019). Após, seguiram-se a criação do sistema do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) e Conselhos Regionais de Enfermagem (COREN), como órgãos disciplinadores do exercício profissional, em 12 de julho de 1973 (Brasil, COFEN, 2024; Giovanini *et al.*, 2019) e do Sindicato dos Enfermeiros do Rio Grande do Sul, em maio de 1976 (Oguisso, 1998).

Os sindicatos mais antigos surgiram em 1932 (Sindicato Nacional dos Enfermeiros da Marinha Mercante e Sindicato Nacional dos Enfermeiros Terrestres), mas não congregavam a totalidade da classe das enfermeiras (FNE, 2024). Sendo assim, no XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em São Paulo, em 1970, foi aprovada uma recomendação da ABEn às enfermeiras para que envidassem esforços para criar Associações Profissionais em seus estados e, a partir de então, observa-se o surgimento de Associações Pré Sindicais em todo o país e a primeiras destas foi a Associação Profissional dos Enfermeiros do Estado da Guanabara, em 1971 (Gomes; Baptista, 1998). Em Alagoas, a Associação Pré Sindical das Enfermeiras de Alagoas (APENAL) surge em 1982 (SINEAL, 2024).

Sendo assim, com o cenário político propício às lutas reivindicatórias e o surgimento de sindicatos próprios da enfermagem na década de 1980, as enfermeiras se inserem no movimento geral dos trabalhadores e se mobilizam para garantir seus direitos mediante participação no movimento sindical (Gomes; Baptista, 1998). Nesta época, as enfermeiras formadas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cujo curso de graduação havia formado sua primeira turma em junho de 1977, ainda lutavam por sua inserção no campo da saúde e pela melhoria das condições de trabalho, tanto para elas como para as auxiliares e atendentes de Enfermagem que eram as profissionais existentes no Estado para prestar os cuidados de Enfermagem (Macedo, 2015).

No entanto, não foram encontradas até o momento fontes que retratassem de “viva voz” como as enfermeiras atravessaram esse período de intensas manifestações, exceto recortes de jornais e documentos arquivados pelo Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas (SINEAL), e no Arquivo Público de Alagoas (APA), os quais revelam como o movimento das enfermeiras ora aparecia como força reivindicatória no conjunto com outros profissionais, ora sequer eram citadas.

Esta particularidade mostrou como a imprensa desempenhou um papel fundamental na divulgação ou omissão da participação das enfermeiras na luta pela melhoria das condições de trabalho e salários na área de saúde, enquanto ainda tentavam se estabelecer como parte da classe trabalhadora, mas já ocupavam posições de destaque na liderança do movimento, o que

somente apareceu quando a presença e força das suas líderes fez diferença na correlação de força com o poder governamental. Nesse caso, a imprensa foi vista como disseminadora de ideias e ações que podiam revelar o posicionamento assumido pela Enfermagem em seu processo de politização no período estudado.

Atento ao papel da imprensa, é possível ao historiador desenvolver uma acurada percepção crítica da imprensa para situá-la em seu real lugar de produção, haja vista seu poder na reconstrução do passado, podendo figurar ora como objeto (História da Imprensa), ora como **sujeito da história brasileira (História através da Imprensa)** – grifo meu – movimentando o contexto social e as transformações culturais (Martins; Luca, 2013; Zicman, 2012; Gomes, 2022; Barros, 2023). Sobre o real lugar de produção dos jornais, seja como fontes históricas ou objetos, este é:

Um lugar complexo, perpassado pelo conjunto dos produtores e editores do jornal considerado, mas também por inúmeros outros aspectos que incluem a dimensão social mais ampla, a rede de jornais concorrentes, os interesses políticos e econômicos envolvidos, as demandas sociais, as intertextualidades que interconectam os jornais a outros textos e a contextos os mais diversos (Barros, 2023, p. 8).

A imprensa é um elemento da mídia que, por sua vez, pode ser compreendida como um sistema em contínua mudança e que possibilita suporte na difusão de informações, constituindo um meio intermediário de expressão de ideias, capaz de transmitir mensagens e, portanto, comunicar, sobretudo, as massas (Oxford Languages, 2023; Briggs; Burke, 2016) ao que se acrescenta sua importância, dado o recorte temporal pré-internet.

A comunicação de informação, ideias e entretenimento na mídia ocorre principalmente sob a forma de palavras e imagens, por meio de fala, escrita, música, publicações, telégrafo e telefone, rádio, televisão e, atualmente, internet (Burke; Briggs, 2016). É por isso que, muitas vezes, a mídia é entendida como sinônimo do conjunto dos meios de comunicação social das massas, do qual fazem parte outros meios como o rádio, o cinema, a televisão, a imprensa, os satélites de comunicações, os meios eletrônicos e telemáticos de comunicação, dentre outros (Oxford Languages, 2023).

A imprensa pode ser compreendida também como o conjunto dos processos de veiculação de informações jornalísticas ou, ainda, qualquer meio utilizado na difusão de informações, como a radiodifusão, a televisão e os jornais (Oxford Languages, 2024). O termo imprensa remete ainda a uma máquina de impressão tipográfica, rudimentar, no século XV, invenção do alemão Johannes Gutenberg. Tal invenção revolucionou os tempos modernos e

permitiu uma maior divulgação de escritos, contribuindo para a formação de comunidades de leitores e o desenvolvimento comercial ligado à leitura (Burke; Briggs, 2016).

Na evolução da comunicação, algumas teorias da mídia foram surgindo e ficaram muito conhecidas e difundidas: o viés das comunicações; aldeia global; a domesticação da mente selvagem; esfera pública (uma zona para o discurso) e a visão pública. Essa evolução denota a importância da perspectiva histórica na comunicação e dos estudos culturais, cabendo também aos historiadores considerar a teoria e a tecnologia da comunicação em seus estudos (Burke; Briggs, 2016).

A perspectiva histórica na evolução das teorias da comunicação diz respeito ao próprio desenvolvimento dos meios de comunicação. A partir do século XIX, os jornais exercem significativa influência no delineamento da conscientização nacional, de modo a despertar preocupações com a opinião da massa. Isso porque os meios de comunicação de massas reproduzem a sociedade em que atuam e influenciam demasiadamente a opinião pública (Burke; Briggs, 2016).

No caso brasileiro, observa-se a influência exacerbada do neoliberalismo na comunicação de massas e na política, com apropriação desigual dos bens de consumo, bens materiais, simbólicos e de cidadania. A massa de cidadãos não apresenta opinião própria devido a sua incapacidade de dialogar e acessar a informação fidedigna ou, ainda, processar as informações, o que dependeria de uma imprensa diversa, não monopolizada e um sistema de educação de qualidade (Amaral, 2000).

A área da comunicação no Brasil resguardou profundos traços de sua conformação, realizada pela ditadura militar, constituindo-se em um dos campos de menor avanço democrático (Rubim e Rubim, 2004; Lima, 2001). Desse modo, considerar a influência da imprensa ao desempenhar seu papel enquanto veículo de comunicação e seus impactos na opinião pública e no comportamento dos agentes históricos (Gomes, 2022) será importante para compreender o processo de politização das enfermeiras em meio ao processo de redemocratização brasileiro da década de 1980.

Nessa perspectiva, cabe esclarecer que o jornal Gazeta de Alagoas, uma das principais fontes do estudo, é um jornal impresso e editado na cidade de Maceió, Alagoas, que circula desde 25 de fevereiro de 1934, inaugurado pelo jornalista Luiz Magalhães da Silveira. O jornal constituiu-se no veículo embrião da Organização Arnon de Mello (OAM), fundada pelo ex-governador e ex-senador Arnon de Mello, o qual tornou-se colaborador do jornal ainda no início de sua fundação, como jornalista correspondente (Gazeta, 2024).

O jornal Gazeta de Alagoas foi adquirido por Arnon de Mello ainda em 1952 (Gazeta, 2024) e tornou-se parte de um dos maiores conglomerados de mídia do Norte-Nordeste do Brasil, do qual fazem parte a Rádio Gazeta, adquirida em 1960, a TV Gazeta, adquirida em 1975, a GazetaWeb (internet), o Instituto Arnon de Mello e a Gazeta Pesquisa. O referido jornal tornou-se o mais vendido de Alagoas (Conti, 2012) e mais influente, exercendo, inclusive, intervenção no cenário político local por meio de difusão ideológica e gerenciamento de informações (Zaidan, 2010).

O envolvimento político do jornal Gazeta de Alagoas é indiscreto, pois, além de promover politicamente o seu proprietário, apoiou o movimento golpista modernizante e conservador de 1964 (Zaidan, 2010). Dessa forma, esse jornal se insere na tendência de muitos meios de comunicação regionais, numa prática generalizada no Brasil: a disseminação de aspectos ideológicos de legitimação do capitalismo (Guareschi, 1987; Said, 1999; Hulteng, 1990), atuando como fator de desequilíbrio em processos eleitorais, atendendo a finalidades políticas (Cavalcanti Filho, 1994) e difundindo as ideologias da classe hegemônica da qual fazem parte seus proprietários (Caparelli, 1986).

É possível dizer que a opinião pública se estabelece no Brasil a partir de um agregado estatístico de opiniões individuais oriundas de jornalistas e comentaristas, veiculadas por meios de comunicação de massas que detém o monopólio da difusão, posta como o que o meio de comunicação nos diz que é, utilizando-se da pesquisa de opinião para legitimar suas afirmações. Reiteradamente, a imprensa recusa opiniões contraditórias, disseminando a unilateralidade ideológica e, ao encontrar motivação no capitalismo, se afasta da contestação do poder político realizada outrora na história, figurando apenas e, de fato, como empresas comerciais-industriais, ou propriedade de grupos econômicos (Amaral, 2000).

Contrariamente a este panorama, Bobbio (1998) destaca que a opinião pública deve ser a opinião sobre assuntos referentes à nação, expressa de maneira livre por pessoas que não fazem parte do governo e que lutam para que suas opiniões possam influenciar ou determinar as ações governamentais. No entanto, a opinião pública tem se estabelecido a partir da padronização, ou manobra, das informações disseminadas ao grande público sobre determinadas questões (Burke; Briggs, 2016).

Guardando-se a circunstância tendenciosa do que é divulgado nas manchetes e reportagens dos jornais, o uso da imprensa como fonte documental nas pesquisas oferece algumas vantagens, como a riqueza de detalhes, dados e elementos, além de ser a única fonte de reconstituição histórica para alguns períodos, viabilizando a compreensão das sociedades quanto a suas condições de vida, manifestações culturais e políticas (Zicman, 2012). No caso

deste estudo, na ausência de depoimentos e testemunhos, os jornais escritos constituem as principais fontes diretas a serem utilizadas.

Considerando que o estudo utiliza jornais como fontes, é importante compreender que os jornais figuram como meios de comunicação e isso interfere em sua função jornalística a que se propõe figurar como meio de informação. Nesse sentido, a informação a ser transmitida mescla-se com a elaboração de um discurso, com a comunicação de valores e ideias, com os projetos de agir sobre a sociedade, com a necessidade de interagir com fatores políticos e econômicos (Barros, 2023).

Como meios de comunicação, típicos da idade moderna e contemporânea, os jornais integram a categoria de publicação dos periódicos, juntamente com as revistas, boletins, catálogos e almanaques, sendo uma modalidade específica, com características próprias. Constituem-se como produtos culturais destinados à leitura e, assim, assumem diversas finalidades, desde a informação à cultura, representação de classe ou congregação política. Os periódicos são publicações que têm três características fundamentais: são impressos, têm periodicidade regular e publicização ampla ou, muitas vezes, estão ligados aos movimentos sociais ou às instituições específicas, como os sindicatos, associações, institutos e organizações profissionais ou científicas, oferecendo-se, nestes casos, à leitura desses segmentos da população.

Os jornais relacionados à grande e média imprensa costumam ser impressos e diários, mas na atualidade da era digital, assumiram novos modos de divulgação complementares (Barros, 2023). As principais vantagens do uso dos jornais escritos como fontes históricas de estudos são a Periodicidade, a Disposição Espacial da Informação e o Tipo de Censura (Zicman, 2012). Para Barros (2023), outras características essenciais dos jornais enquanto fontes históricas são: o Largo Alcance, a Polifonia dos Textos, a Produção Multiautorial, a Interação entre Informação e Discurso, a Busca de Vários Segmentos Leitores, o Efeito de Realidade e a Abrangência de Assuntos.

A periodicidade da publicação dos jornais é regular e diária, o que possibilita o estabelecimento da cronologia dos fatos históricos e a elaboração de uma linha do tempo com ricos detalhes das mudanças paulatinas no cotidiano do contexto estudado. A disposição espacial da informação dentro do jornal também nos fornece pistas sobre a inserção e importância do fato histórico no amplo contexto e em relação aos outros fatos. O tipo de censura sofrida pelos jornais, que é imediata, também é considerada uma vantagem quando em comparação com outros tipos de fontes documentais, pois a censura imediata se extingue ao longo do tempo (Zicman, 2012).

Sobre a censura, faz-se importante para este estudo assinalar que, a partir de meados dos anos 1970, com o gradual processo de liberalização do regime militar iniciado por Geisel e seguido por Figueiredo na década de 1980, observou-se uma crescente autonomia da imprensa, agora fortalecida com o fim da censura. Destacou-se a forte atuação da imprensa na condução da abertura política no país, marcada pela migração de jornalistas e intelectuais para a grande imprensa, os quais estavam, outrora, restritos à imprensa alternativa. A partir desse momento, é possível vislumbrar uma alteração clara na natureza do profissional da imprensa no Brasil (Peixoto, 2008).

Sobre a participação política na área da Enfermagem no Brasil, cabe esclarecer que a militância política, termo geralmente entendido sob uma perspectiva negativa, não é o único modo de participação, em que pese seja compreendida como essencial para o caminho da mudança, a partir de uma visão integral comprometida, ética, política e socialmente com o ser humano e a sociedade. Nessa perspectiva, a acomodação e a aceitação sem questionamento são maléficas, podendo vaticinar a profissão a uma prática repetitiva e sem criatividade (Geovanini *et al.*, 2010).

A militância é, portanto, uma dessas formas de participação política que, com base na mobilização crítica e engajada, promove a conscientização da população. Por meio dela, é possível desenvolver (novos) valores que possibilitam a organização e a luta das pessoas para a construção de uma sociedade justa, digna e democrática (Baltazar, 2004), considerando ainda a particularidade do caso das enfermeiras, fração de classe que estava se compondo a partir da inserção da recém-formadas em Alagoas, no mundo do trabalho em saúde.

Sendo assim, cabe revisitar a linha do tempo da politização e do desenvolvimento da organização sindical das enfermeiras no Brasil, o que postula colacionar e refletir sobre os eventos e processos que aparecem com recorrência na literatura, os quais ocorreram ou não em paralelo. Até o ano de 2008, a estrutura sindical era vertical, ou seja, com sindicatos na base, federações ao meio e as confederações no vértice, formando uma pirâmide. A partir de 2008, foi permitida a organização horizontal com o reconhecimento das centrais sindicais (Arouca, 2019).

De acordo com as fontes inicialmente consultadas, foram encontrados vestígios dessa politização das enfermeiras em Alagoas em abril de 1980, quando se deu início a cobertura midiática de uma série de eventos que durou seis anos: o Movimento Unificado dos Trabalhadores da Área da Saúde (MUTS). O início do MUTS contou com participação maciça da enfermagem no bojo do grupo dos 570 trabalhadores que ameaçavam paralisar o atendimento no Hospital do Pronto Socorro de Maceió (Gazeta de Alagoas, 08/04/1980).

Em 1987, a enfermagem alagoana encontrava-se no ápice de sua politização, quando consegue fundar seu próprio sindicato. O entendimento é que, no período de politização dessas trabalhadoras, a imprensa ora negou, ora anunciou as lutas vividas por elas. Desta forma, a escolha do objeto deste estudo representa um contributo para a escrita da História da Enfermagem alagoana, posto que poderá contribuir para a compreensão da politização e luta pela organização sindical da Enfermagem em Alagoas em busca de reconhecimento do valor social do trabalho, autonomia profissional e estabelecimento de direitos trabalhistas.

Destaca-se, nesse processo, a fundação da Associação Pré-Sindical dos Enfermeiros de Alagoas (APENAL), em 1982. A APENAL requalificou-se como Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Alagoas (SINEAL) mediante emissão da Carta Sindical, do Ministério do Trabalho, em 1987. A primeira diretoria do SINEAL eleita ainda em dezembro de 1986 tomou posse em 1987, presidindo até 1989 (SINEAL, 1987), podendo-se considerar que o fenômeno perdurou durante a década de 1980.

No Brasil, a primeira organização civil de enfermeiras foi a Associação Nacional de Enfermeiras Diplomadas (ANED), criada em 1926, e tinha como objetivos o desenvolvimento da profissão em seus diversos eixos de atuação e a luta por maior visibilidade e reconhecimento do trabalho. Foi somente em 1954 que a ANED recebeu a denominação de ABEn, primeira entidade civil para o desenvolvimento da profissão, com diversos eixos de atuação: técnico, científico, político e cultural, lutando por maior visibilidade e reconhecimento do trabalho. A ABEn figurou como o principal espaço de organização das enfermeiras e protagonizou todas as lutas e reivindicações dos profissionais à época (Germano, 2010; Santos *et al.*, 2016).

Na década de 1980, tornou-se forte o Movimento Participação (MP), o qual trazia em seu bojo anseios de requalificação da ABEn, que surgiu devido ao descontentamento com a política institucional da Diretoria Central da ABEn ao assumir uma postura de submissão e adesão às políticas de governo e aos ditames da indústria do setor saúde, principalmente na época do regime ditatorial (Santos, 2015; Rossi, 2001; Germano, 2010).

Em 1979, a ABEn Alagoas aderiu ao Movimento Participação e teve como sua principal liderança a enfermeira Noraci Pedrosa Moreira (ABEn, 2017), fazendo reverberar os anseios por mudanças e mais representação social da Enfermagem. No Brasil, os anseios da classe já influenciavam a abertura de sindicatos em outros estados, principalmente após a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1977 (Dornelles, 1995). Sendo assim, a partir dos desdobramentos do Movimento Participação e perante a luta de um grupo de enfermeiras protagonistas da politização em Alagoas na década de 1980, lideradas por Noraci Pedrosa

Moreira, foi fundada a APENAL em 1982 (ABEN-AL, 2018; Macedo, 2013; Santos, 2015; Silva, Santos, Macedo *et al.*, 2015).

Noraci Pedrosa foi a primeira enfermeira eleita presidente do SINEAL nas eleições de 19 de dezembro de 1986. Em 21 de janeiro de 1987, tomou posse a primeira chapa eleita e assumiu a liderança do órgão a vice-presidente, Ana Maria Vieira de Andrade, por motivo do falecimento de Noraci Pedrosa, dando-se o triênio da primeira gestão até 1989 (SINEAL, 1987; SINEAL, 2020; Santos *et al.*, 2006).

Para além do que foi relatado até agora, é patente o meu interesse pela linha de investigação na área da história da Enfermagem, construído ao longo da graduação, nas aulas de história da Enfermagem reforçando a tendência que já se manifestava de forma indireta, ainda no ensino médio, pelo prazer em estudar história. Ao longo da graduação, participei de visita ao SINEAL e percebi, nos relatos do seu presidente à época, a sua importância na defesa da categoria profissional à qual estava adentrando.

Ao iniciar minha vida profissional, os desafios profissionais se intensificaram e a vivência como trabalhadora possibilitou uma maior percepção acerca dos fatores envolvidos na visibilidade e na autonomia da enfermeira, assim como senti na pele os efeitos da precarização das relações de trabalho na Enfermagem, os baixos salários, a carga horária semanal de trabalho exaustiva, os quais são fatores diretamente impulsionados pela globalização e conjuntura política brasileira, sendo imprescindíveis estar vigilante à defesa do trabalhador e aderir aos movimentos sociais.

Acerca da representação da integralidade no cuidado, Persegona *et al.* (2009) explicam que a Enfermagem desempenha seu papel social utilizando-se de diferentes instrumentos no cuidado e, assim, consegue assistir à população. No entanto, ainda carece de reconhecimento em seu modo de ser, fazer e saber, sendo imperioso, para isso, provocar reflexões na categoria e inserir-se no contexto sociopolítico.

A melhora do padrão do conhecimento sociopolítico, respaldada pelo conhecimento técnico para o cuidado e sua gestão, é no que pode implicar a inserção do enfermeiro, cada vez mais, nos espaços decisórios e gestão das políticas de saúde. Como consequência, uma melhor visibilidade profissional da enfermeira afasta a subalternidade imposta nos vários espaços por outros profissionais (Persegona *et al.*, 2009).

Estudos acerca da História da Enfermagem alagoana, desenvolvidos pelo Grupo de Estudos D. Isabel Macintyre (GEDIM), da Escola de Enfermagem da UFAL, registraram alguns fatos e o contexto social e político vivido pela enfermagem alagoana e brasileira na década de 1980, os quais influenciaram a organização sindical e a politização das enfermeiras em Alagoas

como um todo. Como exemplos, tem-se a luta pela organização civil da enfermagem e a cultura trazida pelo Movimento Participação, desde seu período embrionário, em 1978, e as transformações trazidas por este movimento para a (re)qualificação da Associação Brasileira de Enfermagem de Alagoas (ABEN/AL) (Silva; Santos; Macedo *et al.*, 2015; Macedo, 2013; Santos, 2015).

Considerando os acontecimentos citados, os quais configuraram um rico cenário de lutas e protagonismo da Enfermagem, cabe as seguintes questões:

- a) Como se deu o processo de politização das enfermeiras alagoanas ocorrida no período de redemocratização do país, na década de 1980, no bojo do Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde (MUTS)?
- b) Como esta politização requalificou seus espaços de representação e participação no movimento reivindicatório dos profissionais de saúde, bem como de lutas pelas suas próprias bandeiras?

Esses questionamentos e as pistas encontradas nos estudos realizados e fontes consultadas levam a pré estabelecer a hipótese de que: **o processo de politização das enfermeiras em Alagoas foi marcado pela participação no MUTS, ora mais ora menos relatada nas reportagens publicadas no jornal de maior tiragem à época requalificando sua organização civil de APENAL para SINEAL, com autorização legal para representar a classe de acordo com os ditames do Ministério do Trabalho (MT), o que alterou a ordem das relações sociais no campo da saúde, anteriormente estabelecidas.**

Em busca de esclarecer o fenômeno social descrito, o estudo terá como **objetivos**:

- **Descrever o processo de politização das enfermeiras alagoanas no bojo do Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde em Alagoas na década de 1980;**
- **Analisar os desdobramentos deste processo na requalificação da organização sindical das enfermeiras em Alagoas.**

Este estudo é relevante porque poderá contribuir com a academia na produção de fontes para futuros estudos, além de servir de registro escrito da história da Enfermagem brasileira e alagoana. Para a categoria das enfermeiras, é importante porque abordará um tema de seu interesse ao estudar as relações que essas profissionais estabelecem com a sociedade e relacionar, dialeticamente, passado, presente e futuro (Santos; Leite, 2004). Além disso, o conhecimento da história da enfermagem pode contribuir para a formação de uma consciência crítico reflexiva, sendo fundamental para a preservação da memória profissional, compreensão

do valor social do trabalho e a formação de sua identidade profissional (Barreira; Baptista, 2003; Santos *et al.*, 2013).

Há escassez de trabalhos sobre a história da politização das enfermeiras, notadamente em Alagoas. Segundo Quintão *et al.* (2015), embora haja grande número de estudos publicados sobre as Associações Profissionais de Enfermagem como um todo, elencando principalmente a região Sudeste como cenário, houve diminuição de estudos sobre os Sindicatos e a ABEn a partir de 2010. Acerca do tema, um estudo publicado em 2006 por Santos *et al.*, esboça de forma crítica e reflexiva a importância da organização sindical das enfermeiras alagoanas para o enfrentamento do patronato, ilustrado pelo movimento sindical das enfermeiras do SINEAL sob a égide das diretrizes da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

No entanto, em buscas realizadas no Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), mediante o uso dos termos: “História da enfermagem”, “Sindicatos”, “Sociedades de Enfermagem”, “Ativismo Político”, “Organização Social” combinados por meio dos operadores booleanos *AND/OR*, foram encontrados 140 estudos, mas nenhum destes com o enfoque dado aqui. Espera-se que o estudo proposto, contribua para preencher esta lacuna no conhecimento e sirva como fonte para a realização de novos estudos.

O estudo é importante porque o conhecimento da história e o sentimento de pertencimento à classe da Enfermagem poderão auxiliar o enfermeiro na luta pelo reconhecimento de sua relevância social. Isso é fundamental diante da dualidade que, segundo Machado, Lima e Baptista *et al.* (2017), ainda existe entre a saúde que temos e aquela preconizada na Constituição de 1988.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: PARA ENTENDER PROCESSOS DE POLITIZAÇÃO

Considerando-se a temática abordada nesta pesquisa e principalmente o objeto, qual seja o processo de politização ocorrido no campo da saúde na década de 1980, onde se busca esclarecer a participação de enfermeiras nas lutas por melhores salários e condições de trabalho, é necessário ancorar a escrita desta história no pensamento de um autor que desse conta de dar sentido às contradições e silêncios presentes nos documentos examinados. Estudando as ideias de pensadores que se preocuparam com as questões relativas às características de serem humanos como seres sociais e políticos e a forma como se organizam para defender seus interesses, os conceitos e Jacques Lagroye se mostraram interessantes e capazes de fazer entender o que de fato acontecia nos bastidores das notícias jornalísticas à época.

Há diferentes perspectivas conceituais e metodológicas no estudo da politização e é preciso diferenciá-las. As bases teóricas e conceituais de um dos maiores pensadores do tema da politização, o francês Jacques Lagroye (2003), têm sido a principal fonte para a apropriação de esquemas analíticos concernentes à politização. A conceituação de politização ora perpassa pela redefinição de termos de uso comum, remetendo às suas bases teóricas, ora perpassa pela conversão (ou transformação) de algo que antes era ou supostamente estava externo e que passa a ser de ordem política ou que foi politizado (Coradini, 2017).

No processo da politização, um problema ou tema social, cultural ou mesmo puramente técnico, de um grupo, ou de profissões, entra na lista de questões a serem tratadas por instituições explicitamente políticas. Torna-se passível de apreciação moral e não prescinde de legitimação, pois é a partir desta última que se estabelece uma nova ordem política (Lagroye, 2003).

É a partir da definição do problema, ou tema a ser politizado, que as ações são orientadas e ficam, ou devem ficar explícitas, a fim de resguardar o sentido que os atores envolvidos querem dar a essas ações. Para isso, objetivos específicos são atribuídos a cada tipo de atividade, os quais devem ser tidos como legítimos por quem os persegue, sejam as lideranças, parceiros sociais ou da sociedade como um todo (Lagroye, 2003).

A importância da legitimação das finalidades funcionais atribuídas a uma ou outra forma de ação reside em seu potencial de (re)definir, a todo tempo, os campos de atividades, as motivações admitidas, os investimentos em organizações, instituições e papéis sociais. O conhecimento e a validação das finalidades legítimas das ordens de atividades é uma das

condições para o sucesso nas ações e nas interações, sejam nos diversos campos de atividades, em um engajamento ou em uma profissão (Lagroye, 2003).

Como seres sociais, os grupos sociais vivem gregariamente, nem sempre organizados de modo compromissado, mas agrupados para constituir e partilhar valores culturais e éticos, num mesmo regime político e econômico, assim surgem as diversas instituições da sociedade (Lagroye, 2003). Como finalidade, as instituições sociais existem para congregar práticas, definir usos e atribuir e disseminar valores cujos graus e modalidades de codificação de regras internas de cada grupo social varia. Os diferentes grupos sociais podem compartilhar desde superstições até a instituição de organizações jurídicas, de fato, passando por constituições políticas (Lagroye; Offerlé, 2011).

Nesse sentido, ao exigir a transgressão da diferenciação fundamental das ordens ou espaços de atividades e das categorias que permitem classificá-los, a politização suscita um intenso trabalho de legitimação. Isso exige a convergência de objetivos dos atores, os quais, encarnam papéis diferenciados nesse processo (Lagroye, 2003).

Jacques Lagroye, que acaba de falecer aos 72 anos após uma longa doença, foi uma das figuras da ciência política francesa. Ele contribuiu para a estruturação dessa disciplina, há muito mantida à margem do direito público, abrindo espaço para o despertar da população em geral dos “primeiros anos” para a sua disciplina (Le Gendré, 2009). A contribuição deste trabalhador para a ciência política francesa é notável, apesar da modéstia do homem que raramente o colocou sob os holofotes. A disciplina da qual foi um dos dirigentes há muito sofre por ser “parente pobre das faculdades jurídicas”. Se finalmente se emancipou do direito público, deve-o ao papel determinante de Maurice Duverger, *expert* da ciência política francesa. Jacques Lagroye foi seu digno sucessor (Le Gendré, 2009).

Nasceu em Bordéus no ano da Frente Popular, numa família modesta e católica messaliana, marcada pelo envolvimento sindical, em particular a do seu pai, um dos dirigentes da CFTC em Gironda. Primeiro aluno da escola departamental de formação de professores, passou depois no concurso para a *École normale supérieure de Saint-Cloud*. Puro produto da meritocracia republicana, progrediu passo a passo nas fileiras que, desde a *École Normale d'Éducateurs*, o levaram à agregação de história da qual se formou em 1960. Primeiro professor na classe preparatória em Chartres (Eure-et-Loir), regressou em 1969 à sua cidade natal como assistente do Instituto de Estudos Políticos, onde foi diretor de estudos (Le Gendré, 2009).

Formado em ciências políticas em 1970, ingressou no departamento de ciências políticas da Universidade de Paris-I – *Panthéon-Sorbonne* no início da década de 1980 onde rapidamente subiu de posição: em breve diretor deste departamento; fundador e primeiro diretor do Centro

de Pesquisa Política da Sorbonne; presidente do júri agregador da disciplina; membro de longa data do Comitê de Leitura da *La Revue Française de Science Politique*; membro do conselho de administração da Associação Francesa de Ciência Política. Foi conselheiro não oficial do ministro socialista Alain Savary, primeiro presidente da Secção 40 do CNRS (ciência política e sociologia das organizações), desempenhando um papel decisivo de facilitador na criação em Paris-I da outra revista de referência na disciplina, *Politix* (Liens Socio, 2009).

Jacques Lagroye desempenhou um papel importante na abertura da ciência política francesa às ciências sociais, particularmente à história, à sociologia e à antropologia. Os enormes esforços de trabalho e oblatividade que colocou na criação solitária, depois nas sucessivas reedições, do manual de referência da sociologia política, permitiram lançar as bases daquilo que constitui o coração da ciência política da língua francesa. Quanto à sua investigação pessoal, partindo do estudo do ativismo político e dos “sistemas de ação” ou redes de organizações políticas, alargou depois a sua perspectiva a uma vasta sociologia das instituições – sejam elas políticas ou religiosas (a sua própria investigação), mas também administrativas (através da investigação de vários dos seus doutorandos) – e dos fenômenos de legitimação da ordem social e política em que participam (Oliveira; Hassenteufel, 2021; Le Gendré, 2009).

A contribuição deste trabalhador para a ciência política francesa é notável. A disciplina da qual foi um dos dirigentes há muito sofre por ser parente pobre das faculdades jurídicas. Se finalmente se emancipou do direito público, deve-o ao papel determinante de Maurice Duverger, o “papa” da ciência política francesa. Jacques Lagroye foi seu digno sucessor. E até um pouco mais.

Substituiu-o, em 1981, como diretor do departamento de ciência política do Paris-I e comprometeu-se a enriquecer esta disciplina com novos pontos de vista. Considera-o estreito dentro dos seus limites tradicionais: a sociologia eleitoral, o estudo dos partidos políticos... Considera essencial abri-lo às ciências sociais e à antropologia. Jacques Lagroye dirige os inúmeros “alunos de doutoramento” cujas pesquisas dirige para estes horizontes férteis. Ele os faz ler Pierre Bourdieu e Michel Foucault.

Ele também está intimamente interessado nas relações entre indivíduos e instituições, inclusive nas redes sociais. Sobre isso escreveu uma tese notável, *Sociedade e Política*. (Lagroye, 1973). Desmonta os mecanismos que permitiram que um jovem general da Resistência fosse aceito pela burguesia pétainista local. Nesta tese, ele teoriza a noção de “feudo” e a de “vice-prefeito”, característica francesa: Edouard Herriot em Lyon, Gaston Defferre em Marselha, Pierre Mauroy em Lille.

Para muitas gerações de estudantes, Jacques Lagroye continuará a ser o autor de um livro indispensável, *Sociologia Política* (1991, quatro reedições desde então, 600 páginas hoje, com Bastien François e Frédéric Sawicki, na Presses de Science Po-Daloz, 2006). Para os seus amigos, ele continuará a ser um cristão comprometido. Um social(ista) católico que, no crepúsculo da sua vida, estabeleceu um diálogo fecundo entre a sociologia e a teologia. Um último campo de reflexão de que testemunha a sua última obra publicada: *A verdade na Igreja Católica. Contestações e restauração de um regime de autoridade* (Belin, 2006).

Principais Conceitos formulados por Jacques Lagroye

Os principais conceitos de Jacques Lagroye para este estudo é **POLITIZAÇÃO DOS ESPAÇOS SOCIAIS e REQUALIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES**. Para este autor, os processos de politização do espaço social possibilitaram a construção de uma ordem política no Ocidente, a qual implicou o surgimento de diferentes esferas de atividades especializadas que se diferenciaram e se institucionalizaram.

Há diversas formas pelas quais outras esferas sociais são requalificadas em termos políticos por certos atores, em um processo de transgressão e mistura entre campos ou setores da sociedade, o qual também têm efeitos importantes sobre a ordem política e suas instituições. A politização é uma transgressão da diferenciação fundamental dessas ordens, ou espaços de atividades, e das categorias que permitem classificá-los, e implica num intenso trabalho de legitimação, que exige a convergência possível dos objetivos de atores diversos que desempenham papéis diferenciados nesse processo. A politização é um fenômeno que pode ser de atividades sociais, de grupos, de temas ou de profissões; seu advento subjaz um problema de legitimidade e, para ser validada, é objeto de apreciações morais.

Os julgamentos sobre a politização ou a despolitização costumam fazer desses termos categorias normativas; e a questão recorrente da legitimidade das práticas de politização torna difícil qualquer tentativa de lhes dar uma definição que seja axiologicamente neutra. Contudo, tenta-se chegar a essa definição considerando que **a politização é uma requalificação das atividades sociais as mais diversas, requalificação que resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a questionar a diferenciação dos espaços de atividades.**

Por outro lado, a institucionalização de ordens de atividades especializadas, campos ou setores, é possibilitada por um processo de diferenciação e, com isso, as regras e os papéis característicos de cada ramo de atividade são naturalizados. Desse modo, com a socialização, é

posto o que é conveniente fazer ou não pelos indivíduos que se dedicam a esse ou àquele tipo de atividade.

Os seres humanos, em função de sua origem social e familiar, de sua profissão, de suas relações e de sua posição, são mais ou menos (pré) dispostos a se comportarem de modo pertinente nessa ou naquela ordem de atividade, em especial quando são constrangidos a “passarem” de uma para outra. Ou seja, há dificuldade ou até mesmo impossibilidade de os seres humanos **transgredirem esta distinção** das ordens de atividades – com muito mais razão de questioná-la. Isso porque o conjunto das **práticas sociais** trabalham de algum modo para produzir a **diferenciação dos papéis**.

Como exemplo tem-se a distinção das **políticas/partidos políticos** e das atividades **sindicais**, tal como se institucionaliza na separação das organizações sFIO e CGT principalmente. A sFIO foi um partido político socialista francês e a CGT é a Confederação Geral do Trabalho, uma confederação sindical francesa criada em 23 de setembro de 1895, é uma das cinco confederações de sindicatos de assalariados do país reconhecidas pelo Estado e é a que obteve o maior número de sufrágios nas eleições para o *Conseil de Proud'hommes* de dezembro de 2008 na França.

Inscreve-se concretamente na **diferenciação dos papéis, do saber fazer e das práticas** (a greve e o debate parlamentar, entre outros), das modalidades de seleção dos dirigentes e das relações que mantêm com os adeptos, das finalidades ou dos objetivos imediatos de suas respectivas ações; por fim, ela é **justificada pela especialização das “funções”** e pelo recurso **a princípios distintos de legitimação das práticas**.

Contudo, trata-se de fato, nos dois casos (CGT e sFIO), de “representar a classe operária”, de educá-la e servir seus interesses. Mas é o **conjunto das atividades sociais que produz esta distinção** dos campos político e sindical: o desenvolvimento das práticas parlamentares e o surgimento das formas “modernas” desse tipo de atividades, a deslegitimação das práticas violentas, o engajamento de diplomados nas lutas sociais, a persistência de ofícios de caráter artesanal assegurando a transmissão de tradições “anarquistas”, a aparição de grandes organizações de enquadramento das massas, a transformação das relações de produção, **conduzem a uma diferenciação crescente das atividades políticas e das atividades sindicais**, ainda que o objetivo geral de ambas (o surgimento de uma sociedade nova, revolucionada) seja idêntico.

A “doutrina” do sindicalismo revolucionário se enraíza nessa diferenciação das práticas, das experiências e dos objetivos atribuídos à ação coletiva. A passagem de um papel a outro se revela ilegítima e tudo contribui a torná-la dolorosa. As organizações em que esta distinção se

institucionaliza zelam pela preservação de papéis, de saber fazer e de objetivos distintos, às vezes uns se opondo aos outros de forma dramática.

Se essas organizações contribuem desse modo à produção e à manutenção de setores diferenciados, não se pode lhes atribuir responsabilidade exclusiva nisso, nem mesmo a responsabilidade principal. Isso também é válido em outras situações, em outros contextos: a distinção institucionalizada dos papéis resulta de processos sociais tão amplos quanto a “crise do feudalismo”, o enriquecimento e as pretensões das ordens religiosas, o “renascimento” das cidades, a criação de cadeias de dependência reguladas entre dominantes e dominados e até mesmo o desenvolvimento de escolas catedrais. Assim, a diversificação de práticas e de papéis sociais, legitimados por sua “função” e suas respectivas finalidades, é ao mesmo tempo o efeito de múltiplas atividades sociais e a origem de uma “setorização”, de uma distinção objetivada de espaços de atividades reputadas “funcionais”; **as lutas pelo controle e a legitimação desses espaços** são indissociavelmente lutas por sua hierarquização.

Transgredir as regras que resultam desse processo geral e que contribuem a mantê-lo, em outros termos, **“misturar os gêneros”, confundir os domínios, contestar na prática a pertinência e a legitimidade das separações instituídas e constantemente consolidadas**, o que fazem as ações de politização de atividades de “natureza” diferente, é dizer a verdade sobre relações sociais que nunca se deixam aprisionar nos dispositivos e nas lógicas de apenas um campo constituído, e questionar uma arquitetura das relações sociais à qual os seres humanos estão ligados e dentro da qual aprenderam a se situar e a viver.

A **violência dessa transgressão**, que os atores tentam dissimular – por exemplo, ao distinguir “o político”, que pode autorizar certas requalificações dos objetivos da ação, e “a política”, que pode perverter e sujar as mais nobres atividades – **deve-se ao fato de que ela (transgressão) compromete o êxito das empreitadas mais ordinárias**; afinal, **é por meio do simples fato de orientar suas ações em função de lógicas distintas** – quando trabalham, jogam, seduzem um(a) parceiro(a), rezam ou educam –, aos seus olhos dotadas de **legitimidades específicas**, que os seres humanos, agindo individual ou coletivamente, fazem existir na prática ordens de atividades distintas e percebidas como tais.

Se o **sindicalista** pode aceitar reconhecer que sua ação tem um “alcance político” geral, como **formar cidadãos conscientes, livres e responsáveis; participar do surgimento de uma democracia de participação; lutar contra as opressões e as injustiças; forçar os eleitos a agir etc.**), ele não poderia admitir que as regras, as questões em disputa e os objetivos de seu engajamento sejam “ditados” ou “resgatados” pelos atores do jogo político.

Em muitas situações, o ser humano aprende condutas que produzem um reforço das distinções entre ordens de atividades e permitem **transgredi-las parcialmente**, ao preço de acrobacias diversas (inclusive linguísticas, como distinção da “política politiqueira” e da “política em seu sentido mais nobre”). Isso porque o ser humano precisa aprender a “jogar com o fogo” (circunscrever seu alcance e ao mesmo tempo admitir que não é possível apagá-lo); o mesmo acontece com a politização.

É o que percebem aqueles que, dentro de suas atividades, trabalham com atores políticos quando solicitam, aconselham ou tratam com eles de alguma maneira, mas ao mesmo tempo, lhes colocam em seu lugar quando eles “pedem demais” e correm assim o risco de comprometer a si próprios como parceiros sociais, e minar as bases de sua legitimidade própria.

Para **garantir a manutenção de sua posição social e institucional**, dirigentes sindicais engajados em dispositivos de **negociação** no nível de uma aglomeração ou de uma região tinham de **provar sua capacidade** de levar em conta os objetivos e as “boas razões” dos eleitos e dos altos funcionários, falar sua língua, compartilhar alguns de seus julgamentos, sem deixar de afirmar com clareza a especificidade irreduzível de seus motivos e de suas intenções, sua recusa a “politizar” a ação sindical, sua desconfiança frente às tentativas feitas pelos homens políticos de “resgatar” seu engajamento e tornar sua organização dependente. **Essa afirmação não se reduzia** a proclamações periódicas (no início de uma negociação, antes de assinar um documento, na tribuna de um Congresso etc.); ela **assumia a forma concreta de condutas e comportamentos de reafirmação** em situações difíceis: **gestos e modos** de se portar lembrando suas origens, **distanciamento físico** de certos eleitos ou funcionários, manifestações de familiaridade e de camaradagem nas reuniões sindicais.

De toda forma, sua **“notabilização”** criava as **condições** para **múltiplas transgressões** em relação aos papéis constituídos e às práticas específicas de cada ordem de atividades, ao mesmo tempo em que **levantava desconfianças** frente às ações de “politização” da ação sindical; e ela **ameaçava de certo modo a diferenciação objetivada, institucionalizada e legitimada**, que tornava de fato possível a condução das ações habituais dos atores envolvidos, “de um lado e de outro”. É preciso evitar conceber essa diferenciação como estável. Se as regras do ofício e as práticas atribuídas a cada papel tendem a enrijecer as oposições (sob o olhar desconfiado de colegas, de camaradas, guardiões das fronteiras), transgressões despercebidas ou não sancionadas, audácias toleradas, aproximações inevitáveis, modificam constantemente a percepção do aceitável e do inaceitável quando se trata das relações entre setores de atividades.

Notabilização: os militantes afastados dos círculos de negociação regionais ou não estritamente profissionais, e por essa razão levados a denunciar os riscos de uma “má” politização de seus representantes e da organização – isto é, de uma aproximação com formações políticas em busca de vínculos –, frequentemente estigmatizavam seus camaradas “enredados” nesses dispositivos, qualificando-os de “notáveis”, o que aliás favorecia sua posição social (professores, executivos de baixo escalão, empregados com nível superior, funcionários públicos etc.)

O conceito de **REQUALIFICAÇÃO** pode ser melhor compreendido ao se entender que as transgressões da distinção institucionalizada e vivida entre ordens de atividades assumem formas variadas. A mais rejeitada entre elas é aquela que os atores percebem como um “desvio” de finalidades e de dispositivos sociais da ação coletiva. A maior parte das relações sociais contínuas e das atividades humanas “escapam à política”, ou “não dependem da política”, na medida em que seus objetivos e sua orientação efetiva não parecem se inscrever legitimamente nas finalidades, nas regras e nos modos de proceder da ordem política especializada.

Assim, a intrusão de preocupações e de objetivos atrelados à política, isto é, habitualmente apresentados por organizações e atores políticos especializados, é considerada um perigo para a boa realização dessas atividades econômicas, religiosas, sindicais, caritativas, culturais ou outras. Ela suscita a inquietação, a indignação, a recusa. Os padres engajados na Ação Católica Operária que acreditavam na necessidade de militar no Partido Comunista, para manter seu papel adequado, não poderiam deixar de provocar a reprovação, receber sanções institucionais, uma vez que sua conduta era percebida como corruptora dos princípios, das normas e das práticas conhecidas, consideradas como as únicas adaptadas à atividade religiosa.

Nesse caso, e em muitos outros, aqueles que pregam ou aceitam o desvio dos objetivos anunciados e publicizados das atividades sociais em proveito de organizações políticas ou de eleitos, **são suspeitos de jogar o jogo dos políticos** que tentam “resgatar” o fruto de engajamentos inicialmente “puros” (grifo do autor) de qualquer contaminação pelos interesses políticos. Outra forma de politização depende mais de tentativas de “ultrapassagem dos limites” definidos pela setorização a certos tipos de atividades. Assim, ela resulta “geralmente da tomada de consciência”, por atores estranhos aos jogos ordinários do espaço político e às suas questões específicas, daquilo que chamam de a “dimensão” ou o “alcance” político de suas atividades.

É, por exemplo, o caso de responsáveis sindicais da CFDT após a “crise” de 1968, quando lhes aparece mais claramente que os temas sindicais da autogestão ou da ação sobre o “conjunto da vida” não estão desconectados de um projeto socialista, e que essa convergência, ainda que parcial, justifica o estabelecimento de relações de todo tipo com certos partidos. É

também o caso dos militantes ecologistas “descobrimo”, ao final de caminhos variados e às vezes sob a pressão de parceiros políticos, que o sucesso de seus projetos é inseparável de seu envolvimento nos debates políticos.

Por fim, é importante trazer o que Lagroye chamou de **EFEITOS DA POLITIZAÇÃO**. A requalificação dos objetivos e das atividades não é somente uma “re-codificação” dos problemas, uma tradução garantindo sua inserção em outra ordem de atividades – a ordem política – e permitindo assim que sejam tratados de modo conveniente. Ela tem efeitos importantes sobre as práticas politizadas, sobre a definição dos objetivos e dos papéis políticos, sobre os princípios de legitimação das formas de fazer nas diversas ordens de atividades concernidas.

Os processos de politização são fenômenos fundantes na construção da ordem política nos diversos espaços sociais, dos quais surgiram esferas de atividades especializadas historicamente diferenciadas e institucionalizadas. Desse modo, a politização implica na requalificação, em termos políticos, dessas esferas sociais, campos e setores que se relacionam e, somente em consequência da transgressão de seus atores, impõe efeitos importantes sobre a ordem política estabelecida e suas instituições (Lagroye, 2003).

Para este autor, em suas próprias palavras,

[...] le processus de politisation est la “requalification des activités sociales les plus diverses, requalification qui résulte d’un accord pratique entre des agents sociaux enclins, pour de multiples raisons, à transgresser ou à remettre en cause la différenciation des espaces d’activités” (Lagroye, 2003, p. 361)¹

Como compreende o processo de politização como um reconhecer-se como ser social que somente terá condições de desenvolver-se no campo dos direitos ao se engajar em movimentos que tenham objetivos comuns, exige que os grupos aprendam a se ver como grupo que possui características próprias e se envolvem de modo que tenham prolongamento político, moral, estético. Portanto, o referencial teórico proposto poderá conduzir a interpretação dos achados e explicar como aconteceram as lutas no espaço social recortado, o processo que **se pensa** (grifo meu) teve como um desdobramento a criação do SINEAL e as implicações para o desenvolvimento da enfermagem durante a primeira gestão do SINEAL.

¹ Tradução livre: “[...] o processo de politização é a “requalificação das mais diversas atividades sociais, uma requalificação que resulta de um acordo prático entre agentes sociais inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou a pôr em causa a diferenciação dos espaços de atividades” (Lagroye, 2003, p. 361).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Tipo de Estudo

Pesquisa qualitativa de natureza histórico documental, descritiva, realizada através de procedimentos de análise de documentos. A pesquisa em tela é descritiva por envolver a arte da descrição complementada pela explicação (Freitas, 2002) para contextualizar a politização das enfermeiras em Alagoas, considerando os acontecimentos do período de 1980 a 1987.

A abordagem histórica se justifica porque as ações do passado, realizadas por grupos humanos no seu espaço temporal, podem ser compreendidas a partir da análise do ponto de vista histórico (Padilha; Borenstein, 2005) e interpretada com auxílio de um referencial teórico, cabendo utilizar a perspectiva da História Nova para dar voz ao que foi suprimido e relacionar fatos ocorridos com a realidade da época, ampliando os conceitos e a aplicabilidade do documento histórico (Luchesi; Lopes, 2011).

Sobre a pesquisa documental, esta é realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos, sendo amplamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de descrever ou comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências (Pádua, 2019). Geralmente, essa abordagem se concentra em uma fonte rica de dados, não tem altos custos, não exige contato com os sujeitos da pesquisa e possibilita uma leitura aprofundada das fontes (Gil, 2022).

A pesquisa documental é um estudo que se faz de um ou de um conjunto de documentos e exige a identificação de suas características físicas (forma) e intelectuais (conteúdo). As fontes analisadas apresentam cinco dimensões: a) o contexto; b) o autor e os autores; c) a autenticidade e a confiabilidade do texto; d) a natureza do texto; e, e) os conceitos chave e a lógica interna do texto, que tentam possibilitar um melhor entendimento do material, considerando a riqueza de seus múltiplos recursos, imagéticos e textuais (Cellard, 2008).

Desse modo, cabe esclarecer que as fontes históricas ou documentos históricos são quaisquer registros, textuais ou não; quaisquer materiais que forneçam um testemunho do passado humano sendo, por isso, relevantes para o historiador apreender a história e escrevê-la. São exemplos os vestígios arqueológicos, as diversas fontes imagéticas, como as representações pictóricas, entre outras, as fontes da história oral, os gestos, ou hábitos enraizados, expressos na vida cotidiana e na prática comportamental (Barros, 2019). Entre estas, este estudo incluiu como fontes diretas recortes de manchetes e reportagens jornalísticas.

Para estudar e analisar um texto jornalístico, o leitor historiador deve ler nas entrelinhas e considerar a natureza do texto e da imagem, que foram elaborados no contato imediato de uma realidade dinâmica, em movimento, que retrata, geralmente, um contexto passado. Sendo assim, em raras exceções, a mensagem implícita será percebida de maneira objetiva. Após a interpretação do texto, não se pode perder de vista a crítica da sinceridade e crítica de exatidão, cujo princípio fundamental é a desconfiança sistemática (Zicman, 2012). Ao historiador, cabe construir uma narrativa com o seu método, desenvolver interpretações, relações entre os componentes do passado, por meio dos vestígios documentais, e atribuir sentido aos acontecimentos (Gomes, 2022).

2.2 Recorte Temporal

A década de 1980 constituiu-se um período de intensa luta pela reconstrução da democracia no país, com eventos decisivos para a politização das enfermeiras no Brasil (Santos *et al.*, 2006). A partir de consultas a fontes documentais que datavam da década anterior, 1970, encontraram-se vestígios da cobertura midiática a uma série de eventos ligados ao Movimento Unificado dos Trabalhadores da Área da Saúde em Alagoas (MUTS-AL) que se iniciou em 1980 e durou seis anos.

Desse modo, para situar o objeto no tempo a fim de que possa descortiná-lo em suas relações com a sociedade onde está inserido, foi definido como recorte temporal o período entre 1980 a 1987. A primeira manchete foi identificada no Jornal Gazeta de Alagoas e data de 08/04/1980. Trata-se da ameaça de paralisação do atendimento no Hospital do Pronto Socorro de Maceió feita por um grupo de 570 trabalhadores, com participação maciça da Enfermagem em seu bojo (Gazeta de Alagoas, 08/04/1980).

Ao longo dos anos, ficaram evidentes a necessidade de representação sindical das enfermeiras em Alagoas e os transtornos que a falta de um sindicato próprio implicava para a classe, como por exemplo, a invisibilidade que a imprensa escrita local impôs à participação das profissionais de enfermagem nas lutas no campo da saúde, sem que houvesse uma entidade sindical que as representasse coletivamente.

Sendo assim, o período entre 1980 a 1987, estendendo-se nas suas ações até 1989, foi aquele em que enfermagem alagoana encontrava-se no ápice de sua politização, quando em 1987 conseguiu fundar seu próprio sindicato, sendo este o ano final do recorte temporal aqui estabelecido. O entendimento é que, no período de politização dessas trabalhadoras, a imprensa ora negou, ora anunciou as lutas vividas por elas.

Desse modo, tal recorte temporal foi considerado suficiente para analisar a politização das enfermeiras em Alagoas no decorrer da década de 1980, tomando por base as circunstâncias da luta envolvida na politização. Neste sentido, Santos, Trezza e Barros (2006) destacam que a Enfermagem, em sua politização, demorou a se identificar e se organizar como categoria de trabalhadores, considerando a organização sindical um meio para superar as contradições vividas no interior da categoria e preservar a integridade profissional, sendo a sindicalização um fator de destaque.

2.3 Recorte Geográfico

Propõe-se como recorte espacial o município de Maceió, capital do Estado de Alagoas. Localizava-se neste município, à época, a sede do APENAL, na Avenida Fernandes Lima, bairro do Farol, onde as reuniões e demais atividades associativas aconteciam. Atualmente, a sede própria do SINEAL localiza-se em Maceió-AL, na Rua Primeiro de Maio, número 194, bairro Prado (SINEAL, 1987; SINEAL, 2024).

Apesar de o SINEAL ter sede na capital alagoana, sua atuação se dá em âmbito estadual e, por isso, o estudo buscou contextualizar fatos ocorridos nos amplos espaços sociais, considerando o contexto alagoano como um todo, tanto dos municípios do Estado como das instituições de saúde ou espaços sindicais ocupados pelas enfermeiras. Faz-se importante tal perspectiva porque a micro e a macropolítica se distinguem, mas são inseparáveis, estando permanentemente entrelaçadas, de modo que uma mantém influência sobre a outra (Ferreira Neto, 2015), como se pode ver nas relações entre os sindicalizados e seus empregadores, mediadas pelo SINEAL.

Nesta perspectiva, as ações desenvolvidas por este sindicato, a partir de sua criação se estendem a todo o Estado de Alagoas e às demandas sindicais geradas nos municípios são de sua competência, o qual se articula para se relacionar diretamente com sua base sindical e ao mesmo tempo dialoga com os gestores empregadores. Desse modo, são estudados os dois tipos de relação: as relações face a face entre os indivíduos, que são empreendidas pelas análises microsociais, e as relações entre as estruturas mais gerais da vida social, sobre as trocas e situações mais específicas, que se alcança com o recurso das análises macrossociais (Brandão, 2001).

2.4 Recorte Institucional

Foram utilizados como recortes institucionais três espaços institucionais:

a) O Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas (SINEAL): o acervo lá disponível está arquivado na secretaria. Nesse acervo estão reunidas fotografias, Livros Ata, ofícios, boletins informativos do sindicato, recortes de jornal, panfletos. Nas demais dependências, como os corredores e salas, encontram-se expostos *banners* explicativos com conteúdo histórico.

b) O Museu Histórico do Instituto Arnon de Mello: O Instituto Arnon de Mello é um museu de caráter fechado, ou privado, mantido pelas empresas das Organizações Arnon de Mello. Fundado em 14 de abril de 1996, possuindo um grande acervo documental dos Jornais Gazeta de Alagoas que datam desde 1934, além de obras bibliográficas e fotografias. Funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h, para consulta agendada, e se situa na Avenida Aristeu de Andrade, 534, no bairro do Farol, em Maceió – AL (Alagoas, 2023; OAM, 2023).

c) O Arquivo Público de Alagoas (APA): O APA é um museu do tipo aberto e estadual mantido pela Secretaria do Gabinete Civil de Alagoas. Fundado em 30 de dezembro de 1961, dispõe de uma coleção de textos manuscritos, datilografados e impressos que remontam ao século XVIII. Como a maior parte dos documentos têm origem principalmente administrativa referente ao Poder Executivo de Alagoas, estes possuem valor legal e historiográfico. O horário para visitação é de segunda a sexta, das 9h às 16h, e está localizado na Rua Sá e Albuquerque, sem número, no bairro Jaraguá, em Maceió – AL.

2.5 Fontes

Considerando o objeto do estudo e os objetivos aqui propostos, faz-se necessário acessar as fontes históricas que lancem luz às questões levantadas. As fontes históricas são os elementos produzidos pelo homem, ou ainda os vestígios de sua interferência (Barros, 2012), que possibilitam extrair, interpretar, analisar e relacionar, à luz do presente, o passado e, assim, compreender fatos e circunstâncias das sociedades em um determinado recorte temporal (Aróstegui, 2006; Bellotto, 2008; Lakatos; Marconi, 2021).

A concepção aqui adotada para o termo **documento** faz-se na perspectiva ampliada da História Nova, originada na *École des Annales* (Febvre; Bloch, 1929). Nessa perspectiva, as atividades humanas e as estruturas sociais, políticas e econômicas são contextualizadas e compreendidas a partir de tudo o que pertence e rodeia o homem (Burke, 2011; Padilha *et al.*, 2011).

A palavra documento é muito empregada desde o século XIX em um modelo de História Política que perdurou no primeiro século da historiografia científica, denotando as fontes oriundas das instituições e poderes constituídos. No entanto, o desenvolvimento de novas possibilidades teóricas e metodológicas da História ocorreu em paralelo ao desenvolvimento do universo das fontes possíveis aos historiadores. Dessa forma, um texto, quer seja documento estatal ou não, ou os diversos objetos materiais, uma foto ou até mesmo uma canção, são todos documentos, o que favoreceu o surgimento de um termo mais fluido que passou a ser empregado: fonte ou fonte histórica (Barros, 2019).

Desse modo, é possível problematizar uma pluralidade de elementos, como as fontes visuais de natureza iconográfica, cinematográfica, fotografias ou paisagens, vídeos, hieróglifos, imagens estáticas, arte, transcrições da oralidade, impressos oficiais, monumentos, estatísticas, escritos não oficiais como a memória escrita ou falada, textos escritos, livros, objetos do cotidiano, elementos folclóricos (Carlos; Bellaguarda; Padilha, 2022; Grazziotin; Klaus; Pereira, 2022).

Uma das dificuldades enfrentadas pelo pesquisador que se debruça sobre acontecimentos históricos é conseguir acesso a um conjunto de fontes e organizá-las de maneira que passe a conter informações precisas sobre um tema estipulado, para que possa compor o que Barros (2015) denomina de *corpus* documental da pesquisa (Barros, 2015). Dentro desse conjunto de fontes, cabe ao pesquisador ainda, em conformidade com seus objetivos, classificá-las em diretas ou indiretas, em razão da proximidade do objeto e de sua capacidade de elucidá-lo, dando lugar à escrita de uma nova história.

2.5.1 Fontes diretas

As fontes diretas representam o contato mais direto com os acontecimentos históricos. São os documentos originais, as relíquias ou objetos originais, seja manuscrito ou impresso (Padilha; Borenstein, 2005). Como fontes históricas diretas foram acessadas e digitalizadas, principalmente, as manchetes, notícias, notas de colunistas, entrevistas e reportagens no geral veiculadas na imprensa alagoana, principalmente pelo Jornal Gazeta de Alagoas. O segundo maior volume de fontes diretas acessadas foram os Livros Ata, Boletins Informativos, Relatórios e Fotografias arquivadas no acervo do Sindicato das Enfermeiras de Alagoas (SINEAL). As demais fontes diretas foram acessadas no Arquivo Público de Alagoas (APA).

Foram incluídos no estudo as fontes legíveis e acessíveis (critérios de inclusão), e excluídas as fontes danificadas pelo tempo ou cujos conteúdos estavam sem referência – ou com referência confusa – quanto ao fato abordado no documento.

2.5.2 Fontes indiretas

Foram realizadas leituras de obras de autores que tratam da sociedade alagoana e brasileira à época proposta aqui, bem como artigos científicos, teses, dissertações, livros, folhetins, matérias jornalísticas não incluídas nas fontes diretas, mas que tangenciaram a problemática em estudo, ajudando a compreender contextos e circunstâncias, ou qualquer explicação acerca do fenômeno, fora do recorte temporal proposto.

2.5.3 Técnica e instrumento de busca e análise das fontes

Como técnica inicial de análise das fontes, após garimpagem nos arquivos do APA, SINEAL e Museu do Instituto Arnon de Mello, os documentos potencialmente úteis para a pesquisa foram devidamente selecionados e digitalizados com auxílio de celulares e dos aplicativos *CamScanner* e *DocScanner*.

Os documentos digitalizados foram transferidos para armazenamento em pastas no *Google Drive*, um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos que utiliza o conceito de armazenamento em nuvem, permitindo acesso criptografado e seguro aos arquivos a partir de qualquer computador ou dispositivos compatíveis (Google, 2023).

A organização e classificação dos documentos armazenados (ou dados) foi realizada em pastas do *Google Drive* de acordo com: Tipo de Documento (foto ou matéria de jornal ou folhetim/boletim informativo do sindicato ou ata de reunião); Data do documento; Procedência/origem do documento (se APA, SINEAL ou IAM) para facilitar sua consulta. Todos os documentos escaneados durante o período de coleta de dados originou um grande acervo documental sobre os temas: organização da saúde em Alagoas e no Brasil da década de 1980; a politização dos profissionais da saúde em Alagoas; a conjuntura política, social e econômica do Brasil e de Alagoas da década de 1980 que está armazenado no Grupo de Estudo D. Isabel Macintyre (GEDIM) da Escola de Enfermagem (EENF) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

Foram realizadas, paralelamente ao processo acima descrito, leituras de fontes indiretas. Após a leitura, a extração das informações dos documentos foi guiada por instrumento utilizado anteriormente por pesquisadores do GEDIM/EENF/UFAL. Trata-se de um modelo de quadro para a alocação das informações extraídas das fontes, o que constituiu o **Corpus Documental da Pesquisa**. Esse instrumento pode ser visto no Anexo A.

2.5.4 Tratamento e conservação das fontes

A respeito do tratamento, conservação e manuseio das fontes históricas escritas ou impressas, a pesquisadora recebeu e cumpriu orientações prévias quanto ao cuidado para o manuseio dos documentos. Alguns procedimentos e técnicas próprias da conservação de documentos e acervos arquivísticos (EGOV-DF, 2023; UFSM, 2023) foram adotadas e estão assim descritas:

- ✓ **Uso de equipamentos de proteção individual:** máscaras cirúrgicas ou de tecido foram utilizadas para a proteção das vias aéreas contra poeira, fungos e possíveis insetos oriundos dos documentos antigos (EGOV-DF, 2023); luvas de procedimento e/ou nitrílicas foram utilizadas para proteger os documentos da gordura natural das mãos, a qual danifica o documento ao longo do tempo (UFSM, 2023).
- ✓ Foram seguidos cuidados como não dobrar as folhas para marcar páginas, não consumir alimentos e bebidas na área de trabalho, não apoiar as mãos e os cotovelos sobre os livros e manusear os documentos apenas em cima da mesa (UFSM, 2023). O uso de máscaras também foi necessário para evitar depósito de gotículas ou perdigotos na superfície dos documentos enquanto estavam sendo lidos e fotocopiados.
- ✓ Os jornais antigos do Museu do Instituto Arnon de Mello estão compilados em grandes livros de encadernação do tipo capa dura. Cada livro reúne as publicações referentes a um mês de determinado ano, constando tal informação em sua capa e lombada. Os livros foram retirados da estante um a um, segurando-os com firmeza na parte mediana da encadernação e na presença da funcionária responsável pelo Museu, após o uso, foram guardados nas estantes em sentido vertical para melhor preservação (EGOV-DF, 2023).

2.6 Análise das Informações

Para possibilitar a análise e interpretação dos achados foi feito um trabalho de ordenação e classificação das fontes, adotando-se procedimentos de análise crítica externa e interna dos documentos, adotando-se o Roteiro de Análise para Crítica Externa e o Roteiro de Análise para Crítica Interna de documentos amplamente utilizado por pesquisadores do GEDIM-LADOPHE/EENF/UFAL (Aleluia, 2005).

De acordo com Silva Jr. (2011), a análise de documentos se assenta em duas fases sucessivas e complementares: a) crítica interna, com leitura atenta do texto para fins de interpretação (credibilidade); b) crítica externa, em que se busca examinar o texto com o propósito de elucidar os seus aspectos materiais (autenticidade). A crítica interna está pautada na busca de apreender o significado da declaração dentro do contexto; e a externa indaga a natureza do documento, em relação à originalidade e procedência.

2.7 Aspectos Éticos

Embora se trate de um estudo histórico social que investiga fontes documentais, não envolvendo pessoas de forma direta, não sendo obrigatório a análise por parte de Comitê de Ética (CE), é importante afirmar que os princípios éticos da pesquisa foram considerados neste estudo a partir da resolução n. 466 do Conselho Nacional de Saúde (CNS, 2012): não maleficência, beneficência, justiça e equidade.

O princípio da justiça estabelece como condição fundamental à equidade, e refere-se à aplicação e distribuição equitativa dos benefícios da pesquisa na sociedade (Beauchamp; Childress, 2002, Mattos; Ramos; Veloso, 2015). Tal princípio se assegura pela publicação de seus resultados, sejam eles quais forem, neste caso, a escrita de uma outra versão da história a partir das fontes diretas e indiretas sustentadas por um referencial teórico. Também se assegura o respeito à justiça pelo respeito às personalidades citadas nos documentos, de forma que sejam compreendidas naquele contexto.

A não maleficência estabelece que não sejam causados dano ou mal ao participante, seja físico ou mental ou aqueles que impeçam a realização dos interesses dos participantes da pesquisa. O princípio da beneficência determina que as ações sejam orientadas para a promoção do bem (Beauchamp; Childress, 2002). No caso em tela, o estudo não provocou danos significativos aos documentos estudados e o banco de dados construído será doado ao Laboratório de Documentação em Pesquisa em História da Enfermagem localizado na Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas.

2.8 O *Corpus* Documental da Pesquisa

Apresenta-se o *corpus* documental da pesquisa, segundo o acervo onde foi encontrada cada fonte:

Quadro 1 – Distribuição das fontes encontradas e utilizadas segundo o recorte institucional. Maceió, 2024.

Nº de Ordem	Recorte Institucional	Nº de fontes encontradas	Nº de fontes inseridas
01	APA	32	01
02	Museu Inst. Arnon de Melo	476	51
03	SINEAL	53	07

Observados os princípios éticos e cumprindo-se os passos da análise crítica interna e externa, os resultados desta análise passaram pela triangulação dos dados com a literatura consultada e os conceitos de processo de politização e requalificação das atividades de Jacques Lagroye e passam a ser apresentados sob forma de três textos que procuraram reescrever a história oficial: a) A interpretação do contexto e relações sociais descritas da época como antecedentes do acontecimento histórico em estudo; b) O MUTS e a politização/participação das enfermeiras; e, c) Os desdobramentos da politização das enfermeiras e a requalificação da APENAL.

3 CONJUNTURA BRASILEIRA ENTRE 1975 E 1985: TEMPOS DE TRANSGRESSÕES E REQUALIFICAÇÃO POLÍTICA

Em meados da década de 1970 e início da década de 1980, o Brasil passou por um processo de redemocratização após a vigência do regime de ditadura militar que governava o Brasil desde 1964. O aprofundamento da crise política, econômica e social, matizada pelo fracasso da ditadura militar e pela crise sanitária, levou o país a uma série de mobilizações sociais em diversas áreas, constituindo-se num espaço de transgressões (Lagroye, 2017) e propício a movimentos de requalificação das instituições e das políticas públicas

Nesse período, aconteceram as greves trabalhistas, a luta dos trabalhadores rurais pelo direito à terra e reforma agrária (FIOCRUZ, 2024; ESCOREL, 2012), os movimentos comunitários, o movimento das Diretas Já e as mobilizações para a instauração de uma assembleia constituinte (Souto; Oliveira, 2016). Para os trabalhadores da área da saúde, as consequências do regime militar se traduziram na necessidade de endurecer a resistência ao verem seus direitos sociais e trabalhistas entrarem em colisão com o avanço do poder e do lucro capitalistas na área da saúde (Scorel, 2012; Lara, Silva, 2015).

Apesar da grande repressão vivida nos primeiros cinco anos da década de 1970, foi nessa difícil conjuntura que se deu a transição para a democracia e os movimentos grevistas do ABC Paulista, que marcam o advento do Novo Sindicalismo e o ressurgimento da luta sindical (Andion, 2020). Tal panorama permite que o inconformismo com a segmentação e as iniquidades do modelo de assistência à saúde encontre palco nas lutas do Movimento da Reforma Sanitária (MRSB) (Santos, 2018; FIOCRUZ, 2024) e na criação e fortalecimento de diversos espaços sociais de luta, discussão e defesa de direitos classistas e trabalhistas (Gomes; Santos, 2005; Santos, 2006).

Uma breve descrição do contexto político, social e econômico, bem como as relações sociais, à nível nacional e local, permitirão entender os processos de politização que permearam a atuação dos profissionais da área da saúde em Alagoas no período estudado. Isso porque os fenômenos em estudo têm intrínseca ligação com a crise do modelo de assistência à saúde no Brasil que, segundo Paim (2001), era o modelo médico-assistencial privatista que desenvolveu a medicina previdenciária.

Ancorando-se nos conceitos de Jacques Lagroye (1994), alguns eventos, ações e fenômenos caracterizam a politização dos espaços sociais, descrevendo tais eventos como Transformações, Politização ou Requalificação das ações e do contexto social. Desse modo, tem-se que os trabalhadores da área da saúde em Alagoas, da década de 1980, atuaram ora

organizados em suas respectivas categorias profissionais, ora unificados, no que se constituiu como o Movimento Unificado dos Trabalhadores em Saúde de Alagoas (MUTS) e estabeleceram suas bandeiras de luta.

Na década de 1970, o Brasil sofreu pressões internas e externas por mudanças. A crise econômica, o descontentamento popular e a pressão internacional por direitos humanos foram fatores que enfraqueceram o regime militar, levando a um lento processo de reabertura política e a transição do regime militar para um governo mais democrático, o que ocorreu entre o final da década de 1970 e a década de 1980. Em que pese nesse período tenha se iniciado a redemocratização do país, é considerado também o período mais repressor da ditadura militar brasileira, devido à vigência do Ato Institucional n. 5, instituído ainda em 1968 e que vigou até 1978 (Fausto, 2006).

A derrocada do regime de ditadura militar no Brasil acabou por abrir espaço para a reabertura política do país, iniciada no governo de Ernesto Geisel (1974-1979). É característica desse período a distensão política, pela promessa de mudança lenta e gradual rumo à redemocratização, e a Lei da Anistia, que permitiu o retorno dos exilados políticos e o perdão para crimes políticos cometidos por militantes e por agentes do Estado (Fausto, 2006). No governo de João Figueiredo (1979 a 1985), a forte pressão social impulsionou a volta ao pluripartidarismo e a revogação do Ato Institucional n. 5 em busca de restaurar as bases da legitimidade social do regime, com rearticulação da sociedade civil e mais união política (Brasil, 2017; Escorel, 1999).

Nesse sentido, o período de reabertura política, que foi marcado por mobilizações sociais, corresponde ao momento em que a sociedade brasileira estava em transformação para concretizar a democracia. Ao mesmo tempo, observam-se os efeitos da politização implementada por todos os atores sociais que resistiram contra a ditadura e converteram a dominação em impulso de transformação. Para Lagroye (2003), toda interação social é uma interação política e seus efeitos supõem a modificação e a transformação do poder e/ou legitimidade de atores ou grupos. Nessa perspectiva, a requalificação dos objetivos da nação teve efeitos importantes sobre as práticas politizadas de diversos grupos e os papéis dos governantes.

No campo econômico, o país vivia as consequências da política econômica do regime da ditadura militar com uma grande crise financeira oriunda do superendividamento que financiou o crescimento da economia, no chamado milagre econômico, e duas crises do petróleo que desestabilizaram a economia mundial. A dívida externa brasileira cresceu em mais de 30 vezes, aumentando os juros e gerando arrocho salarial, perda do poder aquisitivo do salário

mínimo, aumento dos preços e concentração de renda (Souza, 1985; Habert, 1992; Paulino, 2020; Madeiro, 2024). Eram frequentes na mídia as notícias acerca da crise econômica e sobre como isso afetava o poder aquisitivo do trabalhador, como demonstra a Figura 1:

Figura 1 – Manchete de jornal divulga a alta inflação brasileira, Maceió, 2024.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 04/01/1980.

A escalada geométrica da inflação tornava público o fracasso do plano econômico do governo militar como o próprio ministro Delfim Neto reconhecia, de modo que ganhou espaço na cena pública o Movimento contra o Custo de Vida. Esse movimento levou mais de 20 mil pessoas a protestarem em São Paulo e funcionou como movimento receptáculo de diversos outros, como o movimento contra o arrocho salarial, além de ter contribuído para a reocupação e politização das ruas (Monteiro, 2015), confirmando o que Lagroye chamou de politização dos espaços sociais (Lagroye, 2017).

Na área da saúde, duas questões motivavam o movimento dos trabalhadores: a) os baixos salários associados a precárias condições de trabalho; e, b) a incapacidade do sistema de saúde vigente de prestar assistência aos doentes, prevenir doenças ou promover saúde. Esta última deu lugar ao Movimento da Reforma Sanitária Brasileira (MRSB) enquanto que a primeira foi tratada de formas diferentes nos diversos estados, a depender do grau de organização política nos diferentes espaços sociais. Em Alagoas, especificamente, aconteceu sob a forma do Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde (MUTS), o qual será discutido adiante.

No que diz respeito ao MRSB, o principal fator determinante da insatisfação dos trabalhadores da área advinha do sistema de saúde existente, ancorado na assistência aos contribuintes da seguridade social, que não só reclassificava os trabalhadores entre

contribuintes e indigentes (trabalhadores sem carteira assinada) como era causador de déficit nas contas públicas e incentivador do crescimento da privatização da assistência à saúde. Esse modelo de política de saúde não era novo, vigorando desde antes da ditadura militar, porém estava chegando ao seu auge para entrar em decadência.

Na década de 1970, o Brasil experimentava uma grande expansão da cobertura previdenciária a todos os assalariados urbanos (Menicucci, 2014). O acesso aos direitos previdenciários e assistência à saúde de forma residual era mediado pelo Instituto Nacional da Previdência Social (INPS) e financiado a partir de contribuições que incidiam sobre o salário do trabalhador do setor privado (Marques; Mendes, 2012). Isso conferiu desigualdades na assistência à saúde, além de característica de seguro e não de direito de cidadania (Menicucci, 2014; Paiva, Teixeira, 2014).

Criado por meio do Decreto-Lei n. 72, de 21 de novembro de 1966, o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) unificou as ações da previdência, incluiu os empregados domésticos e trabalhadores autônomos, além de prever o amparo previdenciário aos maiores de 70 anos de idade e aos inválidos não-segurados (Brasil, 2022). No entanto, excluiu definitivamente os trabalhadores dos setores de gestão da previdência social (Brasil, 1966; Souto; Oliveira, 2016; Ramos; Madureira; Sena, 2013).

Com o surgimento do INPS, coube ao Governo Federal a responsabilidade de prestar assistência na área da saúde, com papéis divididos entre o Ministério da Previdência Social (MPS) e o Ministério da Saúde (MS). Apesar da expansão observada, com a concentração de recursos no governo federal, mais uma vez, a baixa integralização dos cidadãos era proeminente característica, pois voltava-se aos contribuintes da Previdência Social (Polignano, 2001). No entanto, mais uma vez, a baixa integralização dos cidadãos também era proeminente característica do INPS e seu crescente número de usuários levou à necessidade de criação do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), em 1977, com o fortalecimento de novos termos e acordos com a rede privada de assistência à saúde (Polignano, 2001; Gonçalves, 2007).

Apesar de toda essa injeção de recursos e da expansão da cobertura previdenciária, uma alegada incapacidade da Previdência em fornecer assistência médica a todos os beneficiários por meio da sua rede própria de serviços forneceu o subterfúgio ideal para a contratação de serviços de saúde terceirizados, privilegiando-se o setor privado (Souto; Oliveira, 2016) com aumento dos gastos com hospitalizações e redução dos gastos em Saúde Pública (Cordeiro, 1980).

Esse modelo de atenção à saúde médico assistencial privatista da década de 1970 é considerado um reflexo da intervenção estatal na expansão da medicina previdenciária, de base hospitalar e ambulatorial (Paim, 2001; Nagahama; Santiago, 2005) e reforçava o papel dicotômico assumido pelo Estado entre saúde pública e assistência médica. A partir da Lei n. 6.439, de 1977, a assistência médica aos segurados foi atribuída ao INAMPS, o qual figurou como a principal política pública de saúde que vigorava antes da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (Dibrarq, 2024).

De um modo geral, as principais categorias profissionais que constituíam a base técnica da área da saúde nas décadas de 1970 a 1980 eram os médicos, as enfermeiras e o denominado pessoal de enfermagem (técnicos e auxiliares, de nível médio, e atendentes, de nível elementar de formação). No entanto, o pessoal de enfermagem totalizava mais de 85% da força de trabalho na área da saúde e concentrava como maior parcela a força de trabalho feminina, a qual chegou a compor mais de 81% do total em 1970 e cerca de 84% do total em 1980 (Machado, 1986).

O aumento da empregabilidade dos atendentes, auxiliares e técnicos de enfermagem é explicado pela preponderância de uma lógica de racionalização dos custos no setor saúde (Rizzotto, 1999); um crescimento alçado pelo menor custo da força de trabalho e pela criação de escolas de enfermagem para formação do pessoal de enfermagem (Silva, 2012).

Mormente esses esforços, havia uma deficiência qualitativa e quantitativa da assistência de enfermagem nos anos de 1970, com déficit no número de enfermeiras especializadas para atuar em Unidades de Terapia Intensiva (UTI), substituindo-se esta mão de obra por auxiliares e até atendentes de enfermagem, principalmente nos hospitais não governamentais do INPS, pois a contratação de enfermeiras era mais onerosa (Oguisso; Schmidt, 1976).

Em 1980, houve um crescimento expressivo do número de enfermeiras a nível nacional, que chegou a 138%. Isso se deu pela inserção de enfermeiras graduadas no mercado de trabalho impulsionada pela ampliação das vagas nas universidades (Machado, 1986), inclusive em cursos de pós-graduação em enfermagem (Macedo, 2012). Ainda assim, o pessoal de Enfermagem continuou a crescer, passando de 82%, em 1970, para 84%, em 1980 (Machado, 1986). Até 1985, as atendentes de enfermagem eram a maior parcela da força feminina de trabalho da enfermagem no Brasil (63,8%) enquanto as enfermeiras correspondiam a 8,3%, as técnicas, a 6,8%, e auxiliares de enfermagem, a 21,1% (Rizzotto, 1999).

A mudança no perfil de formação das profissionais da Enfermagem se consolida sobretudo na década de 1980 devido ao aumento da profissionalização de nível superior, o que se deu em paralelo às exigências do mercado hospitalar de mão de obra especializada, ao aumento da empregabilidade do setor da saúde e ao desenvolvimento da tecnologia hospitalar.

A tônica de uma enfermagem não especializada, vigente durante boa parte dos anos 1970 (Kletemberg, 2004; Machado, 1986), tomou ares de mudança a partir da fase científico cultural, de 1970 a 1977, e da fase expansionista – 1977 a 1980 (Macedo, 2012).

Com base nesses dados, tem-se que a base técnica de profissionais da área da saúde no Brasil dos anos de 1970 era composta, em sua maioria, por profissionais do sexo feminino e da área da Enfermagem, notadamente aquelas com nível médio e elementar de formação. Em Alagoas, uma maior inserção das enfermeiras a partir de meados dos anos de 1970 implicou em um incremento importante no perfil da Enfermagem e ocorreu em paralelo à transição de uma fase apática e silenciosa para uma fase mais arrojada e com maior participação nos movimentos reivindicatórios em meados da década de 1980.

Dados apontam que, já no ano de 1985, o mercado público previdenciário detinha preferência pela contratação de profissionais qualificados (enfermeira), correspondendo a 42,8% e da auxiliar de enfermagem, enquanto o mercado privado privilegiava a mão de obra não qualificada da atendente de enfermagem, com 45,3%. O setor curativo absorvia 87,8% das trabalhadoras de enfermagem e as empresas do setor de saúde pública absorvia 12,2% destas (Alves, 1987).

Enquanto a força de trabalho feminina era maior na área da saúde e da enfermagem, na área médica a maioria era de homens nas décadas de 1970 e 1980. No entanto, havia disparidade entre os sexos quanto à jornada de trabalho e um significativo desnível salarial, pois as longas jornadas de trabalho não se revertiam em ganhos salariais para as mulheres quando em comparação com os homens. Em 1980, enquanto 54,05% das mulheres da área da saúde tinham jornada de trabalho de até 49 horas, 74,77% dos homens tinham jornada entre 40h a mais de 50h semanais, no entanto, cerca de 70% das mulheres recebiam salários inferiores a 03 salários mínimos (Machado, 1986).

Em 1980, 50% das médicas alcançavam jornada de trabalho acima de 50 horas semanais e apenas 30% dos médicos para a mesma jornada, no entanto, 68% das médicas recebiam salários inferiores a 10 salários mínimos, enquanto os médicos em tal faixa salarial representavam apenas 21%. Tais discrepâncias salariais, mesmo no contexto da área médica, denotam sobretudo à questão do gênero no trabalho na área da saúde, além das distinções entre as profissões, carga horária e salário (Machado, 1986).

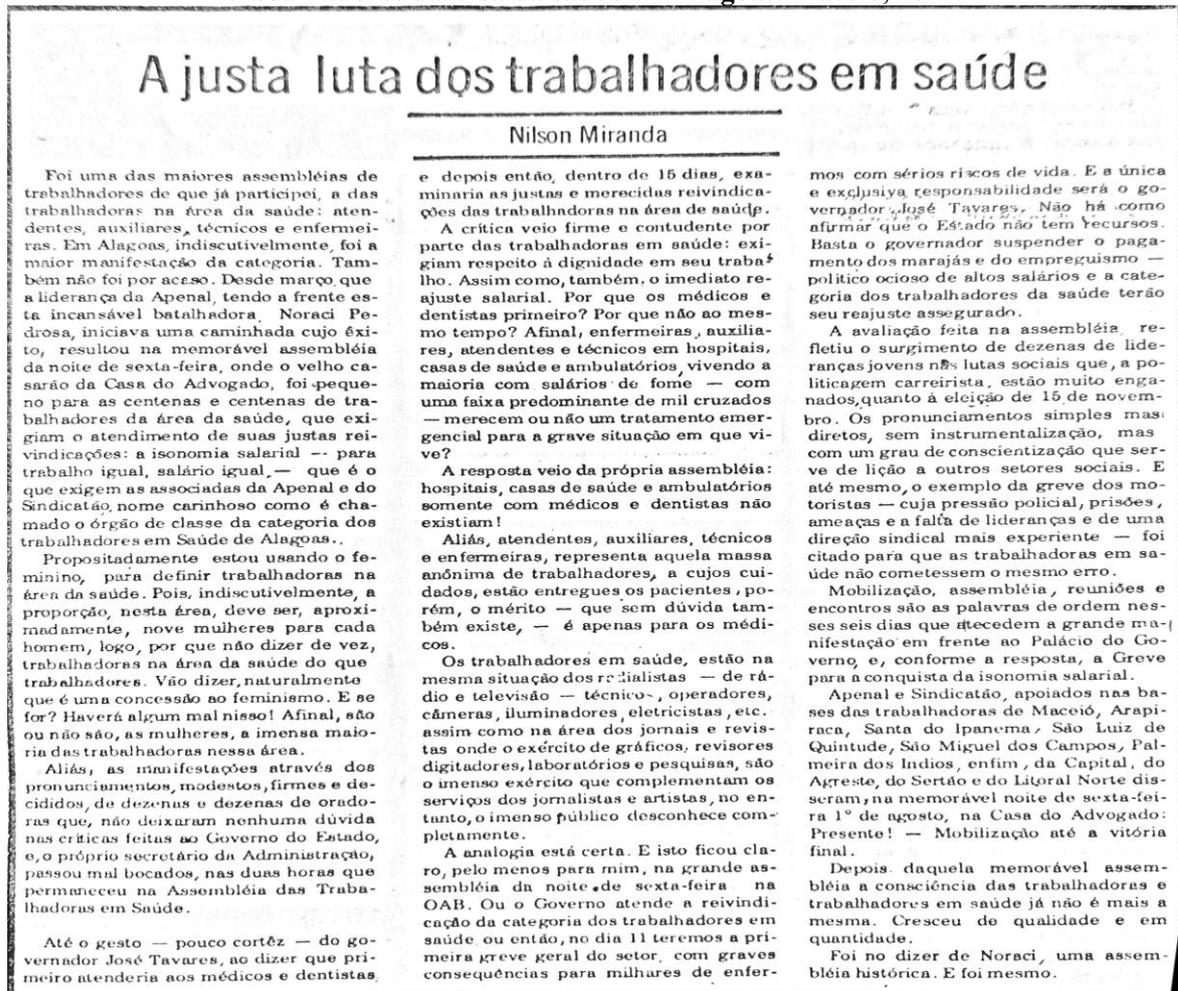
Ainda na atualidade, há prevalência da sobrecarga de profissionais da área da saúde e discrepância entre seus fatores de causa em relação ao gênero. Para as mulheres, além das injustas repercussões na pauta remuneratória, tais diferenças levam à fragilização da saúde mental, alterações no humor, sono, cognição, ansiedade e desconforto físico (Vieira *et al.*,

2022). A invisibilidade do trabalho feminino é antiga e em parte atribuída à carência de referenciais capazes de mensurá-lo (Wermelinger, 2010). Apesar da expansão do mercado de trabalho na área da saúde e aumento da absorção da mão de obra feminina, sobretudo a partir de 1975 a 1980 (Anselmi *et al.*, 1997), não houve significativa melhoria nas condições de trabalho (Elias; Navarro, 2006).

Os achados apresentados sobre a invisibilidade e os baixos salários percebidos pelas mulheres da área da saúde em função do gênero corroboram com o posicionamento revelado em artigo publicado em jornal de ampla circulação, de autoria do jornalista e ex-vereador do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Nilson Miranda. Apesar de não constar a data e o meio de publicação na fonte, atribui-se grande valor acadêmico, pois foi coletada no Arquivo Público de Alagoas, cuja função é guardar e preservar documentos com potencial de resgatar fatos importantes (APA, 2024). Trata-se de uma crítica ao modo como o governo vigente respondia às reivindicações dos trabalhadores da saúde, notadamente as componentes da categoria de enfermagem que em franco processo de politização saía da invisibilidade para requalificar a sua posição no campo da saúde.

É o que mostra a Figura 2:

Figura 2 – Pronunciamento do deputado Nilson Miranda sobre as reivindicações dos trabalhadores da área da saúde em Alagoas. Maceió, 2024.



Fonte: APA. Documento sem data (Data contextual: agosto de 1986, pois relata a grande assembleia dos trabalhadores da área da saúde ocorrida naquele mês e ano).

A análise do autor sobre o movimento dos trabalhadores de saúde é um claro demonstrativo dos resultados de um processo de politização de uma categoria profissional, fração da classe dos trabalhadores da saúde, em andamento, iniciado nos últimos anos da década de 1970, aprofundado nos primeiros anos da década de 1980 e que se prolongou até a requalificação da Associação dos Profissionais de Enfermagem de Alagoas (APENAL) em sindicato, sendo esse processo alicerçado na insatisfação total com o sistema de saúde e com as condições de trabalho que em dado momento compôs a luta conjunta das diversas categorias profissionais no MUTS e noutro seguiu sozinho o caminho de sua própria requalificação social, seguindo o caminho explicado pelo Jacques Lagroye no processo de politização e requalificação das relações sociais. É o que se estuda na Sessão 4.

4 PARTICIPAÇÃO DAS ENFERMEIRAS NO MUTS COMO PROCESSO DE POLITIZAÇÃO

A organização sindical dos profissionais da área da saúde em Alagoas se intensificou a partir dos anos de 1980 e ocorreu em paralelo a lutas conjuntas por direitos trabalhistas e pelo direito à saúde. Precedeu a este processo o surgimento e o fortalecimento de Associações Profissionais das diversas categorias de profissionais, as quais se tornaram efetivamente sindicatos. A disseminação das mobilizações sindicais e sociais que questionavam a ditadura militar favoreceu o despontar de personagens importantes da luta sindical contra a precariedade da assistência e desorganização do sistema de saúde (Santos, 2018; Paim, 2008; Fleury, 2018; Fagnani, 2016).

A luta das enfermeiras para a fundação de sindicatos próprios nos estados brasileiros remonta à luta da Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn) pelo enquadramento da classe como profissional liberal nas décadas de 1940 a 1960, ligando-se com a necessidade de regulamentação do exercício profissional e de um órgão de defesa dos direitos trabalhistas (Gomes; Baptista, 1998; Gomes; Santos, 2005). Devido à falta de sindicatos próprios da Enfermagem, muitos profissionais das categorias da Enfermagem se filiavam ao Sindicato dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais e Casas de Saúde (SEEHCS), criado em 1943, mais conhecido como SINDICATÃO, como será doravante chamado, o qual congregava cerca de 50 categorias profissionais e tinha grande força política, mas que não atendia às necessidades das enfermeiras (Carvalho, 1976).

A partir de 1943, com o Sindicatão, atuando em nível nacional e devido a burocracia imposta pelo Estado a partir do princípio da unicidade da estrutura sindical brasileira, as enfermeiras ficaram legalmente impedidas de criar seus sindicatos, pois, com sua força política, o Sindicatão obteve êxito na solicitação da retirada das enfermeiras do quadro de profissionais liberais. Desse modo, a ABEn, a partir de 1952, trava uma luta de anos pelo reenquadramento das enfermeiras na condição de profissional liberal, obtendo êxito em 1962 (Guedes, 1994) e, em 1970, recomenda aos enfermeiros que voltem a envidar esforços para criar as entidades pré sindicais em seus estados, as Associações Profissionais de Enfermagem (Kosik, 1995).

O clima de tensão entre o Sindicatão e as enfermeiras era evidente no contexto nacional e local. Segundo Gomes e Baptista (1998), em 1972, as enfermeiras do Estado da Guanabara travaram uma luta burocrática e jurídica com o Sindicatão para que este retirasse a denominação “enfermeiros” e, assim, poder caracterizar a unicidade sindical no registro da Associação Pré Sindical naquele Estado. Com efeito, a imprensa alagoana se referia ao Sindicatão como

sindicato dos “Enfermeiros” até a fundação do SINEAL. Sobre isso, Sanna e Secaf (1996) atentam que a imprensa escrita contribui para a fixação da imagem profissional no ideário coletivo e pode levar o público a não reconhecer o papel da enfermeira ou até confundi-la, cabendo a todos da classe construir sua imagem na sociedade e revelar sua essencialidade.

Em Alagoas, o Sindicato dos Profissionais de Enfermagem e Trabalhadores em Hospitais e Casas de Saúde de Alagoas (SPETCS-AL) era conhecido como Sindicatão (Moura, 2018), tal como nos demais estados e liderou lutas importantes, como o Dissídio coletivo (Gazeta de Alagoas, 29/10/1981; 05/11/1981; 16/09/81). Assim como em outros estados, a falta de sindicatos específicos para a Enfermagem em Alagoas esses trabalhadores se viram constrangidos a se vincularem a sindicatos genéricos (Dornelles, 2018).

O Sindicatão-AL obteve sua carta sindical em 1948 (Processo DC 03/85, 2024), congregando diversas categorias profissionais, sobretudo de nível médio e elementar de formação, os quais também empreenderam esforços para a fundação de sindicato próprio, visto que não atendia aos anseios da classe (Gazeta de Alagoas, 14/05/1980; Gazeta de Alagoas, 29/10/1980), conforme retratado no excerto (Figura 3) da entrevista concedida pela Professora Anete Bento Vianna, diretora da Escola Auxiliar de Enfermagem e, à época, presidente da ABEn-AL, por ocasião das comemorações da Semana Brasileira de Enfermagem (SBEn):

Figura 3 – Trecho de entrevista concedida pela diretora da Escola de Auxiliares de Enfermagem de Alagoas por ocasião da SBEn/1980. Maceió, 2024.



Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas de 14/05/1980 manchete “Enfermeiros Lutam para a Criação da Entidade de Classe”

A insatisfação das enfermeiras com a representatividade exercida pelo Sindicatão-AL ficou evidente com as desavenças entre os seus dirigentes e a diretoria da ABEn-AL, que não só repudiava a representatividade daquele sindicato diante dos interesses das enfermeiras como

envidava esforços para que a classe que se constituía tivesse a sua própria entidade sindical, como retratava a manchete jornalística abaixo, de forma sensacionalista, pois, os enfermeiros não foram vetados, mas a entidade sindical (Gazeta de Alagoas, 12/03/1981), conforme a Figura abaixo.

Figura 4 – Reportagem anuncia crise entre entidades de Enfermagem. Maceió, 2024.



Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas, 12/03/1981.

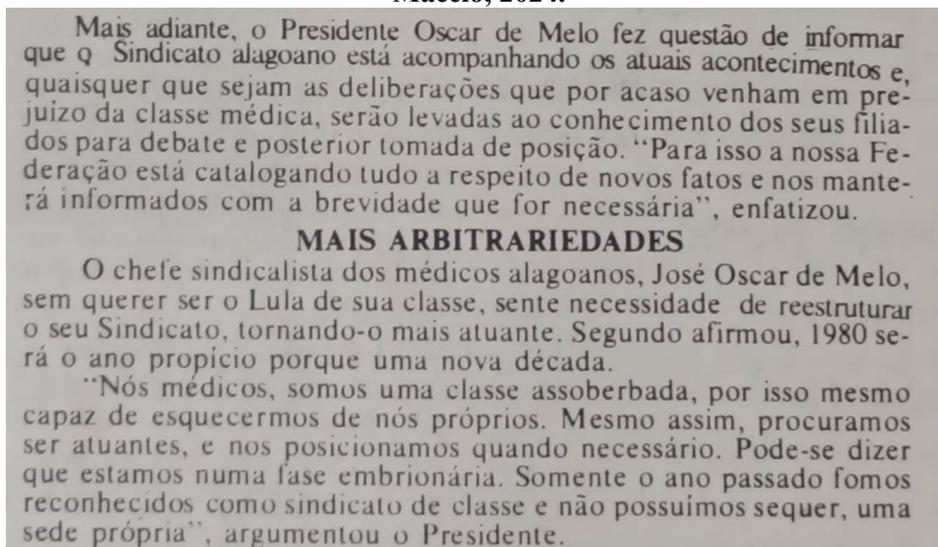
De acordo com o texto jornalístico, a ABEN-AL estava em reunião com associadas para discutir a programação da Semana Brasileira de Enfermagem e o presidente do Sindicato compareceu a convite de duas associadas, tendo a sua situação sido vetada por não estar prevista no estatuto da entidade, uma vez que não era reconhecido como representação legítima da categoria. Vale ressaltar que a ABEN foi a primeira entidade criada para a defesa da enfermagem profissional. Fundada em 1926 por enfermeiras, passou a congregar os técnicos e auxiliares de enfermagem a partir de 1954, adaptando-se às realidades da profissão. A ABEN atuou ativamente no movimento pela regulamentação da profissão no Brasil (ABEN, 2024) e tem reconhecida contribuição na defesa de um projeto político de formação e qualificação coerente com os interesses da classe e as demandas sociais, possuindo, portanto, um discurso autorizado em nome da Enfermagem (Santos *et al.*, 2016).

Além de discordâncias públicas entre a Aben e o Sindicato, a relutância das enfermeiras na validação do Sindicato é observada com o despontar de um grupo de Enfermeiras protagonistas que, lideradas por Noraci Pedrosa Moreira, enfermeira da primeira turma do curso de graduação em Enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), fundaram sua entidade pré sindical em 1982, a APENAL. Estudo de Moura *et al.* (2017) verificou que a atuação do Sindicato era impotente diante do patronato, com conquistas incipientes, o que

levou à desfiliação das enfermeiras do Sindicato e fundação da APENAL. Inspirados pelas enfermeiras, os técnicos, auxiliares e atendentes de enfermagem iniciaram sua luta para fundar seu sindicato, esbarrando na burocracia do Estado.

Enquanto a Enfermagem organizava a sua incipiente luta pela organização sindical no início da década de 1980, o Sindicato dos Médicos de Alagoas (SINMED-AL) obteve sua carta sindical a Medicina em 1979 (SINMED-AL, 2020). Apesar de não ter sede própria, a entidade sindical médica se posicionava na imprensa com grande frequência para propagar suas bandeiras de luta (Gazeta de Alagoas, 08/01/1980), conforme demonstra a Figura 5. Para Meinão e Simas (2007), as mudanças na política de formação profissional e nas políticas sociais, econômicas e de saúde transformam de tal modo a atividade profissional do médico, que exige de suas entidades representativas a vigilância e organização da classe com o objetivo de garantir o exercício da profissão dentro dos princípios éticos, técnicos e científicos que a caracterizam.

Figura 5 – Manchete divulga bandeiras de lutas do Sindicato dos Médicos recém criado. Macció, 2024.



Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas, 08/01/1980.

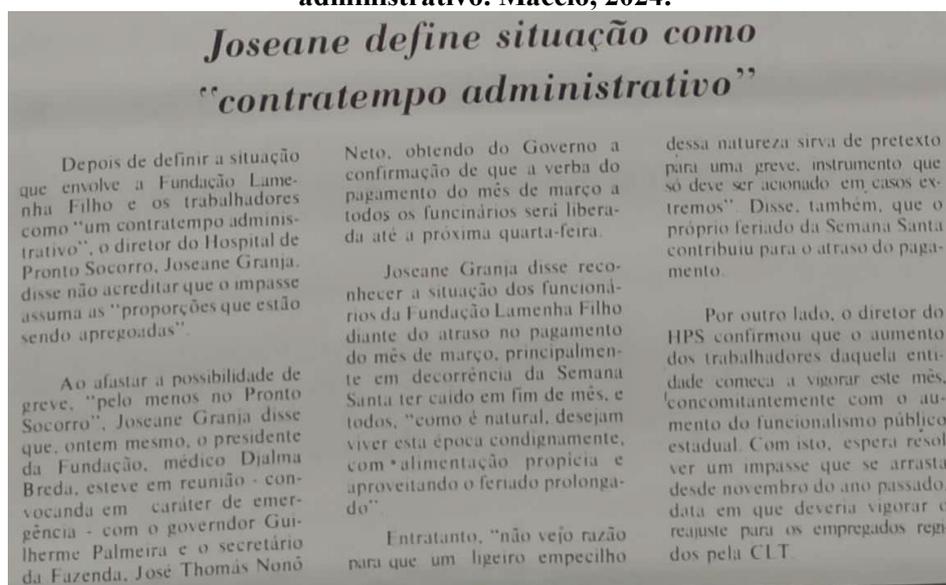
As fontes consultadas revelam que o SINMED era a entidade sindical mais forte na área da saúde e promoveu melhorias para a classe médica. Em um dado momento, porém, havendo mudanças nas relações de força entre as diversas profissões da área de saúde em função da chegada das enfermeiras já em maior número e com postura de aproximação dos auxiliares e atendentes de enfermagem, sentiu ser necessário prestar atenção no movimento daquelas profissionais e se preciso dialogar com elas.

Nesse novo contexto, foi gerado o Movimento Unificado dos Trabalhadores em Saúde de Alagoas (MUTS-AL), no bojo do qual ocorreu o processo de politização das enfermeiras em Alagoas, em luta contra uma política salarial discriminatória que durou mais de seis anos na década de 1980. O principal pleito era a equiparação salarial entre os trabalhadores da Fundação Governador Lamenha Filho (FUNGLAF) e aqueles contratados pela Secretaria de Saúde e Serviço Social (SSSS) lotados nas unidades assistenciais da FUNGLAF, ambos com as mesmas cargas horárias e funções executadas.

A primeira manchete referente ao MUTS ocupou a capa do jornal Gazeta de Alagoas em abril de 1980. Trata-se da ameaça de greve de cerca de 70 médicos e 500 outros trabalhadores que integravam Hospital do Pronto Socorro (HPS) de Maceió, vinculado à FUNGLAF (Gazeta de Alagoas, 08/04/1980). Os motivos eram os atrasos nos pagamentos dos salários e reajuste salarial concedido em novembro do ano anterior. Os trabalhadores marcaram Assembleia unificada e entraram em contato com políticos para denunciar a situação (Gazeta de Alagoas, 08/04/1980).

O diretor do HPS, o médico Joseane Granja, atribuiu a crise a um contratempo administrativo e afastou a possibilidade de greve, garantindo o reajuste salarial dos empregados regidos por CLT a partir daquele mês (Gazeta de Alagoas, 08-04-1980).

Figura 6 – Reportagem divulga que o diretor do HGE atribui crise a contratempo administrativo. Maceió, 2024.



Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas, 08/04/1980

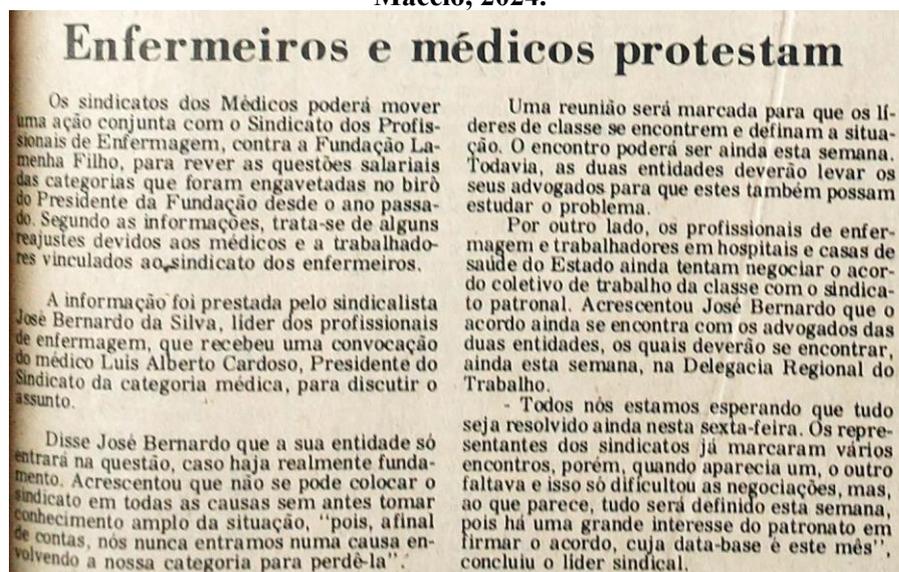
Em duas outras manchetes publicadas no dia 09-04-1980, uma destas na capa do jornal, foi noticiado o fim da crise. Em uma das notícias, na sessão de notícias locais, intitulada “Joseane afasta temor de greve no HPS e dá solução para a crise” observa-se que a manchete

atribui um poder de resolução aos feitos do diretor do hospital, mas apresenta sentido contraditório ao expor que o gestor reconheceu a permanência da insatisfação dos trabalhadores pelo pagamento da diferença salarial em parcelas (Gazeta de Alagoas, 09/04/1980).

Dessa forma, observa-se que o impasse da ameaça de greve no HPS foi resolvido em parte e que os trabalhadores recuaram à deflagração da greve por promessas de pagamento, o que não ocorreu. Não há menção, nas fontes analisadas, ao protagonismo de enfermeiras nesse evento de ameaça de greve, ficando implícito que as categorias profissionais da Enfermagem faziam parte do grupo de cerca de 500 trabalhadores da FUNGLAF insatisfeitos pelos atrasos no pagamento dos salários. No entanto, é interessante raciocinar que é o poder de reivindicação de 500 trabalhadores é alto, sem eles, os médicos não conseguiriam muito. Mas é perceptível que os profissionais de enfermagem participaram fortemente do movimento, provavelmente liderados por alguém “de dentro” em que eles confiavam.

Não obstante, os trabalhadores terem recuado à deflagração da greve por promessas de pagamento, o impasse não se resolveu por completo, chegando ao ponto dos dirigentes sindicais do Sindicato dos Médicos e o Sindicatão terem buscado oficializar a unificação das categorias na luta pela equiparação salarial entre a SSSS e FUNGLAF em reunião ocorrida em julho de 1981, conforme a Figura 7 (Gazeta de Alagoas, 23/07/1981).

Figura 7 – Reportagem anuncia unificação de luta entre SINMED e SINDICATÃO.
Macció, 2024.



Fonte: Arquivo do Jornal Gazeta de Alagoas, 23/07/1981

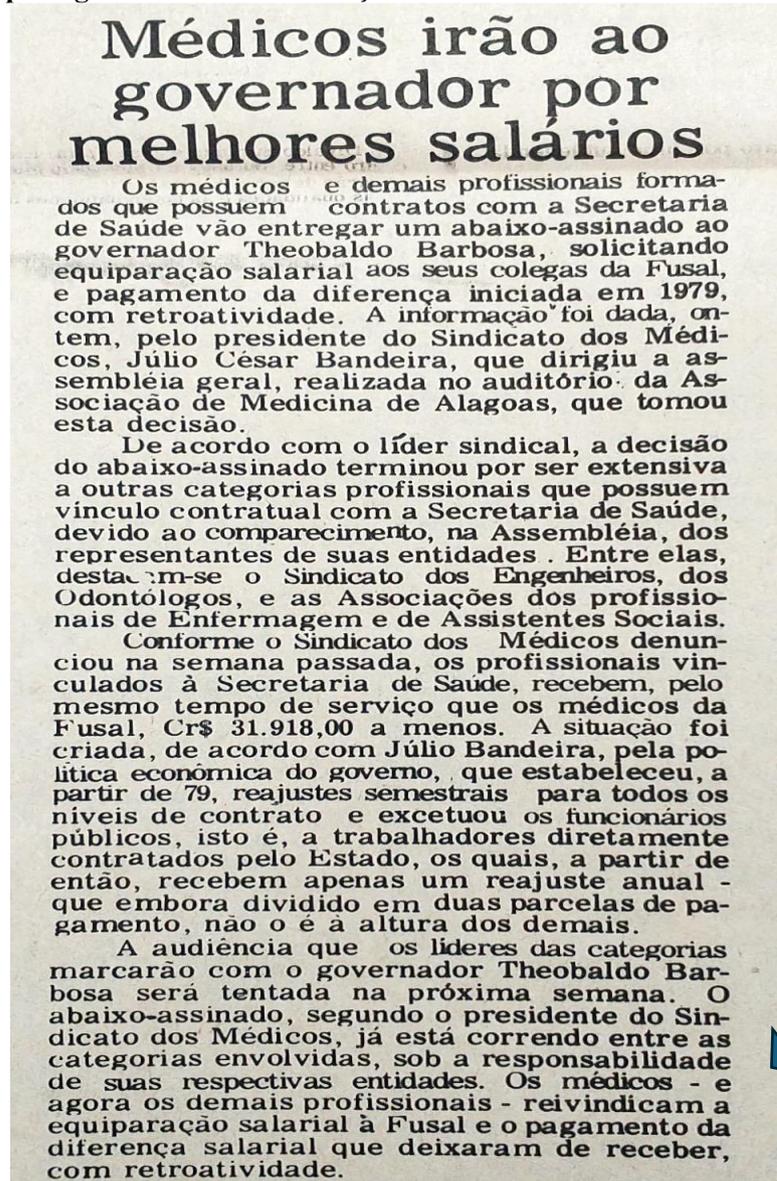
A aproximação política dos líderes sindicais do Sindicatão e SINMED denota a importância das práticas de articulação pré mobilização para a deflagração da luta unificada. A partir do alinhamento dos objetivos em comum entre os dirigentes sindicais, iniciou-se o que

Lagroye (1994; Lagroye, 2003) ensinou como passos do processo de politização e uma fase do processo de requalificação, com a conclamação das bases das categorias no espaço sindical e um processo educativo e de convencimento desses trabalhadores (Lagroye, 1994; 2003), com estímulo à mobilização e enfrentamento das questões salariais.

O processo educativo político implementado nas Assembleias unificadas e manifestações coletivas faz parte, Segundo Lagroye (1994), da socialização política e se caracteriza pelo compartilhamento e aquisição de crenças e conhecimentos, o que promove a aprendizagem de atitudes políticas e, mais do que isso, representa a transmissão de representações sociais sustentadas por diversos grupos, o qual, na perspectiva explicada por Lagroye (1994) como um sistema de ação que se forma temporariamente em torno de um problema a ser enfrentado, mesmo que tenha sido constituído da forma mais formal, pode não ser capaz de impor qualquer outra restrição aos seus membros além de coordenar suas ações em relação a esse problema específico (Lagroye, 1994, p. 209).

Buscando o fortalecimento da luta, os trabalhadores se articularam com políticos influentes. O deputado João Sampaio proferiu discurso na Assembleia Legislativa em defesa do pleito desses trabalhadores em 1981 (Gazeta de Alagoas, 04/12/1981). Em Assembleia unificada que ocorreu entre filiados médicos e dirigentes sindicais de diversas categorias, os trabalhadores decidiram elaborar um abaixo-assinado para ser entregue ao governador Theobaldo Barbosa, ação esta que resultou em ampla cobertura jornalística, como mostra a Figura 8, inclusive detalhando as diferenças salariais entre as duas instituições:

Figura 8 – Reportagem detalha as diferenças salariais entre SSSS e FUSAL. Maceió, 2024.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 22/06/1982.

A expressiva diferença salarial levou os trabalhadores a elaborarem um documento com uma lista de reivindicações e entregá-lo ao governador (Gazeta de Alagoas, 22/06/1982). Tal evento retrata que os trabalhadores envolvidos não se deixaram aprisionar nos dispositivos e nas lógicas de apenas um campo constituído, do Governo. Eles transgrediram, questionaram a diferenciação dos espaços de atividades e a diferenciação da ordem política por meio da politização (Lagroye, 1997).

Ademais, a entrega de um abaixo-assinado como ato manifesto para garantir direitos ilustra as múltiplas modalidades de imbricação das dimensões da vida social: os atores sociais envolvidos, as regras de funcionamento daquela sociedade e objetos de disputas específicos

(Lagroye, 2003). Para este autor, os dirigentes sindicais e políticos são agentes autorizados a exercer um papel no cenário político.

Como estratégia educativa e de convencimento na socialização política, os líderes sindicais alavancaram a politização de seus interesses mediante o esclarecimento das condições iníquas da política salarial aos seus associados. Isso foi fundamental no processo identitário do grupo de trabalhadores que, a partir desse momento, constituíram um grupo único, o do Movimento Unificado dos Trabalhadores da Saúde (MUTS), que se constituiu um grupo de referência para todas as classes.

Desse modo, tem-se que os recursos de posição e de situação dos trabalhadores no campo de lutas, os quais estavam na dependência de inserção em um sistema de ação, influenciaram na adesão do grupo à mobilização e na definição do objeto de adesão, tal qual postula Lagroye (1994, p. 267-268). Não somente isso, mas a adesão dos trabalhadores ao MUTS expressa a existência de acordos práticos que envolvem os agentes do processo, os trabalhadores, que convencidos da legitimidade do pleito da equiparação salarial, almejavam transgredir, lutar, e colocar em questão a diferenciação dos seus espaços de atividades (Lagroye, 2003).

Para Lagroye (1994), os sistemas de ação são um conjunto de grupos, organizações ou associações que contribuem, segundo sua própria lógica de funcionamento, à construção de um grupo de referência. De suas atividades, resultam valores e crenças comuns sobre as regras da vida em sociedade, assim como a legitimação das condutas que identificam e distinguem um grupo. Por seu sistema de ação, os grupos se expressam, se identificam e se ligam em uma trama de relações individuais perceptível a partir de uma análise cuidadosa, sendo bastante comum reivindicar tais relações, ou que as mesmas recebam uma formatação oficial, quando convém. No evento em tela, depreende-se que o sistema de ação das diversas categorias de profissionais da área da saúde foi posto à trabalho, no qual cumpriu sua função com a realização da Assembleia. A partir de então, da identificação do grupo, o MUTS tornou-se uma unidade.

Nesse sentido, o MUTS nasce como um grupo fortemente objetivado construído pelo trabalho convergente de múltiplos eixos sindicais, ou categorias de trabalhadores da saúde, oriundo e participante, portanto, de uma rede de outras organizações, fora do qual seria incompreensível. Nesse sentido, os dirigentes sindicais cumprem uma função análoga aos políticos de partidos, pois diante da socialização política e seu papel educativo, eles exercem papel fundamental na escolha das bandeiras de luta.

O processo educativo no MUTS foi viabilizado também pela comunicação política. Segundo Lagroye (1994), a comunicação política ocorre mediante a circulação de mensagens

explícitas e implícitas. Tal processo comunicativo é importante para manter a preferência política. Ao analisar a manchete “Enfermeiros e Médicos Protestam” (23/07/1981), depreende-se que além da reunião marcada, houve um processo de comunicação entre os dirigentes sindicais nos bastidores do movimento.

A partir deste entendimento, cabem também algumas reflexões sobre o processo de comunicação política e suas repercussões sobre as preferências políticas no MUTS. Uma possível interpretação às preferências políticas estabelecidas diz respeito à eleição de uma bandeira de luta, a equiparação salarial, que se deu inicialmente pelos dirigentes sindicais, bem como aos propósitos e procedimentos para ela estabelecidos, à exemplo da implementação de uma luta unificada.

Sendo assim, a imprensa alagoana registrou em diversas oportunidades a comunicação entre os atores envolvidos: os contatos entre os líderes sindicais (“Enfermeiros e Médicos Protestam” – Gazeta de AL, 23/07/1981), as tentativas de aproximação com o governador Divaldo Suruagy para entrega de uma lista de reivindicações (“Médicos irão ao governador por melhores salários” – Gazeta de AL, 22/06/1982), e as conclamações para as assembleias.

Outra reflexão possível acerca da influência da comunicação política sobre as preferências políticas fica a cargo do papel desempenhado pela imprensa na midiaticização da luta. A imprensa certamente contribuiu para a formação da opinião sobre a imagem do movimento e do Governo, seja para os associados sindicais, trabalhadores e público em geral ao divulgar os folhetins sindicais e mensagens para os associados, realizar a cobertura dos eventos (entrevistas, Assembleias e reuniões) e divulgar os contatos entre os diversos atores (dirigentes sindicais, governo e trabalhadores da área da saúde).

Sendo assim, no bojo desse processo educativo, para Lagroye (1994), as preferências políticas fazem parte de um conjunto complexo de fenômenos e procedimentos que tendem a garantir a legitimidade, ou não, do poder político, sempre passível de questionamentos, crises e revoluções. Vale dizer que o poder político, no caso em tela, está representado pelo Governo e também pelos dirigentes sindicais, os quais impescindem de validação para se manterem no poder.

A adesão de diversas categorias profissionais da área da saúde na luta pela equiparação salarial da SSSS e FUSAL foi ficando cada vez mais evidente. Engajadas, as entidades profissionais organizavam as mobilizações conclamando seus associados com auxílio da imprensa. O jornal Gazeta de Alagoas publicou uma nota informando sobre uma Assembleia Geral promovida pela Associação das Assistentes Sociais de Alagoas e o Conselho Regional da categoria. A assembleia, ocorrida em 23/05/1983, às 20 horas, no auditório da OAB teve,

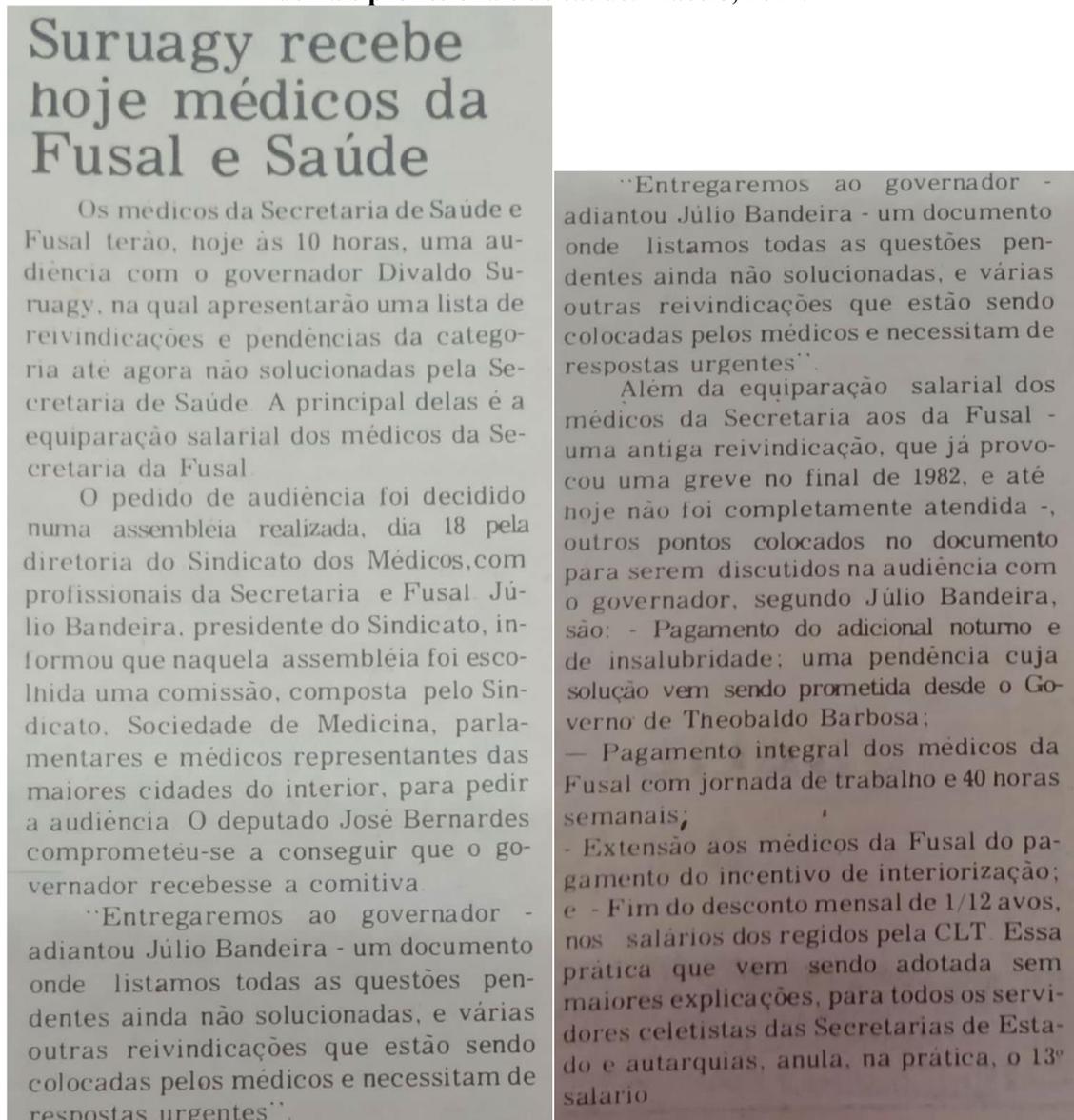
em sua maioria, as pautas da luta em questão: equiparação salarial dos funcionários e servidores da SSSS e FUSAL, insalubridade, periculosidade, adicional noturno e incentivo à interiorização
Fonte: Gazeta de Alagoas, 23/05/1983.

Decididos a lutar pela equiparação salarial, os trabalhadores da área da saúde marcaram uma reunião com o Governador, à época, Divaldo Suruagy, e entregaram um documento com reivindicações e pendências das categorias ainda não solucionadas pela Secretaria de Saúde em anos anteriores, com destaque para a equiparação salarial da SSSS e FUSAL. Dentre as reivindicações, destacava-se um pleito antigo, sem solução desde o governo de Theobaldo Barbosa, de 1982: o pagamento de adicional noturno e insalubridade, como noticia a manchete de jornal na Figura 9.

O que chama à atenção nas manchetes é a insistência jornalística em atribuir a uma única categoria o poder de impactar a opinião pública. Outra explicação seria o fato de ser um jornal de grande circulação de propriedade de família tradicional alagoana, de renome político, cujas ligações estratégicas acontecem com os pertencentes à classe dominante, o que dificultaria atribuir os títulos das reportagens ao MUTS, dando visibilidade a uma reivindicação coletiva, não ao pleito dos médicos.

Mais uma vez se vê como a voz dos profissionais de enfermagem ainda não era reconhecida embora já tenha se tornado ouvida e considerada no interior do movimento. É importante afirmar que o jornal publica notícias que beneficiem a classe dominante ou que seja capaz de provocar reações no público, como escândalos, crimes ou atos desabonadores. O MUTS não desejava esse tipo de exposição duvidosa, mas necessitava ser visto para angariar a compreensão da população acerca dos descabros que de fato estavam ocorrendo com os trabalhadores de saúde. A voz da Enfermagem não ecoava, estava aprendendo a se comunicar por meio de um processo de politização por dentro do MUTS.

Figura 9 – Manchete de jornal anuncia o atendimento a antigo pleito dos médicos extensivo aos demais profissionais de saúde. Maceió, 2024.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 29/05/1984.

A luta pela equiparação dos salários dos servidores e funcionários da SSSS e FUSAL levou, pela primeira vez na história registrada na imprensa alagoana na década de 1980, a uma Assembleia Geral conjunta entre médicos, enfermeiras, dentistas e assistentes sociais. O objetivo da Assembleia era avaliar os resultados das audiências mantidas com o governador Divaldo Suruagy e o Secretário de Saúde (Gazeta de Alagoas, 01/06/1984). Observa-se que ainda não se viam manchetes anunciando ou nomeando o MUTS como um movimento reivindicatório coletivo, embora a representação dos profissionais de Enfermagem já estivesse arrolada como participante.

Figura 10 – MUTS avalia encontro com o Governador Suruagy. Maceió, 2024.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 01/06/1984.

A imprensa noticiou que o Governador aceitou a equiparação salarial a partir de agosto de 1984, corrigindo a diferença salarial de 40,5%, no entanto, fez ressalvas de que, com a mudança no governo federal no ano de 1985, as orientações do Ministério da Previdência e Assistência Social fossem descontinuadas e houvesse o fim do convênio do Programa de Ações integradas de Saúde (PAIS) (Gazeta de Alagoas, 12/07/1984).

Figura 11 – Manchete anuncia equiparação salarial pelo governador. Maceió, 2024.

Governo vai equiparar salários de servidores

A equiparação salarial dos servidores da Secretaria de Saúde aos da Fusal, é agora uma realidade. A partir de agosto todos os profissionais receberão o mesmo salário, extinguindo, conseqüentemente, a defasagem de até 40,5 por cento que existe. A decisão foi tomada pelo governador Divaldo Suruagy, que, acompanhado do secretário Humberto Gomes de Melo, da Saúde, reuniu-se ontem pela manhã com as lideranças dos funcionários na Fundação Governador Lamenha Filho.

Os recursos para complementar os salários dos servidores da Secretaria de Saúde, de forma que se equiparem aos que os funcionários da Fusal já recebem, serão oriundos do próprio tesouro estadual. Eles seriam destinados à manutenção geral da Secretaria, mas como agora serão repassados aos funcionários, serão substituídos por verbas do convênio de co-participação do Programa de Ações Integradas de Saúde (PAIS), firmado entre a Saúde e o Ministério da Previdência e Assistência Social.

VITÓRIA

Na avaliação geral de todos - governador, secretário e líderes dos servidores - a equiparação salarial é uma vitória dos funcionários e do próprio Governo. Esse pleito data já de vários anos. Somente em março de 83, a defasagem era de até 52,6 por cento, ou seja, mesmo executando o mesmo trabalho de um colega de profissão da Fusal, tal servidor recebia menos da metade do salário.

Agora, com a decisão do governador Divaldo Suruagy e apoio do secretário Humberto Gomes, essa injustiça está corrigida. todos os funcionários da Secretaria de Saúde perceberão o mesmo salário que seus colegas da Fusal, observados os níveis e tempo de trabalho. A equiparação já estará em prática a partir do próximo mês, conforme cálculos feitos pelo secretário e compromisso assumido por Divaldo Suruagy.

O governador, aliás, mostrou que agindo dessa forma estava cumprindo sua palavra, empenhada ainda no ano passado, de que os órgãos da sua administração cujos dirigentes conseguissem alternativas de recursos financeiros, autorizaria melhorias salariais para seus servidores. Ele mostrou, ainda, que sempre esteve sensível às reivindicações dos funcionários da Secretaria de Saúde, formuladas através de

suas entidades de classe, mas que só pôde atendê-las agora, com o surgimento das verbas.

COMPROMISSO

O governador Divaldo Suruagy e o secretário Humberto Gomes alertaram aos dirigentes das entidades e servidores que se fizeram presentes, que há uma possibilidade - embora muito remota - de que com a mudança do Governo Federal, prevista para março de 85, as orientações atuais do Ministério da Previdência e Assistência Social sofram alterações, culminando com o fim do convênio de co-participação do PAIS. Nesse caso, os recursos que agora serão repassados para a equiparação salarial voltarão a ser aplicados na manutenção geral da Secretaria de Saúde.

Se isso vier a acontecer, o Estado poderá não ter condições para arcar com a complementação dos recursos. Por isso Suruagy pediu aos líderes do movimento que reivindicou a equiparação, para que entendessem e transmitissem aos funcionários que "nós não seremos culpados". E sempre considerando remota essa possibilidade, assumiu o compromisso de, em conjunto com o secretário Humberto Gomes e os próprios funcionários, ir à linha de frente da luta para que o PAIS seja mantido com a Secretaria de Saúde.

O presidente do Sindicato dos Médicos, Júlio César Bandeira, comprometeu-se em levar as palavras do governador aos médicos da Secretaria de Saúde, assumindo, também, o mesmo compromisso de luta. Mas mostrou-se otimista de que isto não venha a acontecer, e elogiou o PAIS, que, em sua opinião está melhorando a situação da saúde em Alagoas, através das verbas destinadas aos recursos humanos e materiais, "pois nós queremos a melhoria dos salários dos profissionais da área e também do atendimento à população".

Ainda na reunião o governador Divaldo Suruagy reiterou à presidente da Associação Profissional dos Enfermeiros de Alagoas, Noraci Moreira, sua orientação no sentido de que as contratações de novos profissionais sejam feitas mediante concurso público, prometendo, ainda, à presidente da Associação dos Profissionais dos Assistentes Sociais, Maria das Graças Monteiro, corrigir distorções existentes entre profissionais desta área que trabalham no Interior do Estado.

Fonte: Gazeta de Alagoas, 12/07/1984.

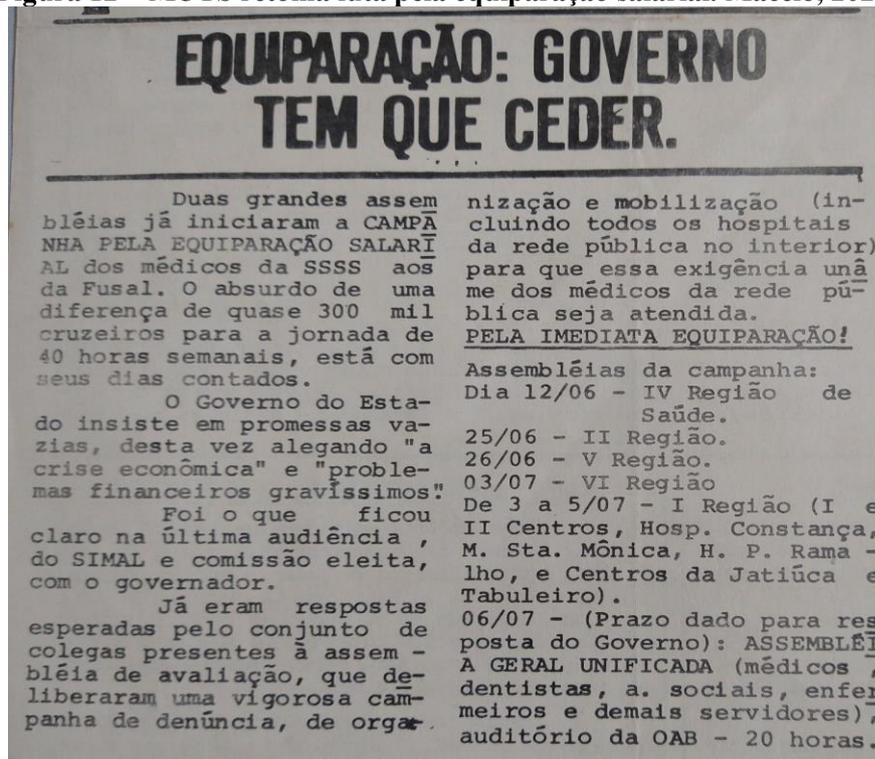
No desfecho da luta pela equiparação salarial dos servidores e funcionários da FUSAL e SSSS observa-se que o processo de politização dos trabalhadores da saúde possibilitou a “requalificação das atividades políticas” desenvolvidas pelo Governo de Alagoas, resultantes de “acordos práticos” que envolviam agentes “inclinados, por múltiplas razões, a transgredir ou

colocar em questão a diferenciação dos espaços de atividades” (Grifos meus, sinalizando como os conceitos de Lagroye, 2003, explicaram o processo em andamento), como aquele controlado pelos especialistas da representação política.

Destaca-se também o papel exercido pela imprensa nesse processo que, a partir do acionamento de uma série de mecanismos por parte de um *locus* transmissor de verdades, forjou os *status* das crises e ameaças de greves. Para demonstrar a efetivação desse movimento, vide a notícia “Joseane afasta temor de greve no HPS”, de 09-04-1980, na qual a imprensa e o agente do Governo acenam para resolutividade do impasse, contrariamente ao que foi noticiado, arrastou-se por anos.

Somente em 11 de junho de 1984 a luta pela equiparação salarial toma caráter definitivo, com o movimento coletivo dos trabalhadores da saúde exigindo providências, conforme noticiado no Boletim do Sindicato dos Médicos publicado em 11 de junho de 1984, conforme mostra a Figura 11, traz de volta o esforço conjunto dos trabalhadores pelo fortalecimento da reivindicação em bases mais sólidas, em razão do processo de politização em curso e em face da requalificação do espaço governamental e das entidades sindicais e pré-sindicais envolvidas. Note-se que já não há menção à presença do Sindicato. Momento esse que simboliza a representação dos profissionais de Enfermagem conduzidas pela APENAL:

Figura 12 – MUTS retoma luta pela equiparação salarial. Maceió, 2024.



Fonte: SINEAL, Boletim do Sindicato dos Médicos de 11/06/1984.

Para Lagroye (2003a, p. 3), a política não existe sob a mesma forma em todos os lugares. Ela é determinada pelas diversas atividades sociais existentes em cada tempo-espaco e se configura de acordo com as relações estabelecidas por determinados grupos de indivíduos, suas preocupações e as crenças das quais são portadores. Desse modo, sociedades diferentes produzem figuras, práticas e instrumentos diferentes.

Isso porque os recursos e problemáticas políticas legitimadas pelos grupos em questão decorreram do meio político e da constituição daquele espaco de lutas, práticas e crenças dos múltiplos agentes, o que contribui para a produção social da política (Lagroye, 2003, p. 4) dentro de uma diversidade de formas que o poder político pode assumir, com variadas lógicas que presidem a espacialização dos papéis políticos (Lagroye, 1997).

O MUTS teve Assembleias emblemáticas e a maior delas foi em 6 de julho de 1984, na qual compareceram mais de mil servidores da capital e interiores de Alagoas, onde existiam postos de atendimento da SSSS e FUSAL, para aguardar e avaliar a resposta do governo às reivindicações dos trabalhadores (Tribuna de Alagoas, 08/07/1984).

A equiparação salarial dos servidores da SSSS aos da FUSAL/FUNGLAF foi autorizada no Diário Oficial do Estado de Alagoas sob a justificativa de que as unidades assistenciais da FUNGLAF operacionalizavam as ações de saúde previstas no plano federal PAIS, coordenado

pela SSSS devendo os servidores da SSSS lotados na FUNGLAF ter seus salários equiparados aos demais (Gazeta de Alagoas, 20/10/1984).

O PCCS entrou em vigor em 1º de abril de 1985, mas as entidades de classe ainda lutavam pela regularização dos servidores que recebiam equivalente a funções inferiores às que desempenhavam (Gazeta de Alagoas, 09/07/1985). Outros embates envolvendo o governo e os profissionais da FUSAL/FUNGLAF foram manchetes de jornal, pois alguns profissionais tiveram suspensos o pagamento do adicional de interiorização e de serviço por tempo integral, o qual aumentava em 100% o salário, sob a acusação de que não estavam residindo no município em que trabalhavam (Gazeta de Alagoas, 18/11/1984).

Ademais, acusações foram trocadas entre gestores médicos ligados ao governo e o presidente do SINMED quanto ao entendimento da legalidade e moralidade do descumprimento do compromisso assumido pelo governo de não contratar mais pessoas para a FUSAL sem a realização de novo concurso (Gazeta de Alagoas, 04/07/1985; 06/07/1985; 09/07/1985).

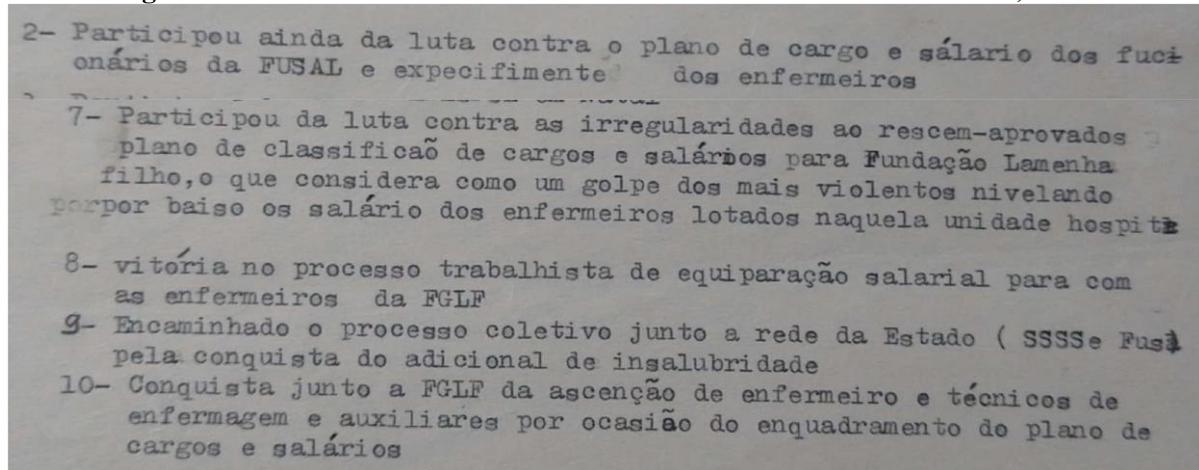
O Plano de Cargos, Carreiras e Salários foi noticiado pela imprensa como anunciado como algo que beneficiaria mais de 4 mil servidores da FUNGLAF e FUSAL, um instrumento alegadamente justo por viabilizar a administração, criar novas categorias e incentivar os funcionários (Gazeta de Alagoas, 11/01/1985). No entanto, a enfermeira Noraci Pedrosa, presidenta da APENAL, denunciou que o Plano, o qual promovia a sonhada equiparação salarial da FUNGLAF e FUSAL “foi um golpe dos mais violentos”, pois nivelava “por baixo” os salários dos enfermeiros da FUNGLAF (Gazeta de Alagoas, 17/01/1985).

Os dirigentes do SINMED e do Sindicato dos odontologistas também criticaram o Plano devido às perdas salariais, pois não previa o pagamento do incentivo à interiorização nem de horas extras trabalhadas e elaboração sem consulta às entidades representativas das classes (Gazeta de Alagoas, 25/01/1985). A imprensa noticiou que os direitos adquiridos e a reclassificação foram demonstrados pelo presidente da FUNGLAF em Assembleia como “benefícios” do Plano (Gazeta de Alagoas, 16/04/1985).

As pressões das entidades representativas levaram o presidente da FUNGLAF a encaminhar proposta de mudança do PCCS ao Conselho de Administração de Alagoas, em vista das categoriais funcionais que recorreram de seu enquadramento (Gazeta de Alagoas, 21/04/1985). O movimento foi considerado vitorioso, em que pese o SINMED tenha movido ação trabalhista para o pagamento de horas extras (Gazeta de Alagoas, 07/07/1985). As enfermeiras, mobilizadas, seguiram em luta, sob representação da APENAL, e também obtiveram vitórias nos processos trabalhistas para equiparação salarial e ascensão de

enfermeiras, técnicas e auxiliares de enfermagem em decorrência do enquadramento do PCCS, como mostra a Figura 13 que traz um trecho de um relatório da APENAL.

Figura 13 – Trechos do Relatório anual da APENAL 1984/1985. Maceió, 2024.



Fonte: SINEAL – Excertos do Informe com relatório de luta da APENAL, 1984/1985.

O PCCS entrou em vigor em 1º de abril de 1985. No entanto, as entidades de classe solicitaram a regularização da situação dos servidores que exerciam algumas funções, mas recebiam por funções inferiores. Houve troca de acusações sobre essas duas questões entre gestores médicos ligados ao governo e o presidente do SINMED (Gazeta de Alagoas, 04/07/1985; 07/07/1985; 09/07/1985). Para Teixeira (2021), a luta pela participação do trabalhador na elaboração de um PCCS caracteriza a resistência dos trabalhadores na defesa de seus direitos e valorização profissional.

Mendes (2018) defende que a elaboração de um PCCS deve contar com a criação de espaços de discussão, como a mesa de negociação do trabalho e a mobilização dos trabalhadores pelos seus direitos, sendo importante a participação dos trabalhadores para que o PCCS se torne um instrumento de motivação e contribua para a valorização profissional, fixação e perspectiva de carreira, bem como a prevenção ao não cumprimento dos direitos trabalhistas como fator que gere desmotivação e sentimento de desvalorização nos profissionais.

Estudo de Almeida (2014) sobre a luta de médicos e engenheiros pela equiparação salarial aos advogados do serviço público estadual em São Paulo revelou que o movimento refletiu uma composição de interesses e valores comuns que levou à mobilização coletiva e politicamente, sendo que tais interesses e valores se estendiam aos dilemas da base do grupo profissional. Os profissionais reagiram como uma verdadeira coletividade profissional e se mobilizaram ativamente diante das mudanças no setor da saúde, embora tenha encontrado

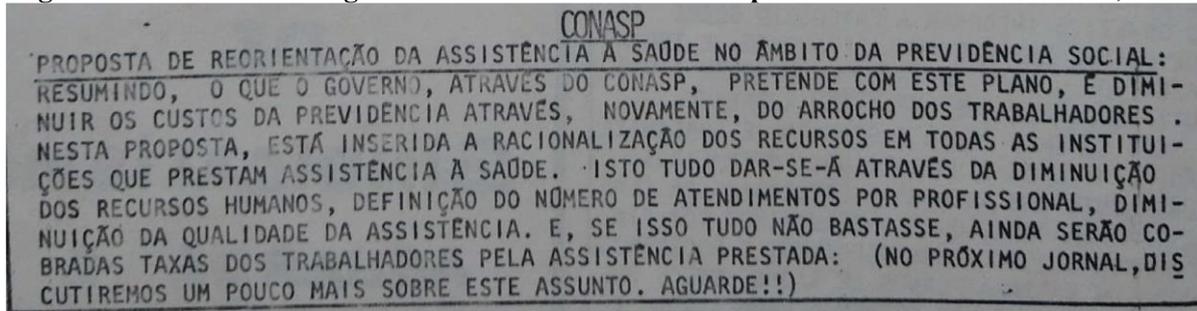
ambivalências quanto a postura dos médicos que, mesmo tendo se posicionado contra o governo vigente, selava alianças com o poder.

O que se verifica na situação dos médicos é que colegas de classe, portanto ambos em posição dominante, com a criação do sindicato, passaram a se enfrentar no campo ideológico: uns pela manutenção da ordem estabelecida porque ocupavam cargos no governo, outros pela requalificação dessa ordem, com vantagens para os trabalhadores. De acordo com o pensamento de Lagroye, se as regras do ofício e as práticas atribuídas a cada papel tendem a enrijecer as oposições (sob o olhar desconfiado de colegas, de camaradas, guardiões das fronteiras), transgressões despercebidas ou não sancionadas, audácias toleradas, aproximações inevitáveis, modificam constantemente a percepção do aceitável e do inaceitável quando se trata das relações entre setores de atividades (Lagroye, 2003).

No contexto da assistência à saúde, o sistema previdenciário estava em crise, implicando em protestos e revolta nos trabalhadores. A interiorização do Programa de Ações Integradas à Saúde (PAIS) era posta em prática mediante convênios entre a FUSAL e as prefeituras para a construção de unidades de saúde (Gazeta de Alagoas, 05/08/1984). A crise de financiamento da Previdência Social, iniciada em meados dos anos de 1970, se agravou quando o INAMPS implementou a racionalização das despesas (Souza, 2002).

Os trabalhadores da área da saúde se articulavam para reagir com protestos e denúncias sobre os danos do Plano CONASP, de 1982, principalmente o sistema de cotas de leitos hospitalares, de 1984 (Gazeta de Alagoas, 31/08/1984). A diminuição do atendimento na rede privada pelo INAMPS levou a um déficit de cerca de 4 mil leitos em Alagoas (Gazeta de Alagoas, 21/11/1984) e agravou a superlotação do HPS (Gazeta de Alagoas, 25/11/1984). Esta situação preocupava o conjunto dos trabalhadores reunidos no MUTS, porém, nesta questão, os profissionais de Enfermagem já se manifestaram através do Jornal dos Enfermeiros, explicando aos leitores – trabalhadores da área de Enfermagem, da saúde e o público em geral, o qual foi bastante divulgado, como o governo iria reduzir o déficit da previdência, como mostra a Figura 14:

Figura 14 – Trecho de artigo do Jornal dos Enfermeiros explicando o CONASP. Maceió, 2024.



Fonte: Arquivo: SINEAL – Jornal dos Enfermeiros, novembro de 1983.

O déficit da Previdência Social gerou uma crise (Gazeta de Alagoas, 30/08/1984) mais grave em Alagoas porque o INAMPS não possuía hospitais próprios no Estado, levando à atrasos nos pagamentos dos hospitais (Gazeta de Alagoas, 07/09/1984) e à redução e atrasos nos salários dos trabalhadores (Gazeta de Alagoas, 11/09/1984).

No entanto, torna-se relevante constatar que as manchetes de jornal faziam diferença entre o *modus operandi* do movimento MUTS, na condução das reuniões e encaminhamento das estratégias de luta e aquilo que julgavam impactarem a opinião pública quando noticiavam nas manchetes de jornal. O que as fontes consultadas mostraram é que os jornais citavam exclusivamente a classe médica nas manchetes “chamativas” (grifo meu) e na descrição da notícia ora citavam os demais profissionais de saúde, ora citavam os profissionais de enfermagem, ora se restringiam aos médicos.

Considerando a tendência do leitor em se deter às manchetes, o que ocorria era o silêncio das enfermeiras, o ignorar de sua participação nas lutas e de suas ações dentro do MUTS, anulando – de certa maneira, o peso de sua presença nas negociações com o governo do Estado, o que produzia, como resultado, a exaltação da classe médica e de seu poder de reivindicação, considerando-a como detentor do poder de curar e atuar sozinhos na prestação da assistência à saúde. Por esta razão, o MUTS foi um *locus* de desenvolvimento do processo de politização das enfermeiras, porém, após algum tempo a busca pelo seu próprio espaço de reivindicação culminou a politização da nova classe que se inseria no campo da saúde, como se verá na Sessão 5.

5 DA APENAL AO SINEAL: A REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO DE REPRESENTAÇÃO DAS ENFERMEIRAS

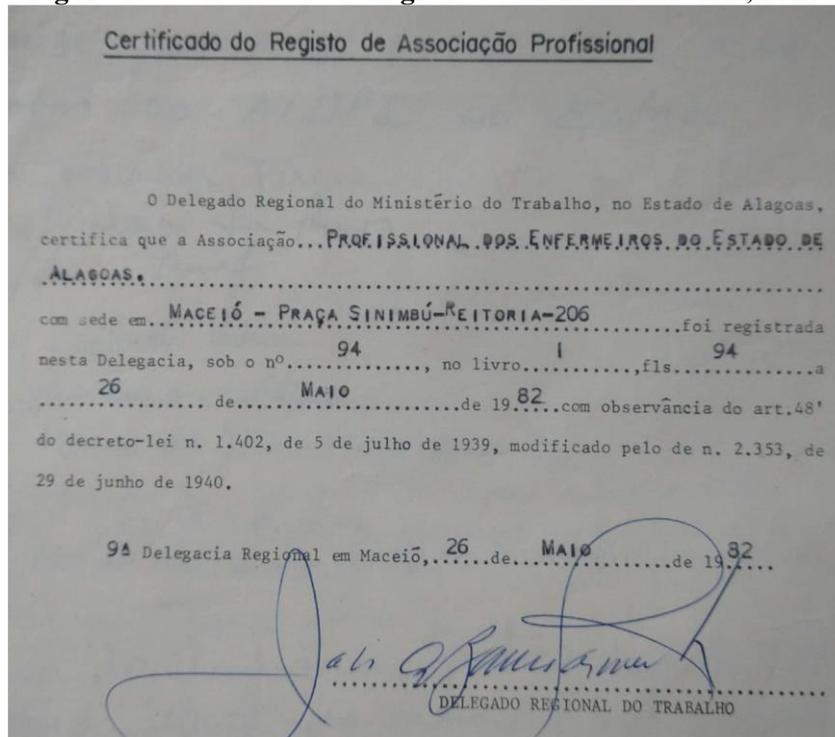
O engajamento das enfermeiras alagoanas no MUTS foi possibilitado a partir da politização da classe promovida sob a liderança de sua entidade pré sindical, a APENAL. Dado seu engajamento e o fortalecimento da capacidade de mobilização amadurecidas no MUTS, a Enfermagem alagoana sai do silêncio e do ostracismo e inicia uma nova fase marcada pela luta por seus próprios interesses, deixando de servir a outras categorias como massa, em que desponta na mídia com grande poder de reivindicação.

Aos 20 de março de 1982, um grupo de enfermeiras vanguardistas e pioneiras se reuniu no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Maceió (AL) para aprovação de seu primeiro estatuto e início das atividades de sua entidade pré sindical, a APENAL, que tinha como objetivos o estudo, a defesa, a coordenação, a proteção e a representação legal das enfermeiras (Livro de Atas da APENAL, 1982). O auditório da OAB em Maceió foi cenário de várias Assembleias do MUTS e da APENAL, desempenhando papel importante no despertar e na articulação da sociedade civil contra as arbitrariedades praticadas pelo Estado ditatorial (Alves, 1989; OAB, 2024).

Segundo Macedo (2012), esse grupo de enfermeiras foi inspirado e mobilizado desde a graduação pela colega Noraci Pedrosa Moreira, cujo exercício precoce da militância política parece ter contribuído para sua identidade profissional, conferindo-lhe elevado capital social e simbólico para se impor sobre outros grupos e exercentes da enfermagem a fim de alcançar o direito e a voz para serem reconhecidas. Como enfermeira e dotada de grande força ilocutória, Nora, como era conhecida, fazia-se entender com facilidade a outros exercentes de enfermagem e isso conferia legitimidade ao seu discurso e grande capacidade de articulação (Macedo, 2012).

Aos trinta dias do mês de março de 1982, a primeira diretoria da APENAL foi eleita, tomando posse em 02 de abril do mesmo ano para mandato de dois anos: Noraci Pedrosa Moreira (presidenta); Antônia Costa (vice presidenta); Manoel de Oliveira (secretário); Ana Maria de Oliveira (vice-secretária); Maria Creuza de Alencar (tesoureira); Maria das Graças Galvão (vice-tesoureira); Dayse Gomes Wanderlei, Terezinha de Jesus Gomes, Maria Neide Santos (conselho fiscal); e Ana Lúcia Pinheiro, Suely Mesquita Wanderley e Luís Fernando Moreira Bastos como suplentes. A APENAL foi registrada como associação em 26 de maio de 1982 (Livro de Atas da APENAL, 1982), como mostra a Figura 15:

Figura 15 – Certificado de Registro da APENAL. Maceió, 2024.



Fonte: Acervo do SINEAL, 1982.

Estudos sobre a trajetória sindical das enfermeiras revelam que a primeira Associação Profissional de Enfermagem a ser fundada foi a das enfermeiras do ex-estado da Guanabara (Rio de Janeiro), em 1972, seguida do Rio Grande Sul, ainda em 1972, as quais obtiveram suas cartas sindicais em 1977 e em 1976, respectivamente, com o mesmo procedimento semelhante ao adotado na APENAL, em Assembleia com a presença de representante da DRT (Tibiriçá, 1976; Comino, 1993).

A Carta Sindical da entidade pré sindical das enfermeiras de Goiás (GO) foi solicitada em 1982 e obtida somente em 1986 (Carvalho; Guimarães, 2005), assim como ocorreu em Alagoas, destacando-se a intensa burocracia imposta pelo regime militar para sua oficialização, característica que marcou o sindicalismo brasileiro do período, com forte tutela do Estado sobre a ação e organização dos sindicatos, além de medidas punitivas como intimidação, cassação dos mandatos e prisão dos dirigentes sindicais, ou fechamento do sindicato, estimulando a fragmentação sindical (Arouca, 2019). Isso conferia àquelas enfermeiras um estigma social negativo, notadamente em seus locais de trabalho, onde eram consideradas agitadoras sociais (Carvalho; Guimarães, 2005).

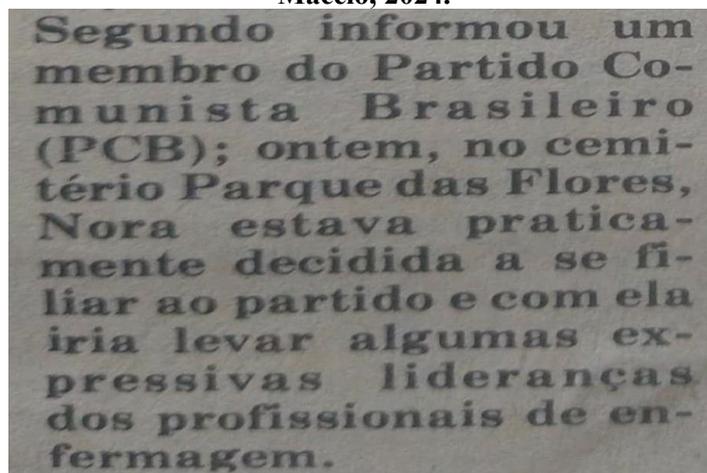
Já no ano de 1985, existiam apenas seis sindicatos para as enfermeiras no Brasil, dentre estes, um em Brasília (DF), que abrangia todos os trabalhadores da área da saúde, e o de Recife

(PE), que não respondia bem aos anseios dos profissionais de nível médio da enfermagem (Gazeta de Alagoas, 08/05/1985).

Foi notória à sociedade alagoana a importância da APENAL para a politização das enfermeiras à época, pois suas lutas foram conquistando espaço na imprensa alagoana e consolidando a liderança do grupo. Algumas lutas foram midiáticas, como o protesto contra o veto das 30 horas semanais de trabalho, na capa do Jornal Gazeta (Gazeta de Alagoas, 15/12/1983; 16/12/1983), a luta pelo reajuste, direito à sindicalização e ao 13º salário de servidores públicos federais (21/06/1983), a mobilização contra o decreto ministerial que concedeu gratificações exclusivamente aos médicos do INAMPS, em que a Enfermagem conseguiu, pela articulação da enfermeira Noraci Pedrosa, uma audiência com o Ministro da Previdência (Gazeta de Alagoas, 17/03/1984), a luta pela nomeação das enfermeiras aprovadas no concurso da FUNGLAF (Gazeta de Alagoas, 30/03/1984), dentre outras.

Como eventos culturais promovidos pela APENAL, destacam-se o I Encontro Estadual de Enfermagem, em que foram compartilhados trabalhos da 8ª Conferência Nacional de Saúde e debates com a participação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) (Recorte de Jornal do SINEAL, 1986), além de comemorações alusivas à Semana Brasileira de Enfermagem (Gazeta de Alagoas, 11/05/1983). De acordo com o recorte de jornal do acervo do SINEAL, de 1986, a presidente da APENAL, a enfermeira Noraci Pedrosa, era membro da CGT, responsável pelo Departamento de Funcionalismo Público e estava decidida a se filiar ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), como mostra a Figura 16:

Figura 16 – Manchete revela decisão de Noraci Pedrosa filiar-se ao PCB. Maceió, 2024.



Fonte: Acervo do SINEAL

Segundo Santos (2017), o CGT teve grande relevância para a política nacional, pois atuava integrando os grupos políticos ligados à luta dos trabalhadores, apoiando suas manifestações, unificando a organização sindical e agrupando as entidades engajadas nas reivindicações políticas e econômicas. Já a CUT, criada em 1983, em plena ditadura militar, é um importante instrumento na luta dos trabalhadores pela redemocratização do país e defesa dos seus interesses imediatos (CUT, 2024).

Acerca das condições para a ação coletiva e mobilização de grupos, Lagroye (1994) explica que os grupos mais capazes de se mobilizar em defesa de seus interesses são aqueles que estão estruturados por redes de solidariedade e pela prática habitual de relações complexas que ultrapassam o nível elementar de trocas episódicas e instrumentais.

Toda mobilização implica um mínimo de organização permitida ou dificultada pelos mecanismos sociais habituais, de modo que esses atores sociais só poderão testemunhar a confiança e lealdade essenciais para o sucesso de suas causas, ou para criar uma organização, como uma entidade sindical, se já tiverem vivenciado verdadeiras redes e centros de solidariedade, dependendo das relações no interior do grupo e das que este mantém com outros grupos. A densidade das redes de relacionamentos e de círculos sociais que estruturam um grupo amplo a favor de sua eventual mobilização é premissa para ação coletiva (Lagroye, 1994).

A APENAL, recém criada, desempenhava esta função sendo “ponto de referência” (grifo meu) para a mobilização das enfermeiras viabilizando ações coletivas de protesto contra o arrocho salarial, péssimas condições de trabalho e a disparidade de salários para profissionais com o mesmo nível de formação, mas, principalmente, contra o veto presidencial à lei que reduzia a carga horária semanal de trabalho para 30 horas, luta que acontecia na maioria das capitais brasileiras, tornando suas reivindicações visíveis para a sociedade alagoana, como mostra a Figura 17:

Figura 17 – Jornal noticia protesto de enfermeiras. Maceió, 2024.



Fonte: Jornal Gazeta de Alagoas, 15/12/1983.

Os debates sobre o I Encontro Nacional de Entidades Sindicais e Pré Sindicais de Enfermeiros do Nordeste (I ENESPSE), sediado em Maceió (AL), debateu o fortalecimento da participação dos profissionais de Enfermagem nas lutas pela valorização profissional e centraram a discussão na crítica à política de saúde como o Jornal Gazeta de Alagoas anunciou (Figura 18) pautas que foram recorrentes nos II e III ENESPSE tornando-se um marco histórico da luta pela consolidação dos sindicatos de enfermagem (Gazeta de Alagoas, 05/08/1983; 07/08/1983).

Figura 18 – Manchete de jornal comenta o I ENESPSE. Maceió, 2024.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 07/08/1983.

O IV ENESPSE também ocorreu em Maceió e reuniu mais de 300 enfermeiras e líderes sindicais de 20 estados para discutir os projetos de lei do piso salarial, a carga horária e a necessidade de uma entidade sindical única dos trabalhadores da área da saúde, além das políticas da classe patronal que impediam a valorização da Enfermagem (Gazeta de Alagoas, 08/06/1985; 04/07/1985).

Segundo Gomes (1999), os ENESPSE foram o eixo organizador do movimento sindical das enfermeiras e, em 1986, o V Encontro encaminhou a criação da Federação Nacional dos Enfermeiros (FNE) para centralização das reivindicações da classe, como esclarece a matéria publicada no Jornal Gazeta de Alagoas, Figura 19, apontando as principais pautas da categoria e o desejo de se fazer constituir uma entidade sindical única para a saúde, o que, de fato, não acontece.

Figura 19 – Jornal anuncia a realização do IV ENESPSE. Maceió, 2024.



Fonte: Gazeta de Alagoas, 08/06/1985.

Dado seu engajamento e o fortalecimento da capacidade de mobilização amadurecidas no MUTS, a Enfermagem alagoana sai do silêncio e do ostracismo e inicia uma luta por seus próprios interesses, deixando de servir a outras categorias como massa. Tal fato fica evidenciado quando as enfermeiras despontam na mídia com grande poder de reivindicação e inicia uma nova luta em julho de 1986, cuja bandeira foi a equiparação do salário de cerca de 10 mil atendentes, técnicos de enfermagem e enfermeiras do serviço público estadual ao valor pago às mesmas categorias pelo INAMPS (Tribuna de Alagoas, 12/08/1986). Mais

independente, a enfermagem trava esta luta liderada pela APENAL e Sindicatão (Jornal de Alagoas, 15/07/1986).

A primeira Assembleia Geral da APENAL para tratar da equiparação salarial do serviço público estadual e o INAMPS ocorreu em primeiro de agosto de 1986 na presença do governador José Tavares e alguns políticos, como a deputada Selma Bandeira. O governador assegurou que iria dar uma resposta sobre os pleitos da Enfermagem num prazo de quinze dias. A vereadora Kátia Born relatou em público que o governador iria à Assembleia conjunta dos médicos e dentistas para dar a notícia da concessão da equiparação a essas duas categorias, em virtude da falta de tempo hábil para apreciar o pleito da enfermagem, o que de fato aconteceu e gerou veementes protestos, como mostra a Figura 20:

Figura 20 – Governador discrimina os profissionais de Enfermagem em assembleia. Maceió, 2024.



Fonte: Arquivo APA: Jornal Tribuna de Alagoas 01/08/1986.

Entendendo ser um desrespeito com as categorias ali presentes, a Enfermagem optou por um indicativo de greve no dia 11 de agosto (Livro de Atas da APENAL, 1986). A revolta das trabalhadoras pode ser compreendida nos trechos da reportagem publicada pelo Jornal Tribuna de Alagoas (Figura 21):

Figura 21 – Reportagem revela críticas e protestos das profissionais de Enfermagem contra discriminação e exigindo respeito ao seu trabalho. Maceió, 2024.

A crítica veio firme e contundente por parte das trabalhadoras em saúde: exigiam respeito à dignidade em seu trabalho. Assim como, também, o imediato reajuste salarial. Por que os médicos e dentistas primeiro? Por que não ao mesmo tempo? Afinal, enfermeiras, auxiliares, atendentes e técnicos em hospitais, casas de saúde e ambulatórios, vivendo a maioria com salários de fome — com uma faixa predominante de mil cruzados — merecem ou não um tratamento emergencial para a grave situação em que vive?

A resposta veio da própria assembléia: hospitais, casas de saúde e ambulatórios somente com médicos e dentistas não existiam!

Aliás, atendentes, auxiliares, técnicos e enfermeiras, representa aquela massa anônima de trabalhadores, a cujos cuidados, estão entregues os pacientes, porém, o mérito — que sem dúvida também existe, — é apenas para os médicos.

Fonte: Arquivo APA – Reportagem: A justa luta dos trabalhadores, de Nilson Miranda.

Segundo Lagroye (1994), a mobilização de indivíduos ou grupos unidos por uma causa comum constitui uma forma de ação coletiva que não é por si só política, mas é o significado dado por seus próprios autores ou intérpretes autorizados que, eventualmente, permite classificá-la como “política”. Com efeito, uma mobilização adquire um sentido político à custa de uma ruptura, seja com as variadas motivações que provocaram a adesão dos indivíduos, com práticas anteriores ou com o sentido atribuído inicialmente à ação coletiva. No caso deste estudo, vale lembrar que o jornalista e político Nilson Miranda era filiado a um partido que mantinha proximidade com a líder da APENAL, o PCB (Recorte de jornal do acervo do SINEAL, de 1986) e prestou publicamente a solidariedade do Partido à causa em discussão.

A desproporção entre os salários pagos pelo INAMPS e pelo Estado de Alagoas teria aumentado após a integração dos serviços de saúde (Jornal de Alagoas, 15/07/1986), que promoveu as Ações Integrais de Saúde (AIS) que envolviam o setor público e privado do INAMPS (Gazeta de Alagoas, 12/12/1985). O plano de ações uniformes de Alagoas foi apresentado como proposta de todos os órgãos de saúde na 8ª Conferência Nacional de Saúde, de 1986 (Gazeta de Alagoas, 25/12/1986). Segundo Macena e Gomes (2001), as entidades de classe da enfermagem atuaram nos preparativos da 8ª CNS através da elaboração de documentos visando contribuir para as discussões preparatórias.

As entidades de classe destacavam o arrocho salarial como consequência da má administração da Previdência, sendo justo destinar os 300 milhões de cruzeiros necessários à equiparação salarial da verba que a Secretaria Estadual de Saúde (SES) recebeu, em março de

1984, de mais de 1 bilhão de cruzeiros, pela renovação do convênio com o INAMPS destinados às AIS (Tribuna de Alagoas, 08/07/1984).

Quando os grupos estão organizado o suficiente para a defesa dos padrões e valores coletivos como um imperativo pessoal, qualquer ameaça contra o conjunto pode causar uma mobilização. Neste caso, a ação coletiva é resultado de uma forte identificação dos membros com a entidade social, fora do qual eles não reconhecem ter identidade (Lagroye, 1994).

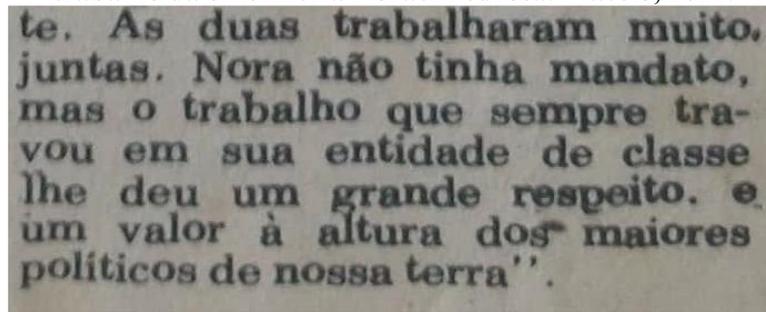
Nesta luta, mais uma vez, destacou-se a grande capacidade de articulação e força da presidenta da APENAL, a enfermeira Noraci Pedrosa, que dada sua posição de destaque, tinha legitimidade perante a classe da Enfermagem (Macedo, 2012). Segundo Lagroye (1994), acessar uma hierarquia sindical significa ter uma posição mais estável que da maioria dos associados e gozar de maior prestígio, tanto pela consideração dos empregadores, jornalistas e políticos, como pelo respeito que os próprios associados professam.

Nora, como era chamada, fez parte da Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos, foi Delegada Federal de Saúde em Alagoas (Acervo do SINEAL, setembro de 1986, Noraci, a amiga que se foi) e uma das iniciadoras do processo de modificação da política de saúde em Alagoas (Gazeta de Alagoas, 07/09/1988), uma referência em saúde pública do Brasil. Liderando as discussões sobre o MRSB, ela atuou intensamente no Movimento Participação (MP) e lutou pelos direitos das mulheres (Rosa; Chaves; Santos, 2017).

Os achados sobre o perfil da líder da APENAL, a enfermeira Noraci Pedrosa, coadunam com o que postula Escorel (1999) sobre os membros do MRSB. Segundo a autora, esses profissionais estavam ideologicamente orientados à esquerda e eram favoráveis à prestação estatal de serviços de saúde sem discriminações e introduziram mudanças progressivas na organização da saúde. Além disso, o desenvolvimento de ações básicas de saúde, como as AIS, pelo regime militar, permitiu o acesso de profissionais de visão progressista aos quadros da burocracia técnica estatal, os quais foram gradativamente constituindo o MRSB como oposição ao regime.

Segundo Lagroye (1994), os líderes sindicais alcançam e mantêm o poder na medida em que demonstram a competência e o saber fazer que faltam aos seus afiliados. São dotados de competência e lealdade escrupulosa aos princípios e práticas de sua organização, o que lhes permite acessar uma elevada posição na hierarquia da entidade. A Figura 22 exemplifica o pensamento de Jacques Lagroye com o reconhecimento público da líder Noraci Pedrosa pelo Deputado Ronaldo Lessa quando do seu passamento juntamente com a Deputada Selma Bandeira:

Figura 22 – Trecho da Entrevista com Ronaldo Lessa, deputado estadual do PSB, sobre o trabalho da enfermeira Noraci Pedrosa. Maceió, 2024.



te. As duas trabalharam muito, juntas. Nora não tinha mandato, mas o trabalho que sempre travou em sua entidade de classe lhe deu um grande respeito, e um valor à altura dos maiores políticos de nossa terra''.

Fonte: Arquivo SINEAL - Tribuna de Alagoas, setembro de 1986.

Estudo de Almeida *et al.* (2020) destaca que a militância é constituída, produzida e reproduzida em espaços sociais e coletivos. No entanto, alguns sistemas e signos atrelados ao perfil da enfermeira militante, sobretudo as características “implicada com o social e comunista”, estão, quase sempre, associados a aspectos negativos, sendo este um perfil desestimulado e deslocado da formação em enfermagem em espaços formativos tradicionais, ficando a formação política produzida e compreendida externamente a estes espaços, distanciada da disciplinarização e assujeitamento.

Outro estudo de Almeida *et al.* (2018) confirma que, de fato, os saberes constitutivos de enfermeiras militantes estão distanciados do saber e poder biomédico, indicando a necessidade de reestruturação dos currículos de enfermagem. Destacaram-se os saberes pedagógico, político, de saúde coletiva, sociológico, a partir dos fenômenos sociais atrelados ao processo saúde doença, e de formação sindical, sendo a ABEn um importante espaço de formação política.

Após dois meses de luta, iniciada em junho de 1986, com diversas mobilizações, o governador José Tavares anunciou que iria equiparar o salário da enfermagem do serviço público estadual ao valor pago pelo INAMPS. A notícia foi dada na primeira audiência de negociação, ocorrida em 11 de agosto de 1986, no Palácio do Governo, em frente do qual mais de mil trabalhadoras gritavam palavras de ordem, portando faixas e cartazes. Após isso, os manifestantes realizaram passeata pelo centro da capital, em direção ao Colégio Estadual para aguardar o governador em Assembleia para anunciar a partir de quando a equiparação iria vigorar (Tribuna de Alagoas, 12/08/1986, Tribuna de Alagoas, 14/09/1986). O movimento foi vitorioso e, após 10 dias de greve nas unidades de saúde, obteve reajuste que variou de 110% a 80% de acordo com o tempo de serviço (Boletim Informativo do SINEAL n. 01 de 1988). As Figuras 23 e 24 testemunham a passeata das enfermeiras naquele dia vitorioso:

Figura 23 – Reportagem mostra profissionais da enfermagem em frente ao Palácio do Governo de Alagoas em 11/08/1986 em manifestação pela equiparação salarial ao INAMPS. Maceió, 2024.



Profissionais de enfermagem fizeram manifestação ontem defendendo equiparação salarial

Fonte: APA – Jornal de Alagoas, 12/08/1986.

Figura 24 – Enfermeiras em passeata pelo centro da capital após anúncio da equiparação salarial pelo governador. Maceió, 2024.

Foto de DARCIO MONTEIRO

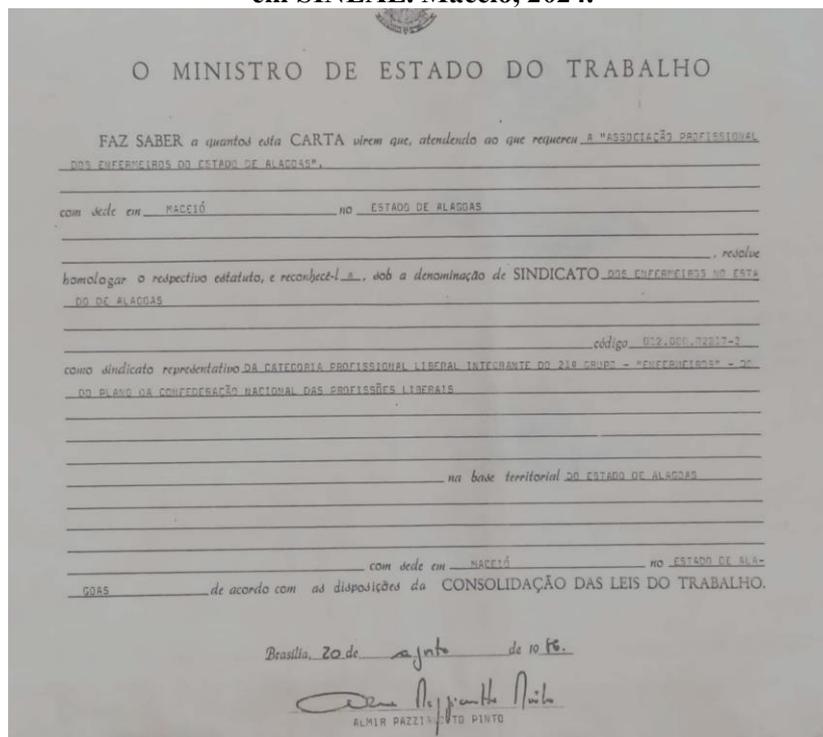


Enfermeiros: depois do ato público, a passeata.

Fonte: Gazeta de Alagoas, 12/08/1986.

A partir do amadurecimento da consciência de classe obtido nas lutas lideradas pela APENAL e a premente necessidade de se fortalecer para enfrentar o poder patronal, as enfermeiras decidem em assembleia da APENAL, ocorrida no dia 18 de novembro de 1984, por unanimidade, iniciar os trâmites para sua transformação em Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas (SINEAL), obtendo autorização do Ministério do Trabalho (MT) em 06 de fevereiro de 1985. A Carta sindical foi conferida em 20 de agosto de 1986, sendo o que apresenta a Figura 25:

Figura 25 – Carta Sindical conferida pelo Ministério do Trabalho, requalificando a APENAL em SINEAL. Maceió, 2024.



Fonte: Acervo do SINEAL, 1986.

Estudo de Gomes (1999) revela que a luta das enfermeiras para estabelecer seu sindicato no Rio de Janeiro (RJ) resultou em uma instância de aglutinação de forças individuais e coletivas num movimento dinâmico de resistência ao poder econômico em busca da dignidade e liberdade coletiva. A oficialização da entidade sindical a partir da obtenção da Carta Sindical leva a categoria a acreditar em transformações substanciais na esfera trabalhista, as quais nem sempre se concretizam com a amplitude desejada (Carvalho; Guimarães, 2007).

No entanto, a organização sindical das enfermeiras evidencia que a importância do movimento sindical para a politização é possibilitar a tomada de consciência da exploração da categoria pelo poder público e coordenar a mobilização que, quando forte, permite a conquista de direitos, a valorização da categoria e da profissão, o reconhecimento e o respeito da sociedade (Macena; Gomes, 2001).

Segundo Lagroye (1994), o conjunto das atividades sociais produz uma distinção do campo político e sindical, desde a modalidade da seleção de seus representantes às relações que mantém com seus adeptos, tendo finalidades e objetivos imediatos. Sendo assim, foi necessário às enfermeiras, ao depararem-se com a naturalidade da desvalorização de seus papéis, à época, instituídos na sociedade, transgredir as categorias instituídas e lutar pelo controle de seu espaço no campo social de trabalho. Ao se politizarem, as enfermeiras transgrediram as regras

constituídas, as enfermeiras tomaram consciência de sua posição no campo social e requalificaram os objetivos de suas ações mediante a fundação do SINEAL.

A enfermeira Noraci Pedrosa faleceu vítima de um acidente automobilístico, em 1986, aos 32 anos de idade, após uma curta e notável trajetória de nove anos na Enfermagem. Ela atuou em diversos movimentos sociais de ideais democráticos em busca de melhores condições de vida e saúde para a população (Costa, 2016; Recorte de Jornal do SINEAL, 1986).

A obtenção da carta sindical requalificou a APENAL em Sindicato dos Enfermeiros de Alagoas (SINEAL). A primeira eleição para a diretoria foi realizada em 19 de dezembro de 1986, sendo composta por: Diretoria executiva, com Ana Maria Vieira de Andrade (presidenta), Walkiria Taveiros e Vera Lúcia da Silva; Conselho Fiscal, com Terezinha de Jesus Gomes Costa, Rejane Rocha da Silva e Maria do Socorro França da Silva; Delegação Federativa: Wellington Monteiro da Anunciação e Ana Rita dos Santos Lima. A diretoria eleita foi empossada em 21 de janeiro de 1987 com mandato até 21 de janeiro de 1990.

O trabalho desenvolvido pela primeira diretoria do SINEAL é um objeto a ser estudado futuramente, mas não há como negar o fato de que o processo de politização das enfermeiras à época foi crucial para requalificar as relações sociais e políticas da classe com o poder estatal e com os demais profissionais de saúde, tendo como efeito da politização a ocupação de melhores posições no campo da saúde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar este estudo de caráter histórico documental, a partir da análise das fontes coletadas, do pensamento de Jacques Legroye como referencial teórico e com apoio na literatura científica, foi possível descrever o processo de politização das enfermeiras alagoanas no bojo do movimento unificado dos trabalhadores da saúde em Alagoas, na década de 1980, bem como compreender o contexto e as relações sociais em que se deu este fenômeno.

Com a ampla cobertura da imprensa sobre os temas de política, economia e saúde, foi possível remontar que as principais insatisfações dos trabalhadores estavam ligadas, sobretudo, a uma política salarial injusta e discriminatória, à desorganização da assistência pública à saúde, à abertura do mercado nacional à atuação das multinacionais na área da saúde, bem como às iniquidades do modelo de assistência à saúde médico previdenciário e seu processo de derrocada.

Diante de um contexto mais favorável à expressão das ideias contrárias devido às transformações políticas e sociais da redemocratização do país, e a partir da organização, articulação, convencimento e mobilização, esses trabalhadores lutaram pela equiparação salarial, contra a redução de seus direitos já adquiridos, ao mesmo tempo em que defendiam, no conjunto de suas lutas, um sistema de saúde capaz de responder às necessidades de saúde da população brasileira.

No bojo do MUTS, a enfermagem demonstrou inicialmente uma incipiente politização, tendo servido como massa para conferir volume e força de reivindicação a outros atores políticos que foram retratados na imprensa como protagonistas de uma luta conjunta, notadamente, os médicos, que estavam, à época, mais organizados no plano sindical. Faz-se mister, portanto, destacar que no período do MUTS, os médicos faziam parte da classe dominante do contexto biomédico e estavam ligados a oligarquias políticas, visto que ocupavam cargos de gestão em hospitais, secretaria de saúde e outros, sendo-lhes conferido mais destaque e espaço de fala nas manchetes dos jornais da grande imprensa. Desse modo, essa classe apresentou comportamento ambivalente no MUTS, pois lutaram contra a política salarial, mas fizeram alianças com o poder vigente.

Ponderando sobre outras causas da invisibilidade da enfermagem nos jornais escritos no início dos primeiros anos da década de 1980, pode-se concluir que esta foi reflexo, também, de seu incipiente estágio de organização sindical, que tinha como referência um sindicato genérico para as diversas categorias de profissionais da área da saúde e acabou por ser publicamente descredibilizado ao não atender aos anseios das enfermeiras.

Foi possível ainda analisar os desdobramentos deste processo na requalificação da organização sindical das enfermeiras em Alagoas, pois, tendo em vista que a fundação da APENAL e suas lutas estão contempladas em um maior número de fontes oriundas do SINEAL, há mais detalhes desse processo. De fato, sobre os desdobramentos da politização das enfermeiras iniciado no bojo do MUTS, é pertinente destacar que, apesar dos posicionamentos contraditórios assumidos em alguns períodos entre a APENAL e o Sindicato, foi a união dessas entidades representativas da Enfermagem que possibilitou a vitória na luta pela equiparação salarial do serviço público estadual e INAMPS, com denotada liderança das enfermeiras, sobretudo, de sua grande líder Noraci Pedrosa.

Faz-se necessário pontuar que, de acordo com as fontes, não foram os interesses conflitantes da categoria das enfermeiras e demais trabalhadores, sobretudo do pessoal de enfermagem que levou à migração das enfermeiras do Sindicato para a APENAL, mas a ingerência de um sindicato generalista, de múltiplos interesses e aliado ao poder governamental que pouco fez para a obtenção de conquistas que representassem os verdadeiros interesses da classe, o que também levou à evasão de outros associados e do pessoal de enfermagem, posteriormente.

Diante do exposto, tem-se que a hipótese deste estudo foi comprovada, uma vez que o processo de politização das enfermeiras em Alagoas foi iniciado com sua participação no MUTS, ora mais ora menos relatada nas reportagens publicadas no jornal de maior tiragem à época, requalificando sua organização civil APENAL para SINEAL, com autorização legal para representar a classe de acordo com os ditames do Ministério do Trabalho (MT), alterando a ordem das relações sociais no campo da saúde, anteriormente estabelecidas.

Foi ainda possível compreender que o grupo de enfermeiras alagoanas vanguardistas da APENAL, ao se depararem com a naturalidade da desvalorização de seu trabalho e papel social pelo poder vigente, à época, instituídos na sociedade, resolveram não se submeter à ordem imposta e lutaram para transgredir as categorias e regras instituídas no estado ditador e pela constituição e controle de um espaço social para o estabelecimento de bandeiras, lutas e defesa de seus interesses.

Ao se mobilizarem, elas aprenderam umas com as outras, a se politizarem. A tomada de consciência política do grupo resultou de uma diversidade de fatores e experiências, desde a experiência militante estudantil de sua líder, o que lhe conferiu engajamento, e a influência que esta exercia no grupo, às manifestações, greves e mobilizações que se constituíram em espaços educativos que lhes permitiu viver intensamente o engajamento político.

As mobilizações constituíram-se em espaços educativos favoráveis à descoberta e defesas das bandeiras de luta e a tomada de consciência política de suas posições no campo social implicaram no desejo da requalificação dos objetivos de suas ações e suas práticas, ou seja, na própria requalificação da APENAL, o que as levou a implementar esforços para a consolidação do SINEAL como instrumento de luta.

Dada a escassez de estudos sobre o processo de sindicalização da enfermagem, este estudo é muito importante e relevante, constituindo-se como fonte de consulta para replicação em outros contextos em âmbito nacional. Para o contexto local, o estudo representa o registro de lutas e do vanguardismo do grupo de enfermeiras que fundou a APENAL, além de servir como fonte para a realização de outros estudos, como a politização dos técnicos e auxiliares de enfermagem em Alagoas e o processo de fundação de seu sindicato. Nesse sentido, espera-se que estes achados sirvam de inspiração para a tomada de consciência das enfermeiras sobre a importância da luta sindical para a articulação da base de trabalhadores, seja a luta individual ou unificada. Ademais, a união das enfermeiras é fundamental para a conquista de direitos, valorização da classe e crescimento identitário, considerado aqui como um processo histórico, complexo e coletivo derivado das relações profissionais e sociais.

Pode-se afirmar ainda que, em vista do menor número de manchetes de jornal encontradas acerca da atuação da enfermagem no MUTS, sobretudo, no início do recorte temporal, acredita-se que reflita a silenciosa e permanente luta de um grupo ainda pequeno de enfermeiras para se inserirem no campo da saúde num estado patriarcal, onde a classe médica era dominante e não aceitava a autonomia profissional dos demais trabalhadores da saúde, em especial as enfermeiras. Por fim, devido à natureza do estudo e a impossibilidade de dispor de fontes orais, sugere-se a realização de outros estudos sobre a história da Enfermagem, consolidando esse conhecimento próprio da profissão.

REFERÊNCIAS

ABEn. **Revista Brasileira de Enfermagem**. Ano XXIII, n. 3, 4, 5 e 6. Julho/Dezembro de 1970. XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE ENFERMAGEM. Este número contém o documentário do XXII Congresso Brasileiro de Enfermagem realizado em São Paulo, S.P. – de 19 a 25 de Julho de 1970.

ALAGOAS. **Lei n. 4.406, de 10 de dezembro de 1982**. Dispõe sobre o sistema de saúde do Estado de Alagoas e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/LEI-N.%C2%BA-4.406-DE-10-DE-DEZEMBRO-DE-1982.pdf>. Disponível em: 10 dez. 2023.

ALAGOAS [site]. Início: Políticas e Ações – Sistema Alagoano de Museus 5 – Metropolitana. **Museus de Maceió: Arquivo Público de Alagoas – APA**. 2023. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/sistema-alagoano-de-museus/5-metropolitana/museus-de-maceio/975-arquivo-publico-de-alagoas-apa>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Cultura e Economia Criativa de Alagoas – SECULT [site]. Início. Políticas e ações. Sistema Alagoano de Museus. 5 – Metropolitana. **Museus de Maceió: Instituto Arnon de Mello**. Disponível em: <http://www.cultura.al.gov.br/politicas-e-acoes/sistema-alagoano-de-museus/5-metropolitana/museus-de-maceio/966-instituto-arnon-de-mello>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALAGOAS. **Lei n. 6.145, de 13 de janeiro de 2000**. Dispõe sobre as diretrizes básicas para a reforma e organização do Poder Executivo do Estado de Alagoas, e dá outras providências. Disponível em: <https://sapl.al.al.leg.br/norma/97#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20AS%20DIRETRIZES%20B%C3%81SICAS,ALAGOAS%2C%20E%20D%C3%81%20OUTRAS%20PROVID%C3%81NCIAS>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALAGOAS. **Lei n. 7.507, de 3 de julho de 2013**. Extingue e dispõe sobre o encerramento dos processos de liquidação das fundações e autarquia que menciona, e dá outras providências. Disponível em: https://sapl.al.al.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2013/533/533_texto_integral.pdf. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALAGOAS. Secretaria de Estado da Saúde – SESAU [site]. **Institucional**. 2024. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/institucional/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALAGOAS. **Lei n. 4.406, de 10 de dezembro de 1982**. Dispõe sobre o sistema de saúde do Estado de Alagoas e aprova a legislação básica sobre promoção, proteção e recuperação da saúde. Disponível em: <https://www.saude.al.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/LEI-N.%C2%BA-4.406-DE-10-DE-DEZEMBRO-DE-1982.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALBUQUERQUE, G. L.; PIRES, D. E. P. O Movimento Participação (MP): Uma Contribuição à História da Enfermagem Brasileira. **R. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 174-184, abr./jun. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/w8KZ9yZdftkYmyWSprwTP9M/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2023.

ALBUQUERQUE, G. L.; PIRES, D. **A construção de uma nova forma de representação profissional: um desafio no Projeto Político-Profissional da Enfermagem Brasileira**. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 59, n. 2, p. 228-232, mar. 2006.

ALELUIA, O. J. S. **A trajetória de D. Isabel Colquhoun Macintyre na Enfermagem Alagoana- 1962/1975: uma contribuição à História da Enfermagem de Alagoas**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Enfermagem). Centro de Estudos Superiores de Maceió – CESMAC. 2005.

ALLPORT, F. Towards a science of public opinion. **Public Opinion Quarterly**, v. 1, n.1, p. 7-23, 1937. DOI: 10.1086/265034. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2744799>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ALMEIDA, D. B. *et al.* Arqueologia discursiva: os saberes constitutivos de enfermeiras militantes em entidades de classe. **Rev Bras Enferm** [Internet]. 2018;71(3):1128-34. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/QTHVMLFqxRGNgDmpW4fM4QR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2023.

_____. *et al.* Os sistemas e signos de militantes políticos na/da enfermagem brasileira. **Rev Bras Enferm.** 2020;73(5):e20180971. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/7ZJk6b5mWcSYcYZq9TsvTMs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. *et al.* Práticas de liberdade de enfermeiras militantes pela construção de outras modalidades de objetivação da enfermagem. **Rev. baiana enferm.**, Salvador, v. 32, e25099, 2018. Epub 22-Out-2018. <http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v32.25099>. Disponível em: http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502018000100326&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2023.

_____. *et al.* Sexist stereotypes in portuguese nursing: a historical study in the period 1935 to 1974. **Esc Anna Nery Rev Enferm.**, v. 20, n. 2, p. 228-35, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ean/v20n2/en_1414-8145-ean-20-02-0228.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. *et al.* Portuguese nursing: history of the life and activism of Maria Augusta Sousa. **Rev Esc Enferm USP**, v. 50, n. 3, p. 495-501, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v50n3/0080-6234-reeusp-50-03-0498.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Constituição de enfermeiras militantes: um estudo histórico e foucaultiano** [Tese] [Internet]. Salvador: Universidade Federal da Bahia; 2017 [cited 2020 May 14]. 246s. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30638>. Acesso em: 20 jun. 2023.

ALMEIDA, F. O. A socialização da medicina na era do adhemarismo. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 21, n. 4, p. 1379-1396, out. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/Tmhr8BnTbPjS4XPGsGgfZDC/?lang=pt>. Acesso em: 08 jun. 2023.

ALVES, M. H. M. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1989. 335p.

ANDRADE, J. G. Do jornalismo ao entretenimento que futuro: O debate de uma proposta teórico-prática. **Leopoldianum [recurso eletrônico]: Revista de Estudos e Comunicações da Universidade Católica de Santos**, 2020, v. 46, n. 129. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/1006/860>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ARAÚJO, J. L. *et al.* Sistema Único de Saúde e democracia: a enfermagem no contexto de crise. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 71, n. 4, p. 2066-71, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/pw3PKZtprN6NryQgrxKSZvS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 fev. 2023.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru (SP): EDUSC; 2006.

AROUCA, J. C. **Organização Sindical no Brasil: passado, presente, futuro**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM SEÇÃO ALAGOAS (ABEn-AL). **ABEn Alagoas**. 2017. Disponível em: <https://portal.eventosabem.org.br/69cben/anais/edicao-aben-alagoas.htm>. Acesso em: 20 jan. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENFERMAGEM (ABEn-Nacional) [site]. **Conheça nossa história**. 2024. Disponível em: <https://abennacional.org.br/nossa-historia/#:~:text=Constru%C3%A7%C3%A3o%20da%20Sede%20da%20Aben,do%20conselho%20fiscal%20da%20entidade>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BACALA, J. C. **The Professionalization of nursing at the opening exercises of the academic year 1959-1960**. Manila: University of Santo Tomas Press, 1959.

BALTAZAR, B. Encontros e desencontros da militância na vida cotidiana. **Psic: Teor Pesq** [Internet], v. 20, n. 2, p. 183-190, maio 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a11v20n2.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

BARREIRA, I. A.; BAPTISTA, S. S. **O movimento de reconsideração do ensino e da pesquisa em História da Enfermagem**. *Rev. Bras. Enferm.*, Brasília, v. 56, n. 6, p. 702-6, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TwJMtWqDDsfCFBwdbtgTrLh/?lang=pt#>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BARREIRA, I. A.; SAUTHIER, J.; BAPTISTA, S. S. O movimento associativo das enfermeiras diplomadas brasileiras na 1ª metade do século 20. **Rev. bras. enferm**, Brasília, DF, v. 54, n. 2, p. 157-173, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/HLzJjshS3y48pQVw34QjCmp/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BARROS, J. D. A. Fontes Históricas: revisitando alguns aspectos primordiais para a Pesquisa Histórica. **Mouseion**, n. 12, p. 129-159, mai.-ago., 2012. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/332>. Acesso em: 02 fev. 2023.

_____. **O jornal como fonte histórica**. Rio de Janeiro: Ed. Vozes Ltda. Petrópolis, 2023.

BARROS, T. P.; CARVALHAL, M. D. A imprensa sindical como elemento revelador da territorialização dos sindicatos. **Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho**, [S. l.], v. 14, n. 1, 2013. DOI: 10.33026/peg.v14i1.2180. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/2180>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. **Princípios de ética biomédica**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

BELLAGUARDA, M. L. R. *et al.* Regional nursing council of Santa Catarina (1975-1986): importance for the profession. **Texto Contexto Enferm.**, v. 24, n. 3, p. 654-61, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/2015nahead/0104-0707-tce-2015003750013.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV; 2008.

BERGAMO, A. Artigos “Antigos” e “Novos” no jornalismo brasileiro dos anos de 1980 e 1990: Uma identidade profissional em disputa. **Política & Sociedade**, Mai./Ago. 2020, v. 19, n. 45 – Florianópolis. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0002-1058-7381>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

BRANDÃO, Z. A dialética micro/macro na sociologia da educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 113, p. 153-165, July 2001.

BRASIL. Centro de Informação de Acervos dos Presidentes da República. **Biografia**. 2017.

_____. **Decreto n. 10.530, de 26 de outubro de 2020**. Dispõe sobre a qualificação da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para fins de elaboração de estudos de alternativas de parcerias com a iniciativa privada. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10530.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2010.530%2C%20DE%2026%20DE%20OUTUBRO%20DE%202020&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20qualifica%C3%A7%C3%A3o%20da,parcerias%20com%20a%20iniciativa%20privada. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Decreto n. 4.682, de 24 de janeiro de 1923**. Crea, em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Diário Oficial da União – Seção 1 – 13/4/1923, Página 10859 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. **Breve Histórico**. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/breve-historico>. Acesso em: 20 jun. 2023.

_____. **Decreto-Lei n. 72, de 21 de novembro de 1966.** Unifica os Institutos de Aposentadoria e Pensões e cria o Instituto Nacional de Previdência Social. Diário Oficial da União – Seção 1 – 22/11/1966, Página 13523 (Publicação Original).

_____. **Lei n. 5.905, de 12 de julho de 1973.** Dispõe sobre a criação dos Conselhos Federal e Regionais de Enfermagem e dá outras providências. DOU de 13.7.1973 Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15905.htm#:~:text=LEI%20No%205.905%2C%20DE,Enfermagem%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias. Acesso em: 07 set. 2023.

BUDÓ, M. L. D. *et al.* Responsabilidade coletiva na participação da enfermagem em suas entidades organizativas. **Rev Bras Enferm.**, v. 54, n. 2, p. 237-47, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v54n2/v54n2a09.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2023.

BURKE, P.; BRIGGS, A. **Uma história social da mídia:** de Gutenberg à internet. Tradução: Maria Carmelita Pádua Dias. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BURKE P. **A Escola de Annales (1929-1989):** a revolução francesa da historiografia. 2. ed. São Paulo (SP): Editora UNESP; 2011.

CAPARELLI, S. 1986. **Comunicação de massa sem massa.** 3. ed., São Paulo, Summus, 124p.

CARVALHO, A. C. **Associação Brasileira de Enfermagem 1926-1976 documentário.** Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1976. 514p.

CARVALHO, V. L. S.; GUIMARÃES, C. M. **Enfermagem e Sindicalismo em Goiás:** análise do período 1982-2004. *Rev Bras Enferm*, Brasília 2007 mar-abr; v. 60, n. 2, p. 155-60.

CAVALCANTE, B. **Certezas e ilusões:** os comunistas e a redemocratização da sociedade brasileira. Rio de Janeiro (RJ): Tempo Brasileiro; 1986.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT). **Breve Histórico.** 2024. Disponível em: [https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico#:~:text=A%20CUT%20%2D%20Central%20%2C%20Anica%20dos, da%20Classe%20Trabalhadora%20\(CONCLAT\)](https://www.cut.org.br/conteudo/breve-historico#:~:text=A%20CUT%20%2D%20Central%20%2C%20Anica%20dos, da%20Classe%20Trabalhadora%20(CONCLAT)). Acesso em: 20 jul. 2023.

COLLIÈRE, M. F. **Promover a vida das práticas das mulheres de virtude aos cuidados de Enfermagem.** Coimbra (PT): Lindel; 1999.

COMINO, L. B. S. **Associação Profissional: O empreendimento sindical das enfermeiras cariocas.** Orientador: Suely de Souza Baptista. Rio de Janeiro: UFRJ/EEAN, 1993. 224p. Tese (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem Anna Nery, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

CONH, A.; NUNES, E.; JACOBI, P. R. *et al.* **A Saúde como direito e como serviço.** 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CONTI, M. S. **Notícias do planalto:** A imprensa e o poder nos anos Collor. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 16p.

COSTA, L. M. C. **O curso de graduação em enfermagem da Universidade Federal de Alagoas (1973-1979): lutas simbólicas para criação, implantação e consolidação**/Laís de Miranda Crispim Costa. Rio de Janeiro, 2016. 134f.

DORNELLES, S. **Sindicalismo e enfermagem no Brasil**. In: GEOVANINI, T. *et al.* História da Enfermagem versões e interpretações. Rio de Janeiro: Revinter, 1995. 113p.

ESCOREL, S. **Reviravolta na saúde: origem e articulação do movimento sanitário**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 1999.

FAGNANI, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964/92. **Econ. Soc.** [internet]. 2016; v. 6, n. 1, p. 183-38. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643175>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

FERREIRA, F. M. M. O sindicato na América Latina. **Direito & Justiça**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 29-33, jan.-jun. 2015.

FERREIRA NETO, J. L. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 397-406, Dec. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psp/a/PGHR9Zd5hn9Sb3fWPb4k9cy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 jan. 2023.

FLEURY, S. (Org). **Teoria da reforma sanitária: diálogos críticos**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2018.

FREITAS, M. T. A. A abordagem sócio-histórica como orientadora da pesquisa qualitativa. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 21-39, jul. 2002.

GEOVANINI, T. *et al.* **História da Enfermagem: Versões e Interpretações**. Editora: Rio de Janeiro (RJ): Thieme Revinter, 2019. 4. edição. 470p.

GERMANO, R. M. Organização da enfermagem brasileira. **Enferm Foco**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 14-7, Jan. 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2022. 7. edição.

GOMES, M. L. B. **A luta pela politização da categoria: sindicalismo no Rio de Janeiro 1978-1984**. Rio de Janeiro: Ed. Anna Nery, 1999.

GOOGLE [site]. **Acesso fácil e seguro ao seu conteúdo**. Disponível em: <https://www.google.com/intl/pt-BR/drive/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

GUARESCHI, P. **Comunicação e poder: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1987. 88p.

GUEDES, C. A. M. Os trabalhadores no setor público brasileiro: prática sindical, conquistas e armadilhas. In: OLIVEIRA, C. A.; MATIOSO, J. E. L.; SIQUEIRA NETO, J. F. **O mundo do trabalho**. São Paulo: Página Aberta, 1994. p. 404-424.

HULTENG, J. **Os desafios da comunicação: problemas éticos**. Florianópolis: Edit. UFSC, 1990. 310p.

KNIBIEHLER, Y. **Cornettes et blouses blanches: Les infirmières dans la société française 1880-1980**. Paris: Hachette, 1984.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 5. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 248p.

LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (Orgs.). **Sociologie de l'institution**. Paris: Belin, 2011. 399p. Resenha de: Grill, I.G. Por uma Sociologia da Institucionalização. **Sociologias**, ano 14, n. 31, set./dez., p. 300-308, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/D5YchY4wtBPC4tf85zyV38N/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 set. 2023.

_____. (Orgs.) **Sociologie del'institution**. Paris: Belin, 2011, 399p.

LAGROYE, J. Os processos de politização. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 16, n. 37, p. 18-35, set./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2017v16n37p18/35993>. Acesso em: 07 jan. 2024.

_____. **Sociologie Politique**. 6. ed. France: Éditeur Dalloz. 2012. 624 pages.

_____. Les processus de politisation. p. 361. In: LAGROYE, J. (Org.). **La politisation**. Paris: Berlin, 2003. p. 359-372.

_____. **La politisation**. France: Belin, 2003.

_____. La socialisation politique. La pensée vivante d'Annick Percheron. **Revue Française de Science Politique**, 44(1),129-136. 1994. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/rfsp_0035-2950_1994_num_44_1_394816>. Acesso em: 20 jan. 2024.

_____. **Sociología Política**. 4. ed. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1994.

_____. **Société et politique: J. Chaban-Delmas à Bordeaux**. Volume 4. Paris: Editions A. Pedone, 1973. 345p.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamento da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. Rio de Janeiro (RJ): Atlas; 2021

LE GENDRÉ, B. Jacques Lagroye, professor de ciência política. **Le Monde**, França, 10 de março de 2009. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/disparitions/article/2009/03/10/>

jacques-lagroye-professeur-de-science-politique_1166017_3382.html. Acesso em: 01 dez. 2023.

LIENS SOCIO. O Portal Francês das Ciências Sociais. Notícias. **Um construtor da ciência política francesa:** Jacques Lagroye morreu no domingo, 1º de março de 2009, após uma longa doença. 16 de março de 2009. Disponível em: <https://archive.wikiwix.com/cache/index2.php?url=http%3A%2F%2Fwww.liens-socio.org%2Farticle.php3%3Fid_article%3D5671#federation=archive.wikiwix.com&tab=ur>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LUCHESE, L. B.; LOPES, G. T. **História Oral.** In: OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S.; FREITAS, G. F. Pesquisa em história da enfermagem. Barueri: Manole; 2011. p.401-456.

MACEDO, A. C. **A luta das primeiras enfermeiras formadas em Alagoas por melhores posições no campo da saúde (1977-1979).** 2013. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013.

MACEDO, A. C.; SANTOS, R. M.; SANTOS, J. F. E. *et al.* Contribuições da história oral à história da enfermagem Brasileira: A voz por trás dos acontecimentos. **Revista eletrônica História da enfermagem – HERE**, v. 4, n. 2, ago./dez. 2013. Disponível em: <<https://docs.bvsalud.org/biblioref/bdenf/2013/bde-26795/bde-26795-270.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MACENA, F. F.; GOMES, M. L. B. As enfermeiras do Rio de Janeiro no movimento dos previdenciários (1984-1987). **Esc. Anna Nery R. Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 43-52, abr. 2001.

MACHADO, C. V.; LIMA, L. D.; BAPTISTA, T. W. F. Políticas de saúde no Brasil em tempos contraditórios: caminhos e tropeços na construção de um sistema universal, **Cad. Saúde Pública**, v. 33, supl. 2, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/HfmStkr5tNJHKCCZW8qQdvz/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 02 dez. 2023.

MACHADO, M. H. Trabalhadores da saúde e sua trajetória na Reforma Sanitária. In: LIMA, N. L. *et al.*, orgs. **Saúde democracia: história e perspectivas do SUS** [on-line]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. ISBN 978-85-7541-367-8. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 22 nov. 2023.

MANCIA, J. R. *et al.* Congresso Brasileiro de Enfermagem: sessenta anos de história. **Rev Bras Enferm, Brasília**, v. 62, n. 3, p. 471-9, 2009 mai.-jun.

MASSAROLLO, M. C. K. B.; SACCARDO, D. P.; ZOBOLI, E. L. C. P. Autonomia, privacidade e confidencialidade. **Ética e Bioética: desafios para a enfermagem e a saúde.** In: OGUISSO, T.; ZOBOLI, E. L. C. P. Tradução. Barueri: Manole, 2006, p. 136-52.

MEINÃO, F.; SIMAS, J. A luta pela melhor remuneração do médico. **Rev Soc Cardiol Estado de São Paulo.** 2007; v. 4, p. 344-8. RSCESP (72594)-1680.

MELO, E. A.; MENDONÇA, M. H. M.; OLIVEIRA, J. R. *et al.* Mudanças na Política Nacional de Atenção Básica: entre retrocessos e desafios. **Saúde debate.** v. 42, n. spe1, p. 38-5, 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Vs4dLSn6T43b6nPBCFg8F3p/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 12 out. 2023.

MELO, C. M. M.; SANTOS, T. A. A participação política de enfermeiras na gestão do Sistema Único de Saúde em nível municipal. **Texto Contexto Enferm** [Internet]. 2007 jul-set;16(3):16-23. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072007000300007. Acesso em: 20 jul. 2023.

MELLO, C. G. A Medicina Previdenciária e o Ensino Médico. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 2, n. 3, p. 05-11, set. 1978. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/4jPqRzmJn6xFNZwn3FHWX3z/>. Acesso em: 20 dez. 2023.

MATTOS; D.; RAMOS, E.; VELOSO, R. Entre a autonomia da vontade Kantiana e o princípio da autonomia de Beauchamp e Childress: uma discussão acerca da autonomia e da dignidade humana na bioética e no direito. **Revista Perspectiva Filosófica**, v. 42, n. 1, p. 35-56, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/perspectivafilosofica/article/view/230247>. Acesso em: 04 jul. 2022.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Orgs). **História da imprensa no Brasil**. 2. ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

OGUISSO, T.; ZOBOLI, E. **Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde**. São Paulo: Manole, 2006, p. 137-151.

OGUISSO, T.; CAMPOS, P. F. S.; FREITAS, G. F. **Pesquisa em história da enfermagem**. 2. ed. Barueri, São Paulo: Manole, 2011. p. 401-456.

OLIVEIRA, G. N. *et al.* Novos possíveis para a militância no campo da Saúde Interface: a afirmação de desvios nos encontros entre trabalhadores, gestores e usuários do SUS. **Interface: Comun Saúde Educ**. 2009;13(Supl. 1):523-9. doi: 10.1590/S1414-32832009000500005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/xGdW8zYRRYBsJPrhfNFdwMv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

OLIVEIRA, O. P.; HASSENTEUFEL, P. (Orgs.). **Sociologia política da ação pública: teorias, abordagens e conceitos**, Escola Nacional de Administração Pública, p. 98-113, 2021, 978-65-87791-17-3.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL (OAB). **O estado de Exceção**. 2024. Disponível em: https://www.oab.org.br/historiaoab/estado_excecao.htm. Acesso em: 07 set. 2023.

ORGANIZAÇÕES ARNON DE MELLO (OAM). **Instituto Arnon de Mello**. Disponível em: <https://oam.com.br/iam/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

PADILHA, M. I. *et al.* As fontes historiográficas em pauta: a história oral e a pesquisa documental. In: Borenstein, M.; Padilha, M. I. (org.). **Enfermagem em Santa Catarina: recortes de uma história (1900-2011)**. Florianópolis (SC): Ed. Secco; 2011, p. 37-58.

PADILHA, M. I. C. S.; SILVA, A. L.; BORENSTEIN, M. S. Os congressos brasileiros – pontes para a liberdade e transformação da enfermagem. **Rev Lat-am Enfermagem** 2001; v. 9, n. 3, p. 7-13.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 1. ed (E-book). São Paulo: Papyrus, 2019.

PAIM, J. S. Reforma sanitária brasileira: avanços, limites e perspectivas. In: MATTA, G. C.; LIMA, J. C. F. (Orgs). **Estado, sociedade e formação em saúde**: contradições e desafios em 20 anos de SUS. Rio de Janeiro: Fiocruz; EPSJV; 2008, p. 91-122.

PEIXOTO, F. Os anos 80, o novo jornalista e a imprensa no Brasil. **Estudos de Sociologia**, 1998, v. 3, n. 4, p. 31-42. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/904/859>. Acesso em: 20 set. 2023.

PERSEGONA, K. R. *et al.* O conhecimento político na atuação do enfermeiro. **Esc. Anna Nery Rev Enferm**, v. 13, n. 3, p. 645-50, jul./set. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/szfR6CDs8dm7BnqKvpfqcnB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RAMOS, E. M. B.; MADUREIRA, A. S.; SENA, J. P. O processo de redemocratização e o novo padrão de proteção do direito à saúde no Brasil. **Cad. IberAmer. Direito. Sanit.**, Brasília, v. 2, n. 2, jul./dez. 2013. Anais dos III Congresso Iberoamericano de Direito Sanitário/II Congresso Brasileiro de Direito Sanitário.

ROSSI, M. J. S. A propósito do Movimento Participação. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 54, n. 2, p. 213-28, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/45QFjsYR5mtjkCCKPt6BQKf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.

ROCHA, F. R. F. A previdência social no Brasil: uma política em reestruturação. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 453-473, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2015v15n30p453-473>. Acesso em: 07 set. 2023.

ROSTOLDO, J. P. Movimentos populares e sociais: a sociedade brasileira em ação na década de 1980. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXII, 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, PB, 2003.

ROZINALDO, A. M. O sindicato cidadão nas páginas da imprensa sindical. **Rev. Comun. Midiática** (on-line), Bauru/SP, v. 11, n. 3, p. 69-89, set./dez. 2016. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/71/63>. Acesso em: 20 mar. 2023.

RUBIM, A. A. C.; RUBIM, L. S. O. Televisão e políticas culturais no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, 2004, n. 61, mar.-mai., p. 16-29. Disponível em: https://www.academia.edu/61941343/Televis%C3%A3o_e_pol%C3%ADticas_culturais_no_Brasil. Acesso em: 20 out. 2023.

SAID, G. F. 1999. Os mediadores culturais e a globalização: proposta para análise de discurso do jornalismo piauiense. *In*: F. ROCHA (org.). **Comunicação e sociedade: a influência da comunicação na imagem, na política e na identidade cultural do Piauí**. Teresina: EDUFPI, s/p.

SANNA, M. C.; SECAF, V. A imagem da enfermeira e da profissão na imprensa escrita. **Rev Enferm UERJ** 1996 dez.; v. 4, n. 2, p. 170-82.

SANTARENO, S. L. **Mídia e opinião pública**. Disponível em: http://www.jesocarneiro.com.br/artigos/midia-e-opinioao-publica/15_10_2007/. Acesso em: 10 jan. 2023.

SANTHIAGO, R.; MAGALHÃES, V. B. **História Oral na sala de Aula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

SANTOS, J. F. E. **O Movimento Participação e as reformas do estatuto da associação brasileira de enfermagem (1986/1988)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2015.

SANTOS, J. F. E *et al.* Importância das organizações civis de enfermagem: revisão integrativa da literatura. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 69, n. 3, p. 610-618, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/3BqNQsRSC4qnmhmMqtrLs8v/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SANTOS, J. F. E.; SANTOS, R. M.; MOURA, R. S. *et al.* **A Luta do Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem Alagoas – 1992 a 2009**. Relatório final de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), apresentado à Coordenação de Pesquisa e Extensão da Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste – SEUNE, 2018.

SANTOS, N. R. SUS 30 anos: o início, a caminhada e o rumo. **Ciênc. Saúde Colet.** [internet]. 2018 [acesso em 2019 jun. 7]; v. 23, n. 6, p. 1729-1736. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018236.06092018>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SANTOS, R. M. *et al.* A enfermagem como objeto da história: uma reflexão sobre o tema. **Revista Brasileira de enfermagem**, v. 54, n. 4, p. 638-44, out./dez., 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/3mQXYPmgvD7rm9mWbfFBB7M/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 mar. 2022.

SANTOS, R. M. *et al.* História e perspectivas da organização dos enfermeiros nos movimentos sindicais. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 59, n. 1, p. 89-94, fev. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/w35nnJjdqwtVFHbf7brFwPg/>. Acesso em: 23 mar. 2023.

SANTOS, R. M.; LEITE, J. L. **A inserção da enfermagem moderna em Alagoas: os bastidores de uma conquista**. Maceió: EDUFAL, 2004.

SILVA, N. A. R. *et al.* The struggle for civil organization of nursing of the Alagoas: the creation of Brazilian Association of Nursing-AL (1962-1965), **Hist enferm Rev eletrônica**, v. 6, n. 1, p. 21-36, 2015. Disponível em: https://here.abennacional.org.br/here/2_AO_05015_MM.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.

SILVA, H. Percursos e Desafios de uma Investigação sobre a História da Profissão de Enfermagem em Portugal (séc. XIX-XX). **Pensar Enfermagem**, v. 19, n. 2, 2º Semestre de 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/23753&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SILVEIRA, R. J. O legado dos movimentos sociais dos anos 70-80. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 79–94, 2000. DOI: 10.5433/2176-6665.2000v5n1p79. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9199>. Acesso em: 08 jul. 2024.

SINDICATO DOS ENFERMEIROS DE ALAGOAS – SINEAL. **Ata da reunião realizada em 19 de janeiro de 1987**. Livro 1.

_____. **Folder explicativo (acervo institucional)**. 2020.

SINDICATO DOS MÉDICOS DE ALAGOAS (SINMED-AL). Institucional. **História**. 14/01/2020. Disponível em: <https://sinmedal.com.br/categoria/16/institucional>. Acesso em: 03 mai. 2023.

TEIXEIRA, K. M. R. PCCS SEMAS: expressão de resistência dos trabalhadores do suas em Goiânia. **Fragmentos de cultura**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 282-292, 2021. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/8887/5292>. Acesso em: 23 jul. 2023.

TIBIRIÇÁ, C. C. Histórico da Carta Sindical. **Rev. Gaúcha Enf.**, Porto Alegre, v. 1, n. 3, p. 161-164, 1976. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rngenf/article/view/74771/43393>. Acesso em: 13 set. 2022.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO (TRT). Memorial de Justiça do Trabalho de Pernambuco. Processo DC – 03/85.1 – **Dissídio Coletivo N. 03/85.1** Disponível em: https://apps.trt6.jus.br/atom/index.php/dissidio-coletivo-n-03-85;isad?sf_culture=fr%20Processo%20DC%20-%2003/85.1%20-%20Diss%20C3%ADdio%20Coletivo%20N%C2%B0%2003/85.1. Acesso em: 23 out. 2023.

TICIANELI, E. [Site]. **História do médico que deu nome ao Hospital Escola Doutor José Carneiro**. 2024. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/historia-do-medico-que-deu-nome-ao-hospital-escola-doutor-jose-carneiro.html>. Acesso em: 03 dez. 2023.

_____. [Site]. **O Palácio do Trabalhador de Maceió**. 2020. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/o-palacio-do-trabalhador-de-maceio.html>. Acesso em: 03 dez. 2023.

UNCISAL. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas. **História**. Disponível em: <https://www.uncisal.edu.br/uncisal/historia>. Acesso em: 23 jan. 2024.

VALE, E. G. ABEn: 75 anos de democracia, ética e compromisso com a enfermagem brasileira. **Rev Bras Enferm**, v. 54, n. 2, p. 153-6, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v54n2/v54n2a01.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2023.

VESTENA, C. L. B. O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu. **Guairacá – Guarapuava**, Paraná, n. 2, p. 9-22, 2008. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/230464241.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **Obras escogidas**. Madrid: Visor, 1996, v. 4.

ZAIDAN, T. E. A organização Arnon de Mello e o seu patrono: trajetória e interesses políticos. **Revista Verso e Reverso**, v. 24, n. 55: Ano XXIV – 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/45>. Acesso em: 23 fev. 2024.

ZICMAN, R. B. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, 2012, jan./dez., v. 4, p. 89-102. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 03 out. 2022.

ANEXO

ANEXO A: CORPUS DOCUMENTAL DA PESQUISA

TÍTULO	TIPO	ORIGEM	DATA	DESTINATÁRIO	NATUREZA	USO NA PESQUISA

ROTEIRO DE ANÁLISE CRÍTICA EXTERNA

TIPO	ORIGEM	DATA	QUEM REDIGIU	ONDE FOI ARQUIVADO

ANÁLISE CRÍTICA INTERNA

POSIÇÃO DO AUTOR	POSIÇÃO DO DESTINATÁRIO	CONTEÚDO DA MENSAGEM	SIGNIFICADO DA MENSAGEM